

# EM TEMPO!

Especial

Semanário Nacional • Ano III • Nº 100 • 21/2 a 5 de março de 1980 • Cr\$ 20,00

A maior ação da esquerda  
armada: 125 milhões de cruzeiros

## O ROUBO DO COFRE DO ADEMAR

*Governo, patrões, imprensa, etc.*

### UMA OFENSIVA CLASSISTA CONTRA O PT

Ennio Brazos Filho



*A ofensiva desencadeada  
pela grande imprensa  
contra o Partido dos  
Trabalhadores. (Pág. 3)*

Veja nesta edição: a integra do seu manifesto  
Ainda sobre o PT: a quantas anda o Partido  
em Goiás, os principais trechos da sua  
proposta de programa e saiba porque os  
patrões querem destruir o PT.

#### **E mais:**

- UNE: Qual Partido os estudantes apoiarão? Pág. 15
- ABC: A greve se repetirá este ano? Pág. 9
- Mandel analisa a crise do Afeganistão Pág. 20 e 21
- Hugo Blanco: candidato da esquerda à presidência no Peru Pág. 24.

Para os que sempre nos apoiaram e também para os que duvidaram, aqui estamos nós com o número 100 do EM TEMPO. Foram dois anos e dois meses de lutas contínuas, desde a nossa primeira edição. Mas também de grandes vitórias. Na luta contra a ditadura e sua repressão acabamos recebendo várias bombas, atentados e processos, mas valeu a pena: quem não se recorda de nossa edição nº 17, quando, pela primeira vez no país, veio a público uma lista de 233 policiais militares acusados de praticar torturas.

Em seguida, são os trabalhadores que nas nossas capas arrombam a lei de greve, furam o arrocho salarial, enfrentam os pelegos e, finalmente, lançam o PT. Em razão dessa nossa postura fomos recentemente "premiados" por Ari Campista - o super pelego da CNTI - com o diploma de porta-vozes do "sindicalismo contestatório".

Finalmente, a esquerda começa a emergir da clandestinidade e, nas páginas do jornal, sua história é contada num tratamento aberto e cordial.

Entretanto, ao lado destas vitórias, sofremos também as conseqüências da tão falada "crise da imprensa alternativa". Nossos leitores puderam tomar conhecimento desta crise através do EM TEMPO nº 98, quando abrimos um debate sobre o tema e constatamos nosso impasse: estamos fazendo um jornal muito aquém do necessário no momento. A proximidade do cabalístico nº 100 não nos tentou, no entanto, a festejá-lo tão somente com glórias. Com franqueza e coragem, e com muito otimismo, saímos a campo, debatendo com todos os interessados, um balanço e novas propostas para o EM TEMPO. Dia 2 de março próximo, em reunião de nosso Conselho Editorial e Administrativo concluiremos este processo de redefinições.

Este é o nosso saldo ao longo de 100 edições: um combate firme à ditadura, ao lado dos trabalhadores, na luta pela construção de uma nova sociedade sem opressão nem exploração. Aqueles que tem contribuído para nossa luta, colaboradores, assinantes e leitores em geral, prestamos nossa homenagem.

## EM TEMPO

Missão Po  
Missão Pi

O vai não vai  
da política  
de direitos  
humanos



## UM TESTE OPERÁRIO na luta pela reposição

Nasce um novo  
semanário nacional  
de oposição

EDITORIAL



Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do  
outubro deste ano onde elas só aparecem com o  
qualifica agora com o nome de alguns milhares de  
indústrias aderentes da filiação de 1973 e com o  
que perderam. Mas se sindicata não a não se  
contém a "receta" de como para lá. O que é  
e a realidade dos trabalhadores.

A queda de Frota -  
Conversa de Pelego  
O sonho não acaba  
Michel F. & Cia

EM TEMPO nº 0, de novembro de 1977

O encontro do dia 10 em São Paulo

# Como fundar um partido de baixo para cima

Uma lição de democracia interna aos demais partidos.  
E um furo na lei partidária da ditadura. Depois de amplo debate,  
mais de 1000 militantes do PT aprovam seu Manifesto e mostram como  
é que se funda um partido.

« PT! PT! PT!!!! » Vibrante, o auditório composto de mais de 1.000 pessoas vindas de 19 Estados do país, todos de pé gritando e agitando os punhos cerrados, aprovava por aclamação na tarde de domingo, dia 10 último, o texto final do Manifesto do Partido dos Trabalhadores.

Desde as 8 horas da manhã que as caravanas do Estado começaram a chegar ao auditório do colégio Sion, na avenida Higienópolis, num bairro próximo ao centro da capital paulista, onde se realizaria o segundo encontro de caráter nacional do PT.

O clima era de festa e de vitória. As delegações iam chegando ao colégio aos montes, e se aglomerando no pátio da entrada para o auditório. É que a comissão organizadora não previra um comparecimento tão massivo e assim o credenciamento dos militantes ia se realizando com lentidão. Mas, as caras cansadas, expressão de muitas horas de viagem mal dormidas dos que vinham de longe, iam logo se contaminando pelo clima da festa e adentrando no plenário em blocos, muitas vezes ao embalo dos cantos e marchinhas improvisados na hora.

No dia anterior, sábado 9, a Coordenação Nacional, completada pelos dois representantes eleitos por cada Estado, já havia se reunido e realizado um balanço vitorioso da dimensão que a articulação do PT alcançara em poucos meses.

O resultado que se previa para o dia seguinte era um sucesso total. Qual partido, dentre os atuais em articulação, que conseguira realizar uma reunião de fundação com tamanho número de pessoas? E mais, fundamentalmente, trabalhadores assalariados, lideranças de movimentos de massa, provenientes dos mais diversos pontos do país, e desprovidos de qualquer infraestrutura material e financeira para fazer política.

Às 11 horas da manhã de domingo é aberta a sessão plenária. O senador Henrique Santillo chama os primeiros nomes para assinar o livro de fundação do partido: Mário Pedrosa, como decano do PT, emocionado pela ovação geral e com os olhos brilhantes de lágrimas é o primeiro a colocar sua assinatura no livro, e toma lugar na mesa. Em seguida é a vez de Manoel da Conceição, o líder camponês do Maranhão e membro da Coordenação Nacional do PT: o plenário, de pé, vem abaixo, aos gritos "Mané! Mané! Mané!" E a lista é longa: Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Freire (representado por procuração), o "legendário" Apolônio de Carvalho, assim denominado por Santillo, etc. Os aplausos se prolongam e o livro de fundação é aberto à assinatura de todos os presentes.

Por volta das 13 horas, o plenário se dissolve em comissões que, ao longo da tarde debaterão o ante-projeto de Manifesto. Nas comissões, o debate, por vezes acalorado e exaltado, mas sempre fraternal - salvo algumas mani-



Na mesa da plenária: Lula, Mário Pedrosa, Mané da Conceição, Jacó e Wagner Benevides.

festações isoladas de sectarismo político - corrige, por imensa maioria, algumas imprecisões de conteúdo e estilo do documento. O papel do parlamento como instrumento de transformação social e terreno de atuação do PT é relativizado em prol das formas diretas de representação e exercício do poder por parte dos trabalhadores. E a linguagem do texto é mais precisada com vistas a marcar de modo mais nítido o caráter classista do partido, seu compromisso com os explorados. Mas a estrutura fundamental do ante-projeto é mantida pela grande maioria das intervenções.

Depois do almoço, que se realizou nos botecos da redondeza do colégio, uma comissão retirada a partir dos relatores prepara a versão final do documento que, no final da tarde é trazido de volta ao plenário.

Francisco Alto, de Fortaleza, Ceará, faz a leitura, e em seguida, o plenário, unânime, descarrega vivas ao PT, aprovando-o por aclamação.

Após a aprovação, Paulo Skromov, da Coordenação Nacional relembra o calendário dos próximos meses para o partido. Dia 9 de março em Osasco, a festa popular do PT e o lançamento dos documentos de discussão para o Congresso que se realizara dias 12 e 13 de abril em São Paulo. Neste espaço, a realização dos encontros regionais que prepararão o nacional. E, lança a questão: deveria-se escolher ali, naquela reunião, já a Comissão Executiva para a articulação do PT?

Osmarzinho, secretário do núcleo de São Bernardo é o primeiro a falar. Chama a atenção para o potencial que o PT está descobrindo nas classes populares e a insuficiência da atual Coordenação para capitalizar todo este trabalho para o partido. Neste sentido, propõe eleger ali, naquele instante uma nova direção capacitada a costurar o

PT nacionalmente dando-lhe a unidade orgânica de que ele necessita.

Mas sucedem-se mais de 10 oradores, todos enfatizando o outro lado da questão. Na preparação do encontro não se havia discutido o assunto nas bases, de forma que, escolher ali uma nova direção seria algo descolado da realidade atual das bases do partido, e anti-democrático, afirmavam alguns. Outros, insistiam em que a direção atual, ainda que como Coordenação Provisória tem cumprido seu papel a contento e que, partir já para um enquadramento do Movimento pelo PT nos termos rígidos da Lei Orgânica dos Partidos seria prejudicial à atual etapa de difusão da nucleação em vários Estados e setores sociais.

Por fim, o presidente da mesa, Jacó Bitar coloca a tendência do plenário: adiar para o congresso nacional de 12 e 13 de abril a escolha da direção nacional que, "será composta, além dos 11 que a lei exige, por mais 44 pessoas, representantes dos vários Estados". E, nos encontros regionais preparatórios já ir, simultaneamente à discussão dos textos, escolhendo também as direções estaduais.

Lula é quem vai encerrar o encontro: "apesar de todos os percalços, precariedades e divergências aqui surgidos, demos uma clara demonstração de democracia e unidade na construção do PT. Hoje tivemos uma vitória, e os boicotadores de sempre, que até então estavam sempre se infiltrando nas reuniões do PT não tiveram coragem de vir até aqui, pois sentiram que o PT vai mesmo, e que é, desta vez, prá valer. Agora, é partir com o nosso esforço multiplicado por 10 para que dia 13 tenhamos condições de sair novamente daqui, seguros de que já temos todos os diretórios necessários à legalização do PT. Até lá!" E o encontro encerra-se, como começara: "PT! PT! PT!".

## Governo, patrões, imprensa, etc.

# Em marcha a conspiração anti-PT

A imprensa burguesa tem sido chamada de quarto poder dentro do estado, ao lado do executivo, judiciário e legislativo. Certamente, ela exagera ou mesmo mente quando, por exemplo - tentando se vestir com a imagem do bem e da liberdade - diz ter sido a responsável pela queda de Nixon a partir do escândalo de Watergate. Mas por outro lado, não nos iludamos: se os Mesquita, Marinho, - e agora também - Carta e Cia persistirem na tentativa de queimar o PT - e contando com a inadvertência de algumas lideranças - o estrago que podem fazer é quase tão fatal como o do todo poderoso AI-5. E com a vantagem de não ser tão traumático para a "abertura".

O que se assistiu na semana passada não foi outra coisa. Na segunda-feira logo depois do sucesso da reunião do dia 10 realizada pelo PT, o ministro do Trabalho Murilo Macedo deu o recado: os trabalhadores não devem fazer política, principalmente suas lideranças. Em seguida, durante todos os dias, a imprensa semeou a maior onda de intrigas e discórdias que o partido viveu até hoje. Notícias falsas, deturpadas, capciosas, editoriais etc, lançaram a confusão a qual em parte, ainda persiste para o grande público, apesar dos vários desmentidos tentados. É verdade que por trás da fumaça havia alguma brasa, que a imprensa soprou fazendo fogo, mas que alguns líderes do partido - cumpre reconhecer e criticar - por seu lado também esparramaram ainda que de modo mais ou menos inadvertido ou inábil.

Até então, o noticiário da grande imprensa sobre o PT tinha sido pouco, porém no grosso, mais ou menos decente. Mas ao que tudo indica a reunião do dia 10, e os resultados que ela prometeu em perspectiva, assustaram muita gente.

O Jornal da Tarde da terça-feira, dia 12, com um editorial, abre a campanha: atribui ao Manifesto do PT a defesa da "ditadura do proletariado"; diz que ao partido "só resta mesmo a clandestinidade e o uso da força"; qualifica os autores do Manifesto de "radicais da extrema esquerda" e, ao final, dá sua sentença: desse jeito não dá, o partido não pode passar!

Para arrematar, no interior da mesma edição, meia página dedicada nada mais nada menos do que a Jacó Bittar,

coordenador do PT, sob o seguinte título: "Jacó Bittar reage contra infiltração no PT". O que aliás, era também a chamada de primeira página nesta mesma edição.

A matéria, porém, agride o leitor, e nisto ela se trai, dada sua indisfarçável sanha, perceptível tanto nas perguntas do repórter quanto no texto do redator, em arrancar do personagem em questão coisas que ele não afirma. Mas o recado está passado, e é o que importa no fundamental.

Seguindo a mesma trilha vieram os seguintes títulos de matérias:

- Estado de São Paulo, dia 13: "Luiz Inácio adverte radicais"

- Folha de São Paulo, dia 14: "Reunião do PT não foi democrática" (frase atribuída a deputado Aírton Soares).

- Jornal do Brasil, dia 16: "Infiltração preocupa PT de Lula"

- Folha de São Paulo, dia 17 (capa): "Estudantes vão esvaziar o PT, adverte senador" (atribuída ao senador Henrique Santillo) e, lá dentro da mesma edição: "Lula poderá deixar PT".

- Jornal da Tarde, dia 18: (na seção "Curtas", dentro do quadro "Destaque Político"): "Lula está desservindo ao sindicalismo ao confundir as coisas e arregimentar os sindicalizados para o PT. Está misturando partidos e sindicatos" Murilo Macedo, ministro do Trabalho.

Enfim, o rosário ainda iria mais longe se tomássemos a repercussão pelos jornais de menor circulação. até mesmo o porta voz do gangsterismo político, o semanário Hora do Povo, se somou à campanha: "Pt nasceu em berço de ouro" é o título de sua matéria sobre o dia 10. Mas isto já basta para evidenciar o perigo que o PT vive hoje. Quem queimá-lo pois ele é perigoso para a "abertura".

Do lado de cá, é necessário, porém não basta, combater internamente as manifestações - mesmo que ultra-minoritárias - de sectarismo esquerdista, em cima das quais a grande imprensa tentou arrancar seu pretexto para a ofensiva. É sobretudo vital que lideranças do partido não se deixem levar pelo jogo dos patrões, ingenuamente ou não, vazando certas declarações ou mesmo conversas para os adversários que, comprovadamente lhes darão um peso e um sentido este agora sim, inequivocamente, classista. Pois querem liquidar o PT.

parlamentares contra os nossos militantes de esquerda.

Seria um rude golpe ao PT se alguns parlamentares deixassem as nossas fileiras. Os nossos inimigos sabem disso e trabalham diligentemente tentando criar em nosso interior um clima de desconfiança que paralize o trabalho de construção de nosso partido.

Nós trabalhadores do MPT não devemos nos deixar levar pelos arautos das classes que exploram e oprimem nosso povo e que só visam impedir a nossa organização independente. Deixemo-los espernear e vociferar à vontade e passemos ao largo construindo nosso partido, pois essas mesmas reações nos atestam que estamos indo bem.

## Operário não anda só de macacão

Ignácio Hernandez — Coordenador da Regional do PT em Minas.

Eu acho que o fato mais importante do encontro foi que se manifestou uma verdadeira democracia interna do PT. E essa democracia interna exigida e realizada pela massa operária que estava lá. Se alguém falou que lá tinha muito estudante, eu acho que se enganou redondamente. Ele não sabe que quando um operário vai a um encontro desses ele não vai de macacão, não vai sujo, ele vai tranquilamente como ele é mesmo.



Ennio Brauns Filho

## Infiltração preocupa PT de Lula

São Paulo — Os dirigentes sindicais que lideram o movimento de formação do Partido dos Trabalhadores discutiram ontem em São Bernardo do Campo um posicionamento da comissão nacional quanto às notícias de infiltração de setores radicais de esquerda no PT.

Folha de São Paulo — 14/2/80

## Como tratar a grande imprensa

Jacob Bittar — Coordenador Nacional do PT.

Estamos ainda começando nossa caminhada e certamente há farras de muitos de nós: da direção, dos parlamentares, dos grupos de esquerda etc. Mas nada disso justifica a campanha que a imprensa está movendo contra o PT. É bem verdade que alguns, e eu me incluo entre eles, com pouco traquejo neste tipo de questão, deram margem a que a imprensa explorasse interesseiramente algumas declarações, ou mesmo opiniões pessoais, sobre os debates do dia 10.

Mas não há de forma alguma um clima de briga interna como está saindo nos jornais, e vamos sanar isto rapidamente. Faremos uma reunião para desarmar os espíritos e ver uma resposta coletiva às intrigas que estão movendo contra nossa proposta.

## O partido vingou e assustou

Raul Pont — Coordenador da Regional Gaucha do PT.

A ditadura, os patrões e mesmo forças que se dizem de oposição, certamente ficaram assustados com a demonstração de força que foi a reunião do PT no dia 10. Eles, provavelmente, faziam o seguinte cálculo para o partido: ou o PT não iria pra frente, paralisado pelo idealismo romântico e a falta de experiência política de seus fundadores, e explodido pelas brigas entre as esquerdas; ou então o PT emplacaria, mas domesticado, afeiçoado aos seus interesses e bem comportado dentro das regras do jogo.

E o que se viu dia 10 não foi nem uma coisa nem outra. O partido vingou.

## Samba do Crioulo doído nas páginas da Isto É

Na enxurrada de fabulações que se seguiram à reunião nacional do PT, Isto É conseguiu competir com os jornais da família Mesquita em matéria de "imaginação criadora". Num artigo de uma página o repórter José Carlos Bardawil realiza a proeza de relatar cenas, debates e votações que jamais existiram.

Prá começar, o desavisado jornalista fala de uma votação sobre a tese do "governo dos trabalhadores", em que "os setores da ultra-esquerda que estão apoiando o PT (...) só foram derrotados por escassa margem de votos. O único problema, no entanto, para sustentar essa versão, é que em nenhum momento foi votada essa tese no plenário. E o manifesto foi aprovado por aclamação, após acordo entre diferentes pontos de vista. Falar de "escassa margem de votos" pode dar a impressão de rigor mas nesse caso o erro do Bardawil não foi por "escassa margem".

Mas quando ele procura fazer a história dessa discussão e da "disputa de bastidores pela direção do PT", entra definitivamente no campo do delírio. Segundo sua emocionante aventura, "em outubro o confronto tornou-se público e inevitável" a Convergência Socialista e o MEP teriam lançado "a idéia do governo dos trabalhadores" mas "a custo, os sindicalistas conseguiram evitar" sua aprovação. O Bardawil, é bom você checar suas fontes porque acho que elas querem é te desmoralizar, porque a realidade andou a léguas de distância de tudo isso. A consigna do "governo dos trabalhadores", nesta ocasião foi proposta por um companheiro depois

## Setores da oposição também nas intrigas

Henrique Santillo — Senador do PT.

As declarações que me foram atribuídas por vários órgãos de imprensa no último dia 17, particularmente o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo, são totalmente improcedentes. E um verdadeiro absurdo que um militante do PT pudesse dizer tais coisas, em particular eu próprio, que tenho importantes bases estudantis e, fui militante ativo do movimento estudantil há tempos atrás.

Simplemente eu não falei com a imprensa no dia indicado pela notícia publicada. Eu nem sequer estava em Brasília nesta data. Só posso supor então que se trata de manobra de forças adversárias que querem dar a imagem de um partido dominado por radicais para inviabilizá-lo, preparando desde já um clima convidativo a um veto de seu registro por parte da Justiça.

Eu não tenho fatos concretos, mas tenho tudo para supor que esta onda de intrigas não parte tão somente do governo, mas também de certos setores oposicionistas que não querem aceitar a realidade do crescimento espetacular que o PT vem demonstrando.

## O partido que não esconde seu objetivo totalitário

O manifesto produzido durante o Encontro Nacional para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), realizado domingo no colégio de trezas Nossa Senhora do Sion tem um mérito evidente: a franqueza absoluta.

Nem o Partido Comunista Brasileiro, que é confesadamente marxista-leninista, foi tão claro em suas pretensões. O texto revela o radicalismo e o espírito discriminatório e classista dos adeptos do senhor Luiz Inácio da Silva, outrora conhecido como líder sindical, mas agora entregue a reuniões festivas com intelectuais não menos festivos.

Jornal da Tarde — 12/2/80

## Temos que respeitar a esquerda

Lula — Coordenador Nacional do PT.

A imprensa está usando de nossas divergências, a direita está se valendo e aproveitando disto para queimar a proposta do PT. Basta ver o espaço dado pela grande imprensa ao noticiário do encontro propriamente dito e às intrigas em torno da reunião. É inteiramente desproporcional.

Não podemos ignorar a presença da esquerda. Não há liberdade partidária hoje em dia no país e ela tem, assim, que estar em algum lugar dentro do quadro partidário legal. Não podemos portanto ignorá-la. Temos até mesmo que saber respeitá-la e conviver com ela.

## Imprensa instiga parlamentares × esquerda

Paulo Skromov — Coordenador Nacional do PT.

O grande mérito da reunião nacional do dia 10 de fevereiro foi de ter definido, com o aval do conjunto do MPT a nível nacional (haviam 18 delegações estaduais e mais a do Distrito Federal) unilateralmente, a compreensão comum de que a construção do PT só poderá se dar na prática mais rigorosa da democracia interna. Um partido que se propõe a lutar pela democracia para a sociedade terá que ser, ele próprio, democrático internamente, desde seu nascedouro.

Porisso a imprensa das classes dominantes ataca. Editoriais do Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, etc., enxergam propósitos totalitários na proposta de governo formulada em nosso manifesto - raciocinando que toda proposta de governo que exclua os exploradores seria totalitária. Depois vem uma encurralada de "notícias" e entrevistas" tentando colocar um claro ultimato ao PT. Ou expurgamos os nossos militantes de esquerda e nos tornamos numa espécie de PTB sem Brizola ou seremos hostilizados como um todo. Visivelmente essa campanha tenta quebrar a unidade do PT instigando nossos companheiros



Jornal da Tarde — 18/2/80

## Divisões no PT?

# O que há por trás das intrigas

Por Eder Sader

**A** campanha de intrigas que se move hoje contra o PT esconde problemas reais e importantes para o partido. Como combinar a luta contra a ditadura com a luta contra a exploração? Como organizar o movimento de massas e ao mesmo tempo desenvolver a luta parlamentar?

O sectarismo e o desrespeito às decisões democráticas tiradas no interior do partido em nada auxiliam o aprofundamento destes problemas. E o recurso aos meios de comunicação da burguesia como veículo para o debate, mesmo que movido pela melhor das intenções, só termina jogando água no moinho da conspiração anti-PT hoje deflagrada pela ditadura e seus patrões.

O debate em torno das questões levantadas acima, e para as quais ninguém possui hoje respostas prontas e perfeitas, só pode se desenvolver noutro clima e noutro terreno.

Caricaturar as posições contrárias, e mais, oferecê-las de bandeja ao inimigo comum, além de desrespeito e ingenuidade, é principalmente matar no nascedouro um debate vital para a construção do partido nos novos termos em que ele se propôs.



E a massa? O que estará achando disso?

O pior dessas falsas intrigas — levantadas por alguns e alardeadas pela imprensa — tramadas sobre o PT é que dificultam a compreensão dos problemas reais e das diferenças naturais que o cruzam. Porque, evidentemente, o PT está cruzado por uma rica diversidade de perspectivas. É que chegam para a sua construção setores que se desenvolveram em condições as mais diferentes: do metalúrgico de São Bernardo ao camponês do Maranhão, do dirigente sindical ao membro de uma oposição sindical, ao parlamentar combativo, ao militante de esquerda, o intelectual, o membro de uma comunidade de base.

### Falsas polêmicas e problemas reais

Quer o sensacionalismo barato que essa diversidade já tenha nomes, disputas e até conspirações. Só isso explica a importância dada por alguns a um folheto distribuído na reunião nacional do dia 10 e que clamava pela expulsão da "burguesia do PT", investindo particularmente contra os parlamentares. Mas bastaria que alguém se munisse de paciência e lesse o furibundo panfleto para verificar que seu autores não param aí: caracterizam o PT como um "projeto pequeno burguês" (sua participação visa pois "retificá-lo"), dadas as características dos sindicalistas e das outras tendências de esquerda. Porque, como toda seita que se preza, esses nossos amigos se consideram uma ilha de pureza revolucionária invicta num oceano de oportunismo. Em suma: a arrogância de suas avaliações só é comparável à insignificância de suas bases.

E no entanto, a partir dessas posições de "ultra-esquerda", se pretendeu desqualificar todas as posições de esquerda. Se pretendeu amalgamar tais posições com a discussão extremamente pertinente a cerca da subordinação da atividade parlamentar à mobilização popular, da relação entre a luta pela democracia com a luta contra a exploração. As emendas ao Manifesto aprovadas, foram quase todas no sentido de reforçar a marca classista, a preocupação com a organização autô-

noma pela base; com a luta contra a exploração.

Nesse meio houve também — é certo — algumas tendências à realização de uma "revolução semântica", querendo substituir equivocadamente cada menção ao "povo" pela referência aos "trabalhadores". Mas esses senões não desqualificam o esforço feito pela esmagadora maioria dos militantes lá reunidos no sentido de corrigir um viés parlamentarista existente no texto.

Nesse sentido, as declarações atribuídas ao deputado Airton Soares, caracterizando as deliberações da reunião como manobras de "grupos de vanguarda" só contribuem para confundir as coisas.

Existem problemas reais, de fundo, para os quais ainda ninguém têm respostas satisfatórias. Devemos estimular as discussões de conteúdo e não as posturas sectárias e as caças às bruxas esquerdistas. Como articular a organização autônoma das massas com a atividade parlamentar numa estrutura política profundamente viciada? Como articular numa só bandeira as mais diversas expressões das diferentes camadas populares exploradas e oprimidas em nosso país?

### Parlamentarismo e anti-parlamentarismo

A participação na atividade parlamentar é efetivamente uma exigência de primeira ordem. Não tanto porque o parlamento possa alterar significativamente a situação existente mas, principalmente, porque essa intervenção pode ser um poderoso veículo para a tomada de consciência e a mobilização popular. Na verdade, dadas as características da nossa formação histórica (a falta de tradição política, pobreza da organização social nas camadas oprimidas, o peso do elitismo, etc.) o povo, em sua maioria, não conhece ainda da política mais que essa ação isolada de eleger "representantes" que em geral depois o esquecem. Por isso mesmo, qualquer projeto político de massa tem que passar pela intervenção nesse nível e, a partir daí, apontar as

perspectivas de uma atividade onde a massa intervenha de modo mais ativo e consciente. Mas a justa compreensão do significado parlamento na luta exige que examinemos de mais perto o próprio modo como o povo o encara.

e um lado há uma certa redução da prática política ao ato de eleger representantes para uma estrutura política cujo mecanismo se desconhece. Se deixarmos de lado uma fração de vanguarda que já se destaca nas classes trabalhadoras, é habitual encontrarmos operários que vem no próprio PT a oportunidade para elegerem representantes "mais autênticos", "iguais a eles". Prossegue portanto uma visão tradicional da política, como uma esfera na qual só intervêm de modo subalterno.

Mas, exatamente o outro lado dessa visão é constituído pelo desgosto, o ressentimento, a desilusão. As vezes na mesma pessoa temos sucessivamente a atitude de votar em alguém "prá resolver nossos problemas" e, logo, de "não acreditar mais nos políticos" porque naturalmente os problemas não foram resolvidos.

Um anti-parlamentarismo primário — de rachaço a toda atividade parlamentar — consiste a contrapartida necessária da expectativa ilusória no parlamento. Através da atividade parlamentar as lideranças políticas populares podem levar suas mensagens e propostas a setores da população muito mais amplos do que os núcleos já mais conscientes. Mas exatamente para evitar as frustrações, para agir no sentido de ultrapassar as falsas expectativas da política paternalista, os representantes políticos dos trabalhadores necessitam desenvolver um outro tipo de prática, despertando as iniciativas das bases e não alimentando ilusões eleitoreiras.

Quem disser que isso é fácil e já tem fórmula será, possivelmente, um charlatão. Mas é por aí que avançarão os militantes do PT, buscando acertar na prática diária, errando e corrigindo. Sabendo que essas tendências parlamentaristas e anti-parlamentaristas estão presentes nas massas e não são simples fruto de "esquerdistas radicais" ou "políticos inescrupulosos".

# Santillo: porque deixei o PMDB

Henrique Santillo, senador pelo ex-MDB goiano, explica porque saiu do PMDB e ingressou no PT. E ainda discute os liberais, a esquerda, e lança sugestões para o programa e a democracia interna no Partido dos Trabalhadores.

**C**omo foi o processo de sua aproximação com a idéia do PT e que fato o levou a filiar-se?

O processo de discussão de uma alternativa partidária já vinha sendo feito na área parlamentar desde o início de 1979. Um grupo de parlamentares, que posteriormente deu origem à Tendência Popular do MDB, começou a se reunir para justamente aprofundar essa discussão: a da possibilidade da criação de um partido efetivamente popular no Brasil. De modo que a aproximação com a idéia do PT já vinha se dando há bastante tempo. E dentro da própria Tendência Popular nós sempre nos colocávamos dentre aqueles que propugnavam por uma aproximação com o grupo de dirigentes sindicais do Partido dos Trabalhadores.

Do ponto de vista político, nós procuramos esgotar todas as possibilidades de entendimento dentro do PMDB, no seguinte sentido: dar ao PMDB, particularmente em Goiás, condições de acoplar todos aqueles setores populares que até então haviam transformado o MDB apenas em estuário eleitoral e que, a partir daí, exigiam uma participação partidária efetiva. Isto foi impossível, na medida em que o PMDB foi organizado rigidamente, comandado exclusivamente por parlamentares e, principalmente, esquematizado para garantir as posições conquistadas por alguns setores oposicionistas nas eleições de 1978. Aconteceu isto e, esgotadas todas as possibilidades de entendimento, nossa opção pelo PT foi imediata.

**Alguns parlamentares da Tendência Popular tem argumentado, seguidamente, que a proposta do PT seria inviável dado o programa dele que aponta uma direção mais socializante. Como você se coloca nesse debate sobre o programa do PT?**

Primeiro, eu acho que nós não devemos ter nunca a preocupação de ter um programa mais radical. Segundo, eu acho que a visão socialista da sociedade não impede que o partido se transforme em um partido de massas, desde que essa proposta seja inteligentemente levada junto aos vários setores sociais, mesmo nos Estados considerados politicamente menos evoluídos.

Eu acho que, concretamente, o partido deve apresentar soluções para os problemas mais emergentes do povo. Promover uma luta de defesa dos interesses nacionais, pois parto dos princípios de que, hoje, diante da realidade brasileira, a defesa dos interesses nacionais é indissociável da luta pela justiça social. Uma sociedade mais igualitária que será conquistada paulatinamente, pela luta do povo.

**Como o PT poderá ter uma democracia interna capaz de desenvolver todo o potencial que ele acumula.**

Eu acho essa questão fundamental para o PT, que precisa ser democrático, altamente democrático. E este propósito pode vir obstaculizar a solução de uma outra questão, a legalização do PT, o enquadramento dele nos limites estreitos da legislação partidária autoritária. No entanto, nós estamos discutindo amplamente o problema em vários setores do partido e achamos que não é difícil conjugar as duas soluções para os dois problemas, na medida em que o movimento está sendo altamente espontâneo. Ele está se expandindo com uma espontaneidade nunca vista no país e isso será determinante na formação dos próprios diretórios municipais e no diretório nacional do partido.

Nós vamos ter que formalizar o partido cumprindo a legislação atualmente existente, mas, diferentemente dos outros partidos, ele efetivamente nascerá das bases, na medida em que seus diretórios deverão ser formados por componentes dos núcleos já formados pelo país. E, sobretudo a preocupação de conter nas comissões provisórias que detêm agora o comando do partido, uma esmagadora maioria de trabalhadores.

**Você deve ter acompanhado a trajetória da esquerda no Brasil durante as últimas décadas.**

**Como relaciona a proposta do PT com o futuro das esquerdas no país?**

Bem, eu acho que a procura de caminhos pelas esquerdas brasileiras, sempre separadas e divididas, deverá encontrar na proposta do PT — e eu acredito que já está encontrando — a grande possibilidade de aproximação, o canal de ligação com o povo. Acredito firmemente também, na possibilidade de aglutinação dos demais setores de esquerda, que hoje ainda não se acoplaram ao PT, em um futuro próximo.

**Para satisfazer a curiosidade de muitos qual a sua trajetória política?**

Eu sou neto de imigrantes italianos que vieram para o Brasil e se instalaram nas lavouras de café na região de Ribeirão Preto e que depois se urbanizaram. Fui para Goiás ainda bem pequeno.

Minha vida participante começou na minha época de adolescente, no movimento estudantil secundarista de Goiás. Fui depois transferido, para Belo Horizonte onde tive uma partici-

pação bastante intensa, tendo inclusive sido eleito presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFMG, presidente do DCE e da UEE nos anos respectivamente de 59, 60 e 61. Em 1966, fui vereador em Anápolis fazendo uma política popular principalmente junto ao pessoal das vilas e estudantes. Em 69, fui eleito prefeito, quebrando uma tradição oligárquica no município. Em 72, fui o deputado estadual mais votado do Estado, eleito principalmente com votos de Anápolis e Goiânia.

E, em 78, fui eleito senador com uma disputa interna muito grande, sendo que o partido oposicionista teve dois candidatos.

Isto nos ajudou bastante.

De modo que o PT em Goiás será um pouco diferente, porque ele vai puxar praticamente um terço das estruturas municipais do antigo MDB.



## Eleita Coordenação estadual

**E**m Goiás, no dia 14, 200 pessoas discutiram e elegeram a Coordenação Preparatória do 1º Encontro de Núcleos do PT do Estado.

serão discutidas e votadas e ao mesmo tempo se elegerá a Comissão Executiva Estadual Provisória.

Esta Coordenação irá desenvolver a nucleação em Goiás e preparar uma reunião geral para os dias 5 e 6 de abril quando as teses do partido

Neste período, a Coordenação solicita que os contactos sobre PT no Estado sejam feitos pelo gabinete do deputado Línio de Paiva (fone 225.10.11, ramal 222) na Assembléia Legislativa.

## “O fenômeno Santillo”

**Recém anistiado e chegado do exílio na Alemanha, onde esteve por muitos anos, Athos Magno da Costa e Silva está de volta a sua terra natal, Goiás. Hoje, ele milita no PT e é membro da Coordenação Estadual eleita no último dia 14. A igual que Henrique Santillo, na época de estudante em Minas — final dos anos 60 — chegou a ser presidente do DCE da Universidade Federal. Aqui, ele fala do PT no Estado e do que ele chama de “o fenômeno Santillo”.**

**A**s bases que ele traz para o PT não podem, pela sua indefinição, forçar uma descaracterização da proposta, no Estado?

É verdade que suas bases não são somente setores populares. Como liderança política de maior expressão no Estado, ele conta também com o apoio de setores burgueses, capitalistas mesmo. Não porque Santillo defenda um projeto capitalista para a sociedade mas pelo fato de expressar, em termos de canal político, uma gama de setores sociais muito mais ampla do que aquela com a qual, efetivamente, ele se identifica.

**E o resultado, em perspectiva, para o PT em Goiás, a partir destes dados...**

Um movimento popular débil ao lado de lideranças parlamentares fortes e apoiadas também por setores burgueses pode levar a uma descaracterização do PT. É um risco. É uma situação delicada onde ao mesmo tempo em que temos que reforçar Santillo, temos também que combater uma parte de seu apoio político no Estado. Isto só pode ser levado a contento pelo debate, com o Santillo e com as bases do PT. Um debate profundo para que

se esclareça o problema da composição social do partido, portanto de seu caráter.

**Como está a nucleação do PT no Estado?**

Na capital, há já vários núcleos de diversos setores sociais. Pelo interior, algumas cidades, entre elas Piracanjú, estão fazendo um.

**Como você vê a situação do PT em Goiás?**

É muito diferente do resto do país. Goiás é um Estado predominantemente agrário e com um movimento de trabalhadores relativamente débil, o mesmo se passando com o movimento estudantil e popular em geral. Por isso, o peso das lideranças parlamentares é muito maior. Assim, em Goiás, o PT não nasceu dos trabalhadores, de baixo para cima, e não se pode dizer que lá eles tenham a hegemonia do partido.

Agora, a entrada dos parlamentares no PT, a meu ver, viabilizou o PT no Estado. Para entender isto é preciso ver o que é o fenômeno Santillo. Henrique Santillo é uma pessoa que sempre esteve comprometida com a luta e o movimento popular no Brasil. Desde a época de estudante em Minas, passando pela

prefeitura de Anápolis, até agora como senador, ele sempre defendeu um projeto de mobilização popular. E sua enorme capacidade de mobilização fez com que sua entrada para o PT arrastasse toda uma série de setores populares para o partido.

O fato de Santillo ter sido aliado do PMDB que ficou com Mauro Borges, um conspirador arrependido de 64, é uma prova de seu compromisso popular. E o fato de ter preferido o PT ao PTB, por exemplo, só vem confirmar a mesma tese. Se ele não veio desde o início, isto se deve a questões de correlação de forças no PMDB ou, no limite, sua vinda agora não deixa de ser uma auto-crítica. Enfim, Santillo é um companheiro valoroso para a construção do PT em Goiás, trabalho que chega até a vereadores já filiados ao PT. Por outro lado, Santillo trouxe do MDB cerca de 32 diretórios municipais que agora se transformarão em núcleos. Há ainda o apoio efetivo, ainda que não formal, de toda a Igreja progressista do Estado à proposta do PT.

O que temos que fazer agora é amarrar organicamente tudo isto superando uma certa frouxidão ainda existente na articulação a nível estadual.

# O Manifesto aclamado

Aqui, na íntegra, a versão final do Manifesto do PT aprovado por aclamação no encontro do dia 10 em São Paulo.

O Partido dos Trabalhadores nasce da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através das suas lutas. As grandes majorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista dos seus interesses econômicos, sociais e políticos venham das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

## Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender os seus direitos, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços básicos nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isto, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

## Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra do seu próprio esforço coletivo. Por isto protestam, quando, uma vez mais, na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de

cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não

proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por partidos independentes do Estado como também por associações e sindicatos populares independentes tanto do Estado como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas nacionais que até hoje só tem servido aos inte-

resses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a nação é o povo e, por isto, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. E preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isto, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.



apenas nos momentos das eleições mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade, e cujas decisões sejam tomadas pelas majorias.

Queremos, por isto mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas, e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

## Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantam, efetivamente, os direitos dos cidadãos, e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação; onde sindicatos urbanos e rurais e associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho; onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial; onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal; onde os burocratas e tecnocratas de Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido,

Leia e assine:

EM TEMPO:

EM TEMPO:

EM TEMPO:

UM

JORNAL

AO LADO

DOS

TRABALHADORES



Nome ..... Profissão .....  
Endereço ..... Bairro .....  
Cidade ..... Estado ..... CEP .....

Estou enviando o cheque nº ..... do Banco .....  
Por assinatura:  ANUAL Cr\$ 800,00  SEMESTRAL Cr\$ 45,00  
Exterior:  INDIVIDUAL US\$ 70,00  INSTITUIÇÕES US\$ 120,00  
Rua Mateus Grou, 57 — São Paulo — SP — CEP: 05415 — Fones: 853-6680  
280-4759

# A proposta de programa para o PT, ponto por ponto

Segundo o documento "Pontos para a elaboração do Programa", o programa do PT deve partir dos textos já assumidos pelo movimento a saber: a Carta de Princípios e a Plataforma de 1º de Maio de 1979, a Declaração Política do Encontro De São Bernardo (outubro/79) e o Manifesto de Fundação (10/fevereiro/80), que marcam a posição das forças que, até aqui, o impulsionaram. Além disso, "marcam o fato de que, mesmo antes de constituir-se formalmente, o partido já existe principalmente no jogo de forças políticas nacionais".

Para os seus responsáveis, o próprio método de sua elaboração já mostra a diferença com os demais partidos: "o programa do PT não pode ser um programa para o Tribunal Superior Eleitoral". Daí, constata-se que ele deverá surgir das bases sociais mais amplas, representadas pelos trabalhadores de todas as categorias, pelos camponeses e trabalhadores rurais, pelos moradores das periferias, e pelo movimento negro, das mulheres e dos índios.

O documento define inicialmente os setores que deverão participar da elaboração do programa. Em primeiro lugar, as bases atuais do PT, depois as bases sociais mais amplas, representadas pelos trabalhadores de todas as categorias, pelos camponeses e trabalhadores rurais, pelos moradores das periferias, e pelo movimento negro, das mulheres e dos índios.

Como um Partido dos trabalhadores e da sociedade, o PT não se preocupa com uma possível demora nesse processo de discussão pois "por demorado que seja, é o único que dará ao programa uma qualidade diferente, não apenas em relação ao programa dos outros partidos, mas em relação principalmente ao compromisso recíproco entre partido e militante."

## Sobre a concepção do programa do PT

Mais uma vez, aí, o programa do PT difere dos demais: em primeiro lugar, diz o documento, "O PT não pode nem deve ter em seu programa algo que se assemelhe a um programa de governo, para quando chegue ao Poder". Isto porque, enfatiza, a proposta do PT "não é de administrar o capitalismo e suas crises, supostamente em nome da classe trabalhadora". O PT sabe, continua, "que na atual correlação de forças não chegará ao poder; e quem chegue ao poder neste contexto terá a tarefa de perpetuar o regime de dominação de classes". O programa do PT não pode pretender ser um programa de governo por dois motivos: "na atual correlação de forças não é alternativa de poder e seu nível de abrangência e articulação não o credenciam ainda como portador da vontade de hegemonia da classe trabalhadora".

O documento mostra ainda o que significa unificar os interesses dos trabalhadores no plano político: "significa colocar em questão toda a organização da sociedade, até hoje voltada para a exploração e a opressão". E conclui que a extrema centralização do poder, no Brasil, "torna necessário que os trabalhadores coloquem no centro de sua intervenção a questão do Estado", procurando colocar a questão da democracia em termos concretos ("não basta dizer 'abaixo a ditadura', nem falar tampouco 'em abstrato de governo dos trabalhadores'").

Para os autores, democratizar realmente o Estado e a sociedade significa criar "formas de organização e mecanismos de representação para que as grandes maiorias da população possam de fato mandar no país".

O PT é um passo concreto nesse sentido por duas razões: a) por abrir a possibilidade de participação na política das massas populares, até hoje marginalizadas do sistema partidário; b) começa a construir, aqui e agora, as formas democráticas de organização e representação dos trabalhadores. Seus diretórios e núcleos serão instâncias de decisão da vida partidária, sua direção será eleita democraticamente, seus parlamentares serão verdadeiros representantes, isto é, levarão a voz e a vontade dos trabalhadores e dos movimentos populares para as casas legislativas: os dirigentes e parlamentares do PT serão executores das decisões democraticamente adotadas pelo conjunto partidário.

"Embora pretenda servir aos movimentos sociais, o PT não os substitui, prossegue o documento. Respeita sua liberdade de atuação e procura garantir sua autonomia, apoiando, mas não fazendo no lugar desses movimentos sociais as suas lutas.

O programa, no mesmo sentido, deve expressar as "aspirações comuns de liberações, o desejo comum de eliminar a exploração, a vontade de construir uma nova sociedade" que desponta do conjunto dos movimentos populares. Todas essas aspirações apontam na direção do socialismo. Isso,

**Fundado oficialmente o partido e aprovado o seu manifesto, o PT deve encaminhar nos próximas semanas um intenso processo de discussão nas bases, em torno de suas formas de organização e de seu programa, que deverá desembocar no Encontro Nacional previsto para o mês de abril. Aqui, um resumo do documento "Pontos para a Elaboração do Programa", redigido por um intelectual a Pedido da Comissão Nacional Provisória. O documento, está dividido em seis grandes itens: 1 — sobre o método de elaboração do programa, 2 — concepção de programa, 3 — um programa para a democracia, 4 — um programa para a sociedade, 5 — um programa para a conjuntura e 6 — um programa de ação que deverão ser debatidos não só pelos núcleos organizados do PT como pelas mais amplas faixas do movimento popular, segundo recomenda o seu autor.**



entretanto, não faz com que o programa do PT seja socialista "porque isto seria falsear sua relação com as bases sociais das quais emana. Seria repetir uma versão de "programa de cima para baixo". Seria colocar a questão do socialismo como uma receita deduzida dos princípios e não um compromisso de luta dos trabalhadores".

O documento propõe, então, a divisão do programa em quatro partes: a) um programa para a democracia b) um programa para a sociedade; c) um programa para a conjuntura e os interesses imediatos dos trabalhadores e d) um programa de ação para o partido.

## Um programa para a democracia

A conquista da democracia, diz o documento, "é uma condição fundamental para que as classes exploradas e espoliadas não sejam jogadas ao "gelo" da não-participação, do isolamento e da discriminação.

"Respeito aos direitos humanos, complemento da anistia, com a punição dos responsáveis pelas mortes e torturas, reabilitação das lideranças sindicais e funcionários públicos, vítimas de intervenções e "cassações brancas", reintegração de todos os atingidos, com indenização dos prejuízos, desmantelamento dos aparelhos de repressão e revogação da Lei de Segurança Nacional, eleições livres e

diretas em todos os níveis (do presidente da República a delegados de polícia), restauração da autonomia dos poderes (Legislativo e Judiciário), dos Estados e Municípios, das capitais, e "zonas de segurança nacional", ampla, total e irrestrita liberdade de organização e expressão, política e partidária, direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana", são pontos do programa para a democracia.

## Um programa para a conjuntura: interesses dos trabalhadores

É o plano em que são abordadas as grandes questões nacionais. Mais uma vez se enfatiza que o PT não propõe soluções; antes, essa parte do programa consiste na "mais vigorosa denúncia, de um lado, e do outro, na visão que as classes trabalhadoras tem dessas questões":

a) A questão econômica: o PT, de acordo com o documento, "deve radicalizar a denúncia do modelo vigente, e, ademais, mostrar a complementaridade entre as formas ditatoriais de regime e a acumulação de capital violentíssima". O PT, da mesma forma, não busca um capitalismo civilizado, não pretende qualquer tipo de co-gestão: o "controle sobre os desmandos da iniciativa privada advirá da melhor organização sindical e política das classes trabalhadoras".

b) A questão do Estado: A tarefa, desde já, é democratizar o Estado, retirá-lo das funções de sustentáculo do lucro privado, reverter as empresas estatais à sua função pública, os impostos para incentivar os serviços públicos ao invés do capital, buscando o controle popular sobretudo das instâncias do poder estatal, que no entender dos autores, seria efetivado através do Parlamento auxiliado por órgãos dos próprios trabalhadores (como as comissões de fábrica) ao nível das empresas.

c) A questão nacional: só os trabalhadores podem atualizar o conceito e a prática da Nação, não renunciando a ela, pois "eles são a Nação: não se trata de reservar um mercado para a burguesia nacional" mas de opor aos interesses dessa internacionalização, que concentra capitais nacionais e estrangeiros, aos interesses dos trabalhadores".

d) A questão agrária: O PT deve levar em consideração os interesses dos trabalhadores do campo, assalariados ou pequenos produtores, lutando por seus direitos sindicais e políticos, mostrando a identidade de interesses entre os trabalhadores da cidade e do campo: salário mínimo unificado, que beneficie os trabalhadores rurais, preços mínimos para os produtores rurais, apoio aos posseiros, combate à especulação da terra, controle social do crédito rural, etc.

e) A questão social: que os gastos sociais de toda ordem sejam pagos pelo Estado, acabando com a privatização dos serviços sociais e da educação, assumindo ao mesmo tempo as reivindicações próprias dos setores oprimidos, como as mulheres, os negros, unificando as lutas de todos os trabalhadores;

f) A questão internacional: o PT "se posiciona frente à crise internacional dos dois sistemas, numa posição de independência. Nem subordinação econômica com relação a um, nem subordinação ideológica com relação a outro". Manterá uma solidariedade ativa com todos os movimentos de libertação e com os oprimidos de todos os sistemas, denunciando tanto "a farsa dos direitos humanos de Carter", como os "gulags" de todas as latitudes, na URSS como em outras partes".

"Os trabalhadores apontam para a inflação e o desemprego como seus grandes inimigos", diz o documento. Aponta contra uma "política de combate à inflação que uma vez mais tenta jogar sobre os trabalhadores e peso da luta anti-inflacionária". Devem lutar pelo aumento do salário real, não aceitar "formulas de produtividade", buscar a luta e a negociação, bem como a greve quando necessária.

Deve exigir o salário-desemprego, o aumento do emprego, a taxação progressiva das grandes rendas e dos lucros, procurando também que seja atenuados os "impostos indiretos, sobretudo nos itens que compõem o orçamento da família trabalhadora".

## Um programa de ação para o partido

Finalmente, segundo o documento "aqui reside o forte do programa do PT" que deve buscar sua razão de ser: "articular os movimentos sociais, suprimir-lhes a atomização, unificar as demandas aparentemente diversas entre salários e água encanada". O PT deve responder à questão essencial: "como se organizar para impor os interesses da coletividade sobre os interesses privados? Como combater a autonomia e liberdade sindical, com a unidade da classe trabalhadora?"

O PT deve propor que os gastos sociais a serem custeados pelo Estado sejam decididos e administrados pelas comunidades, estimular a transformação de comitês setoriais de transportes, creches, legalização de lotes, e tem verdadeiros conselhos de bairros, eleitos pelos próprios moradores: "aí será o lugar privilegiado de crescimento do movimento popular, da autogestão social do Estado e de crescimento e enraizamento do próprio PT".

Os trabalhadores devem fiscalizar o funcionalismo das empresas estatais, através da formação de conselhos de empresa. Igualmente, devem rejeitar qualquer proposta de co-gestão; nelas deve lutar pela representação sindical (delegados, comissões de fábrica), pela estabilidade no emprego, contrato coletivo de trabalho, etc.

O documento termina afirmando que o PT deve buscar amarrar todas as pontualidades da luta popular, encontrar novas formas de organização simultâneas e dentro dos movimentos sociais: "por exemplo, o PT deve estimular que seus militantes façam uma escola em cada núcleo, preparando, com isso, uma educação para a hegemonia, o tipo de educação que deve ser um partido dos trabalhadores, democrático, de massas e revolucionário ao mesmo tempo. Ao invés dos núcleos voltarem para si próprios deveriam sempre exercer alguma atividade diretamente ligada às reivindicações populares".

## Comissões de fábrica

## Uma resposta antiga dos trabalhadores

Ocupando o espaço aberto pela censura e na esteira do ascenso das mobilizações dos trabalhadores, começam a se multiplicar os livros de memórias e análises do movimento operário e popular no Brasil, fato dos mais auspiciosos, principalmente se levamos em conta que até bem pouco tempo a única história conhecida, porque divulgada, era a que tratava das classes ou grupos dominantes e dos "heróis" auto-proclamados.

A memória operária, suas lutas, avanços e impasses permaneciam relegadas ao mais fundo da cena política e seguia-se repetindo aos quatro ventos que éramos um "povo" sem tradição de luta, submisso e "cordial". Contraopondo-se a esta visão conservadora e cômoda é que têm surgido várias obras, tentando fazer emergir a classe trabalhadora, não mais como simples objeto manipulável e mudo, mas como sujeito do processo histórico. Nessa perspectiva inscreve-se o livro de R. Maranhão, Sindicatos e Democratização, lançado em 1979.

Cobrando um período extremamente rico e polêmico da história brasileira, — de 1946 a 1950 — Maranhão procura enfatizar a importância dos conflitos de trabalho, "que podem não só adquirir um teor político mais amplo e global, como também romper os marcos institucionais vigentes, politizar-se além de nível esperado". Outra de suas preocupações é explorar a relação partido classe e a questão da espontaneidade e organização dos trabalhadores, neste momento, levando em consideração a conjuntura internacional, que oscilou da política de colaboração entre comunistas e capitalistas à "guerra fria", que no caso do Brasil e personificada pelo PCB travestiu-se no primeiro momento — até meados de 1947 — na política de "ordem e tranquilidade" e contra as greves e num segundo momento nas greves tiradas "no grancho" ou "no apito", puxadas de fora das fábricas, sem nenhuma preparação anterior e muitas vezes a revelia dos próprios trabalhadores.

A atenção para o papel que desempenhou o PCB no período atravessa todo o livro, já que, como diz o próprio autor, é a organização política que neste momento mais se embrica com o movimento operário. Maranhão analisa as formas de organização desenvolvidas pelos trabalhadores, espontaneamente ou inspiradas pelo partido, que vão desde as comissões de fábrica ou empresa, até os órgãos de cúpula, como o MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), as Uniões Sindicais Municipais e as Associações Paralelas.

## Da colaboração ao radicalismo

Da atuação do PCB, que variou da "colaboração de classes" absoluta a um radicalismo inconsequente e suicida, desgastando as greves enquanto formas de luta e pondo a perder lideranças enraizadas no movimento, ressalta não apenas um comportamento teleguiado à distância, mas um exacerbado oportunismo político. No primeiro momento, encaminhar contra as greves que surgiram, premiadas pelo excessivo arrocho salarial, legitimado pelo "esforço de guerra" e mesmo boicotá-las abertamente, era necessário já que o partido lutava por sua legalização ou usufruía de seu curto espaço de tempo enquanto partido institucional. No momento seguinte já com seu registro cassado, lançado novamente à clandestinidade e com uma acelerada sangria de quadros, a linha podia dar um giro de 360 graus sem considerar a prática dos militantes e da própria classe até aquela data.

**“As comissões nos locais de trabalho foram fundamentais para que as lutas pudessem existir e ter continuidade”**

Quando a paz social e a luta pela "democracia" compunham o fio condutor da política do partido, a organização autônoma nas fábricas, o trabalho de base com vistas a autonomia sindical sequer era cogitado e a "tática dos líderes sindicais comunistas era de compor com membros das diretorias ministerialistas, para conseguir parte do controle dos órgãos de

A falta de um maior enraizamento nos locais de trabalho tem sido, no decorrer dos tempos, uma das maiores debilidades do movimento sindical brasileiro. O cupulismo e a atuação quase que exclusiva no interior da estrutura sindical atrelada tem impedido um nível mais avançado de organização dos trabalhadores e enfraquecido sua capacidade de resistência às investidas patronais e do governo, como é exemplo gritante, o total desbaratamento das entidades sindicais e das lideranças operárias mais combativas, a partir do golpe de 1964.

Baseados na experiência do movimento sindical no período que antecedeu à queda do governo Goulart, setores de vanguarda operária começaram a preconizar uma ênfase no trabalho de base, da qual resultaria a proposta de criação de organismos locais de

aglutinação dos trabalhadores, ou Comissões de Fábrica, como ficaram conhecidas após a experiência dos operários da Cobrasma, em Osasco, entre 1966 e 1968, liderados por José Ibrahim.

O fenômeno das Comissões, entretanto, não é novo, nem se trata de uma proposta apenas avançada por setores das oposições sindicais. Como o demonstra o livro "Sindicatos e Democratização", de Ricardo Maranhão, resenhado por Elvira de Oliveira, as Comissões tem origens mais antigas, aparecendo notadamente no período aberto com a queda do Estado Novo, em 1946, e que testemunha a criatividade e as saídas encontradas pelos próprios trabalhadores, mesmo à revelia dos partidos políticos — à época o PCB — para auto-organizar-se e lutar por seus interesses.



classe". Com a mudança de conjuntura, já no final de 1946, e o expurgo dos comunistas dos sindicatos a tática também se altera e a formação de comissões de fábrica ou empresa, agora em condições muito mais adversas, passa a ter maior importância, embora "sempre acompanhada da idéia de que tais órgãos deveriam servir para reforçar os organismos sindicais".

## O paralelismo sindical

Nesse período de radicalização do PCB, que se cristaliza em 1950, conforme aparece no Manifesto de Agosto, documento em que Prestes teoriza sobre a nova linha partidária, é que aparecem as Associações Paralelas. Essas associações, registradas como entidades civis, eram inspiradas por operários comunistas de liderança e tinham por objetivo substituir os sindicatos agora fechados à participação destes. Estas no entanto, criadas de cima, sem qualquer respaldo das bases, pouco eco tiveram, reunindo nos anos em que funcionaram apenas 22 mil associados em todo o Brasil.

R. Maranhão dá conta de algumas delas: a Associação dos Trabalhadores em Transportes Urbanos de São Paulo, "sem qualquer vínculo como o sindicato da categoria e que surgiu quando da greve da CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletiva) de 12 a 15 de

novembro de 1949"; a Associação dos Trabalhadores Têxteis; o Centro dos Operários Bandeirantes; a Associação dos Trabalhadores da Light; a Associação dos Operários da Votorantim e a Associação dos Bancários, a mais bem sucedida de todas. Esta, "era tolerada pelo sindicato, que aceitou em alugar uma sala de suas dependências". A Associação dos Bancários surgiu em 1950 e em 1952 organizou uma greve geral dos trabalhadores dos bancos paulistas, que durou 69 dias.

## Comissões: Fenômeno antigo

Justamente na relação do partido com a classe, e ante tantas evidências da política desastrosa do PCB levada junto aos trabalhadores, é que está a maior fragilidade de "Sindicatos e Democratização", pois o autor atem-se mais à descrição que à análise da relação e quando a faz

**A tática dos líderes sindicais comunistas era compor com os pelegos para conseguir parte do controle nos sindicatos.**

é de forma tímida, sem aprofundar os significados desta para os trabalhadores e seu aprendizado, principalmente levando-se em conta que o PCB considerava-se a vanguarda, a direção da classe operária.

Por outro lado, o estudo que R. Maranhão faz sobre as comissões de fábrica ou empresas é extremamente interessante por mostrar a importância que elas tiveram para o movimento naquele período: as "comissões nos locais de trabalho foram fundamentais para que as lutas pudessem existir e ter continuidade"; e também por demonstrar que a organização de base nos locais de trabalho, demanda das mais presentes no movimento operário da atualidade, não é fenômeno novo no país, tendo sido o sustentáculo e direção do movimento, num período em que ele se enfrentava, de um lado com a violenta repressão desencadeada pelo governo Dutra e do outro com uma direção auto-proclamada, que atraía muitos dos operários combativos, mas que tinha como diretriz uma prática descolada das aspirações e necessidades do movimento, no mais das vezes cupulista, numa política de aliança com os pelegos.

## As comissões surgiram mesmo

Isso, numa época em que, "os sindicatos não chegaram sequer a cumprir funções atenuadoras do conflito de classe, como os pelegos dos anos 50 e 60. Na verdade, o grau de heteronomia trabalhista do período é extremamente grande, incluindo não apenas o controle através dos chamados pelegos "ministerialistas", como também a presença do "pelego patronal", diretamente vinculados aos patrões..."

## As comissões surgiam mesmo sem a orientação dos partidos

As comissões de Fábrica, que neste período eram conhecidas como comissões de salários, comissões sindicais e entre os ferroviários como comissões de reivindicações, surgiram em número expressivo em várias categorias e entre os têxteis é que tiveram maior expressão, formando-se "mesmo quando não havia orientações explícitas de grupos partidários ou sindicatos" e muitas vezes compostas por operários não sindicalizados.

Em 1946, o caráter das comissões era semi-clandestino, passando a ser completamente clandestino pós 1946, já que de outra maneira, os operários que as comunistas seriam pesseguidos. A formação das comissões se dava de duas maneiras: ou eram criadas no momento do conflito aberto entre patrões e empregados e podiam ser dissolvidas ou não após o término da greve, ou surgiam fora deste momentos, "mobilizadas para tratar de questões específicas, internas às fábricas", promovendo reuniões dentro das próprias fábricas.

## A explosão operária: 1946

O movimento operário após a mordida do Estado Novo, explode com grande vigor e já nos dois primeiros meses de 1946, 60 greves tinham acontecido, com cerca de cem mil operários parados no dia 20 de janeiro, só em São Paulo.

Destas 60 greves, mais ou menos 15 delas haviam sido organizadas por comissões de fábrica ou empresa. Entre 30 de janeiro a 22 de fevereiro, 50 mil têxteis entraram em greve, dirigidos por comissões de fábrica. Com o término desta, as comissões nesta categoria continuaram mobilizadas "e em processo de discussão interna às fábricas, conseguindo reunir representantes dos locais de trabalho com membros do sindicato, em uma comissão permanente para debater salários, diretamente com autoridades do Ministério do Trabalho".

Entre os metalúrgicos e ferroviários, as comissões tiveram também importante papel e todas as mobilizações destas categorias, no período, foram por elas lideradas.



# Ousadia, a receita para o ABC

Com a realização das assembleias simultâneas no dia 29 de fevereiro, começa a esquentar a campanha salarial dos 300 mil metalúrgicos do ABC. Por enquanto, o trabalho tem se limitado a organização e discussão nas fábricas, sobretudo em São Bernardo, onde ousadia na ação é a receita principal para encaminhar a luta.

Por Tom Duarte

**D**ia de ano bissexto, 29 de fevereiro acontece somente de quatro em quatro anos. Este ano, entretanto, tem um atrativo todo especial: é que nesse dia, estarão reunidos, simultaneamente, às assembleias sindicais de Santo André, São Bernardo e São Caetano que, em nome de 300 mil metalúrgicos do chamado ABC paulista, onde se localizam as mais importantes indústrias do setor automobilístico, decidirão sobre a pauta de reivindicações que deverão apresentar aos negociadores patronais.

Aumento de 15 por cento acima do Índice Nacional de Preços aos Consumidores (INPC) salarial profissional redução da jornada de trabalho para 4 horas e a criação de representantes sindicais nas empresas são considerados os pontos mais importantes da pauta preliminar já distribuída pelas diretorias às suas bases (ver box abaixo).

## Aumento real

Para Luis Inácio da Silva, o Lula, os metalúrgicos deverão exigir dos patrões um aumento real de salários e que, inclusive sirva para recuperar o que resta dos percentuais roubados através da manipulação do índice de custo de vida, por Delfim Neto, ao tempo do governo Médici. "O INPC, quando muito, diz o Lula, serve para reajustar os salários — isto é, recuperar o que foi comido pela inflação. Nós queremos é obter um aumento real, que deve sair dos lucros gordos dos patrões". Segundo essa posição, a exigência de 15 por cento, na prática, significa também, passar por cima das filigranas da produtividade que, a exemplo da Conceição, do samba de Caubi Peixoto, "ninguém sabe, ninguém viu", pois nem mesmo os patrões, confessadamente, criaram os mecanismos para sua aferição.

## Salário profissional

Mais importante que os índices de 15 por cento que caso o INPC seja de 40 por cento, representarão 61 por cento de aumento sobre os salários de novembro ou 96 sobre os de abril do ano passado, parece estar sendo considerada a questão do salário profissional e do salário piso. "De nada adianta obter um bom aumento, se no outro dia o patrão manda o trabalhador embora, contratando outro por salário inferior", diz Benedito Marcílio, de Santo André.



Segundo o Lula, os representantes dos trabalhadores vão para as negociações com a exigência do piso em aberto: "os patrões vivem dizendo que os trabalhadores merecem um piso condigno. Vamos ver o que eles nos oferecem. Se for bom aceitamos; caso contrário apresentaremos uma contraproposta". Por outro lado, o salário profissional pretende acabar com a pulverização de faixas salariais existente nas empresas e deverá situar-se na antepenúltima faixa existente atualmente em cada uma.

## Delegado sindical

Mas é na questão do delegado sindical ou representante dos trabalhadores que deverá situar-se um dos pontos mais polêmicos da atual campanha. Tendo-o rejeitado em épocas anteriores, inclusive sob o estímulo do governo, os empresários parecem aos poucos mais acessíveis. Ademais, de acordo com o jornal "Gazeta Mercantil" (7/2/80), já estaria, inclusive, existindo iniciativa do próprio secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Alencar Rossi, incentivando as empresas a aceitar a criação do delegado.

Quebrado o sigilo, talvez represente um golpe sobre a capacidade de barganha dos representantes do Grupo 14, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) encarregados de negociar com os trabalhadores, que pretendiam trocar a criação do delegado com o rebaixamento dos percentuais de aumento. De qualquer maneira, representa um reforço para as pretensões dos dirigentes sindicais, preocupados em criar, definitivamente, bases mais sólidas nas fábricas.

A discussão acerca da importância do delegado ocupou, inclusive, boa parte da reunião realizada no sindicato de São Bernardo, no sábado de carnaval. Cerca de 200 trabalhadores escolhidos nas fábricas para integrarem a Comissão de Salários, debateram exaustivamente com dirigentes sindicais, a lista de reivindicações e o encaminhamento da assembleia do dia 29.

No momento em que todos concordavam na importância de conquistar a representação, como base de um trabalho mais amplo nas fábricas, foi o próprio Lula que apresentou uma sugestão — apenas para fase inicial de discussão — e que lhe teria sido feita por um trabalhador da Villares. "Esse companheiro, disse o Lula, propôs que o sindicato enviasse para as empresas uma relação de nomes que a partir daquele momento passariam a representar o sindicato, com as mesmas imunidades que os diretores de base".

Classificada por ele mesmo como ousada, e que somente poderia ser implementada, inicialmente, naquelas empresas onde ouvesse um sólido trabalho para respaldar os nomes indicados — sujeitos à dispensa pelos patrões a proposta deverá ser debatida na assembleia, onde serão estudados todos os seus aspectos positivos e negativos.

## Trabalho intenso

Aquela reunião, em pleno carnaval, refletia, sem dúvida o intenso trabalho de organização e mobilização que vem sendo feito na base de Sindicado de São Bernardo, contrastando com a apatia existente em Santo André e sobretudo, São Caetano, onde sequer foram formadas Comissões de Salários. Enfrentando repressão nas portas das fábricas (como foi o caso Schuller, Polimatic e Mercedes Benz, onde a

segurança agrediu os trabalhadores, tentando impedi-los de participar dos comícios organizados pelos ativistas sindicais), a Comissão de Salários tem encaminhado centenas de reuniões, realizadas não só nos locais de trabalho, como nos bairros e na sede do sindicato.

Esse esforço visa, como observou Wagner Alves, militante de base em São Bernardo, superar uma das debilidades registradas em 1979, ou seja a organização dos trabalhadores, sobretudo das lideranças intermediárias que forem se formando. De acordo com ele, a incapacidade de criação de canais que ligassem as operários mais combativos ao Sindicato, uma vez passada a campanha, tem sido uma das maiores debilidades em São Bernardo. "Sabemos mobilizar muito bem, mas ainda temos muito que aprender quando se trata de organizar," diz Wagner.

E a organização será mais do que necessária, sobretudo quando se sabe que os patrões souberam aproveitar muito bem as lições das greves do ano passado, como se viu mais claramente na dos metalúrgicos de São Paulo, onde contaram, além de tudo, com um sólido apoio policial para quebrar os grevistas. Inclusive, mostrando que não dormem de touca, os empresários do Grupo 14 enviaram, há cerca de um mês, uma delegação composta por alguns de seus principais negociadores, como o advogado Benjamim Monteiro e Mauro Marcondes, diretor de Relações Industriais da Volkswagen à Europa, onde participam de ciclos de estudos sobre negociações trabalhistas.

Em vista disso, é muito provável que os patrões retardem o máximo possível o início das negociações, o que, possivelmente ocorrerá somente na segunda semana de março. Eles pretendem ganhar tempo, pois, em caso de impasse, pedirão a abertura de dissídio na Justiça do Trabalho, já no começo de abril.

Do lado dos trabalhadores, há uma certeza: os patrões não cederão um milímetro, a não ser sob pressão. Por isso é preciso preparar a greve, como afirmou o Lula no sábado. "Temos que encaminhar o trabalho para a perspectiva de greve, estimular a disposição combativa que existe, talvez nem será preciso deflagrá-la e consigamos um bom acordo apenas sob pressão".

## Fundo de Greve

*Se os patrões engrossarem, é provável que saia greve. Por isso, os trabalhadores de São Bernardo estão preocupados em organizar seu fundo de greve: apesar das dificuldades impostas pela legislação trabalhista, eles criaram a Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, entidade de direito civil. Com Cr\$ 700 mil em caixa, saldo do que foi arrecadado durante greve do ano passado, o Fundo de Greve precisa de muito mais recursos para atender as necessidades dos trabalhadores. Por isso depois do carnaval serão abertas as inscrições para a filiação ao fundo. Cada trabalhador deverá contribuir com Cr\$ 30,00 mensais.*

## As reivindicações do ABC

O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo está distribuindo junto a toda a categoria um livreto intitulado "Campanha Salarial - Demonstrativo de Reivindicações", de 24 páginas. Nele estão contidas todas as reivindicações que a diretoria dos sindicatos está encaminhando às assembleias do dia 29.

**Piso salarial** - Definido como o salário mínimo da categoria, já que depois de estabelecido, nenhum trabalhador pode ser contratado por salário menor, o piso ficará ainda em aberto, a ser fixado depois de uma primeira proposta patronal (muito embora, evidentemente, de posse de estudos do DIEESE, a diretoria já saiba qual deve ser esse mínimo). Ao lado do piso, surge, este ano, o salário profissional, para evitar a multiplicidade de salário existente em cada uma (atualmente, a maioria das empresas tem cinco, seis, dez ou mais faixas); o mínimo profissional seria, então a antepenúltima faixa.

**Reajustamento salarial e aumento** - O folheto explica a diferença entre reajuste (recuperação do que foi perdido com a alta do custo de vida) e aumento, que representa ganhos reais e crescimento do poder de compra. Por isso, desprezando a inútil discussão sobre produtividade, o sindicato propõe que se peça 15 por cento acima do INPC (Índice Nacional de Preços para o Consumidor). Com isso, afirma, os trabalhadores entrarão numa parte dos lucros das empresas.

**Admitidos após a data base**: Com a nova política salarial, os aumentos salariais passaram a ser escalonados, de acordo com os meses de serviço (1/12 avos para cada mês). Exige-se a volta ao sistema antigo, que garantia, aos trabalhadores

com menos de um ano de firma, o recebimento do mesmo índice que os mais antigos.

**Reajuste trimestral**: Mais uma contra a política salarial: "o custo de vida sobe sem parar e os salários ficam congelados por seis meses", diz o folheto. Por isso, exige-se reajustes trimestrais, para recompo-los, de acordo com índices fornecidos pelo DIEESE.

**Salários de substituição**: Dispensar um trabalhador, para evitar que ele receba o reajuste, contratando outro, com salário inferior, é uma tática antiga dos patrões. Daí a razão de se lutar para que o trabalhador que seja admitido no lugar de outro dispensado sem justa causa, ou, no caso de substituições provisórias, receba salário igual.

**Horas extras** - A hora extra tem sido usada em profusão pelas empresas, sugando os trabalhadores, que são obrigados a executá-las, sob risco de serem perseguidos pela chefia. Exigir que as empresas paguem caro, para desestimulá-las (e com isso contratar outros trabalhadores) justifica a proposta de que elas sofram o acréscimo de pelo menos 100 por cento;

**Promoções**: Os metalúrgicos do ABC exigem que os aumentos decorrentes de promoção não sejam descontados, e que os índices dos reajustes incidam sobre os salários já alterados e anotados em carteira.

**Quadro demonstrativo de salários**: fim do sigilo na política salarial das empresas. Os trabalhadores querem a fixação de um quadro demonstrativo dos salários pagos, seus padrões, cargos e funções;

**Transporte de trabalhadores**: é reivindicado o transporte gratuito em todas as empresas da região;

**Estabilidades específicas**: exige-se a estabilidade

para as empregadas gestantes até 90 dias após o licenciamento compulsório; da mesma forma, para o menor, desde seu alistamento militar até após sua definitiva liberação ou desligamento da unidade em que serviu.

**Estabilidades específicas**: exige-se a estabilidade para as empregadas gestantes até 90 dias após o licenciamento compulsório; da mesma forma, para o menor, desde seu alistamento militar até após sua definitiva liberação ou desligamento da unidade em que serviu.

**Garantia de emprego**: Os trabalhadores não aceitam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que acabou com a antiga estabilidade. Em função disso, é necessário que se tenha mais segurança no emprego, mediante: a) estabelecendo-se que todos terão direito ao emprego; b) que o empregador não poderá rescindir por sua conta os contratos, salvo por motivos técnicos ou financeiros, demonstrados aos trabalhadores ou nos casos de falta grave; c) deve ser comunicado o motivo da rescisão do contrato, em qualquer situação (com ou sem justa causa); se não for verdadeira a alegação, o trabalhador dispensado deve ser reintegrado; se isso for impossível, além do FGTS ele terá direito a uma indenização, de acordo com os artigos 477 e 478 da CLT, paga pelo empregador.

**Preenchimento de vagas**: as empresas deverão recorrer aos departamentos dos sindicatos, que darão preferência aos trabalhadores atingidos por dispensas coletivas;

**Aviso prévio**: O aviso prévio deve ter seu prazo aumentado de 30 para 90 dias. O objetivo é ajudar o empregado mais idoso, dando-lhe mais tempo para encontrar um novo emprego.

**Empregados acidentados**: a empresa é responsá-

vel pelos acidentes sofridos por seus empregados, vítimas, na maior parte, das precárias condições de trabalho. Que elas garantam o emprego e paguem os salários normalmente para os acidentados.

**Garantias Sindicais**: Ao contrário de outros países, no Brasil é criada toda sorte de impedimentos aos representantes sindicais. Além da eleição de delegados sindicais nas empresas, reivindica-se o direito dos diretores sindicais nas empresas, reivindica-se o direito de diretores sindicais entrarem a qualquer hora nas fábricas para fiscalizarem as condições de trabalho.

**Redução do horário de trabalho**: para acabar com o desgaste provocado pela jornada de 48 horas e propiciar a criação de novos empregos se impõe, diz o folheto, a redução da jornada para 40 horas, mantendo-se os níveis salariais.

Outras reivindicações: o documento traz ainda outras reivindicações como o pagamento de adicional de 30 por cento para a insalubridade comprovada, o abono das faltas dos trabalhadores estudantes, a colocação de quadros de avisos nas empresas, à disposição dos sindicatos, fim da mão de obra temporária, desconto assistencial, fornecimento de atestados médicos e odontológicos pelos sindicatos, e o controle das chefias arbitrária nas empresas: exige-se o direito dos trabalhadores suspenderem os chefes que cometerem injustiças (depois de três suspensões ele seria substituído). Igualmente, a cada seis meses seria feita uma pesquisa entre os trabalhadores sobre o comportamento das chefias (capatazes, gerentes, feitores, etc). Se a maioria estiver, descontente com um chefe, ele será substituído.



## Vestuário: Patrões × operários no sul

Uma batalha que vem se desenrolando há meio ano entre patrões e operários na indústria do vestuário de Porto Alegre. Esta é a melhor definição para as escaramuças que ocorrem desde a greve de setembro que atingiu toda a categoria. Desde então, após ser realizado um acordo, terminando com a greve de 4 dias, os empresários não pagariam o estabelecido, nem cumpriram as outras reivindicações. E na semana que passou, parecia que essa batalha iria terinar.

No meio da semana, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) finalmente julgou o dissídio, aprovando a maior parte das reivindicações, entre as quais um aumento de 65 por cento; delegado sindical para cada 100 trabalhadores com estabilidade de dois anos e, o mais importante, a fixação do piso salarial de Cr\$ 4.800,00, para reduzir a alta rotatividade de mão de obra no setor. Além destas, foi decidida a estabilidade para a gestante num período de 90 dias; estabilidade de um ano para o trabalhador que voltar do seguro e, ainda, as duas primeiras horas extras tem um acréscimo de 25 por cento e as demais de 50 por cento.

Mas quem pensava que a batalha estava ganha se enganou, redondamente. A reação dos patrões foi imediata. Primeiro, abriram as baterias contra a decisão do Tribunal e, mais, contra os próprios juízes, chamando-os de "demagogos". Para o lado dos trabalhadores ameaçaram com o desemprego. Assim decidiram recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (que tem todos os seus juízes escolhidos pelo presidente da República e, por isso mesmo, são os mais ferrenhos defenso-

res dos patrões) e nesse meio tempo não pagar um centavo a mais. Os patrões usam também de um forte argumento para não aceitarem o piso salarial: o principal é de que as empresas de Porto Alegre perderiam o poder de competitividade com relação às de outras cidades gaúchas e mesmo de fora do Estado. Segundo o industrial Waldemar Bier, porta-voz do sindicato patronal, "o sindicato é inteiramente sensível às necessidades de melhores salários para os trabalhadores e por isto somos a favor do estabelecimento de um piso salarial como o julgado pelo TRT, ou outro até superior, desde que ele seja de âmbito nacional, e não exclusivo de Porto Alegre". E explica que "enquanto as indústrias de Porto Alegre teriam que pagar Cr\$ 4.800,00 como piso salarial, as empresas de outros municípios continuam recrutando trabalhadores para o setor até por menos de Cr\$ 3.000,00, o que retira daquelas toda a competitividade.

Para o presidente do sindicato dos trabalhadores, João Paulo Marques, a única resposta aos patrões será entrar em greve, se persistir o atual quadro. E para isso já está marcada uma assembleia para daqui a duas semanas, quando os operários discutirão um relatório elaborado pelo DIEESE com três linhas de análise: o levantamento da evolução dos preços dos produtos do vestuário, compreendido entre novembro de 1978 e novembro do ano passado; o cálculo da rentabilidade do faturamento e do patrimônio líquido de cada empresa de Porto Alegre e, finalmente, a participação dos salários no custo de produção.

(Sérgio Rückert)

## Cachoeiras de Macacu/RJ Prisão de posseiros

No dia 30 de janeiro passado um forte contingente policial, seguindo instruções do juiz da Comarca de Cachoeira de Macacu, Wellington Jonas Paiva, prendeu 79 lavradores, 9 menores e o padre Joaquim Van Leeuwen. O Juiz Jonas Paiva justificou tal medida tendo em vista dois fatos: ocupação ilegal de terras e desmatamento. Isto no entanto não passa de mera camuflagem dos interesses realmente existentes. Acontece que a área em questão foi desapropriada em 1963 por João Goulart, sendo devolvida por um edital do INCRA, em 1975, ao grupo Agro Brasil Empreendimentos Rurais S.A.. Este ato é no entanto ilegal, uma vez que somente outra portaria presidencial poderia cassar a expropriação feita. Quanto a questão do desmatamento, qualquer pessoa vê o ridículo de tal argumento. Sendo área de plantação, isto significaria que nem a Agro Brasil poderia tocar nas terras. Na realidade, o Juiz Jonas Paiva deixou escapar sua real preocupação quando afirmou ser necessário expulsar os posseiros, "pois imagine-se as pessoas começarem a invadir as terras pelo Brasil". Ele prefere, inspirado no sagrado direito a propriedade privada, que se especule sobre as terras ao invés de torná-las mais produtivas.

A prisão dos lavradores teve grande repercussão na cidade. Em algumas

horas, mais de mil pessoas se deslocaram para o local onde estavam os detidos. O delegado, extremamente nervoso com tal mobilização, acabou tendo que ceder e soltou por volta da meia noite todos os detidos.

No dia seguinte, mais de 120 lavradores se dirigiram ao Rio de Janeiro, onde, juntamente com os dirigentes da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), tendo à sua frente o presidente Eraldo Lirio Azeredo, se dirigiram ao INCRA. "Os trabalhadores exigem providências imediatas do INCRA para evitar que o conflito aumente" disse Eraldo ao substituto do coordenador do órgão, Domênico Bissel. O substituto, altonito com tamanha ação, apenas fez promessas genéricas.

Os trabalhadores rurais de Cachoeiras de Macacu tem grande tradição de luta. A reportagem do EM TEMPO (ver nº 96) pode constatar isto, quando para lá se deslocou em novembro passado. Já naquela época fomos alertados que "alguma coisa" estava sendo preparada pelo Juiz e a polícia. Apesar das intimidações frequentes dos policiais e capangas da Agro Brasil, os posseiros afirmaram que lutariam até o fim, mas de forma pacífica, apelando sempre para todos os recursos jurídicos disponíveis.

## Curtas

Pode começar com greve o ano letivo em Minas Gerais: isso se o tal de Francellino Pereira (o da famosa sinopse) não revogar as dispensas de cerca de 10 mil professores contratados, promovidos recentemente e pagar o abono de janeiro, que faz parte do acordo feito durante a greve do ano passado. A efetivação de todos os contratados (mais de 73 mil) foi, inclusive, aprovada pela Assembleia mineira. E esse ato tem que ser cumprido por Francellino, diz a União dos Trabalhadores na Educação (UTE), a combativa entidade do professorado das alterosas.

A criação de um jornal nacional para a categoria, a política salarial do governo e o descumprimento de vários itens do acordo firmado em agosto do ano passado, pelas empresas, a adoção de uma ação conjunta para o reajuste semestral de março, são alguns dos pontos da pauta da reunião dos dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores na Indústria Petroleira, de todo o país, marcado para os dias 27 e 28 de fevereiro, em Rio de Janeiro.

Pelegada pode cair, depois de 18 anos sem enfrentar oposição, no Sindicato dos Motoristas do ABC: com a aposentadoria do pelegão Aristides Trevisan, talvez fique mais difícil para os seus seguidores manter-se no poder, agora que surgiu a chapa dois de oposição. A parada será decidida nos dias 16, 17 e 18 de abril.

Tantô tempo no poder lembra logo o Joaquinão, de São Paulo: e não é que o amigo dos carrapatos (e dos patrões), mais novo apoio encontrado pelo departamento trabalhista do PMDB, está pretendendo excluir dos quadros do sindicato, alguns trabalhadores de oposição, sob a alegação de que estão desempregados. Mesmo que isso fosse verdade, não passa da maior safadeza: e lá operário tem culpa de desemprego? Não é culpa dos patrões? Mas, a verdade, mesmo, é bem outra: é que o Joaquim (e os carrapatos) não aguenta ter operário combativo no sindicato e que os impeçam de fazer o jogo da FIESP lá dentro.

E por falar em pelego: Paulo Vidal, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e que durante muito tempo enganou um bocado de gente, tirou de vez a máscara: vereador eleito pela oposição, à Câmara Municipal local, passou de armas e bagagens para o PDS. Dizem que como recompensa, ganhará um cargo na Secretaria do Trabalho do governo Maluf. Na verdade, para quem o conhece bem, ele apenas vai trocar de secretaria: há muito tempo, afirma-se, que o PV colabora com os homens.



Os do retrato querem melhores dias.

## Comerciários do Recife: pode dar oposição

A cidade do Recife uma das mais populosas do Nordeste, famosa pelas discussões acerca do "inchaço" do setor terciário, tem no comércio sua principal atividade econômica.

Como existe um excesso de mão de obra e um sindicato extremamente débil e atrelado, as condições salariais, de trabalho e vida dos comerciários são das mais negativas do País.

O sindicato dos trabalhadores do comércio, com seus 50 mil associados está a 10 anos nas mãos do pelego Luiz Generoso, interventor nomeado pelo Ministério do Trabalho, em 1964. Nas primeiras eleições, logo após o golpe, Generoso foi derrotado, concorrendo novamente, em 1969, quando foi eleito. Desde então, vem desenvolvendo uma política de total omissão frente aos interesses da categoria. No ano passado, chegou ao cúmulo de propor e fazer aprovar o piso salarial de Cr\$ 2.200,00, pouco meses após ultrapassado pelo próprio salário mínimo, que atingiu Cr\$ 2.364,00, sendo então equiparado. Comentam os comerciários recifenses que tudo fez parte de uma jogada para valorizar o salário mínimo, que acabou aparecendo como um alto salário, já que era superior ao dos comerciários.

O salário mínimo local não determina apenas o piso salarial dos comerciários, mas também a média dos salários. O salário dos comerciários deveria ser complementado pelo comissionamento, cuja função é exatamente elevar os salários, mas que no caso aparece mais como um engodo.

Diversamente do sistema de porcentagens sobre as vendas, utilizado no sul, também rebaixador de salá-

rios, o comissionista só recebe a comissão, também calculada em porcentagens sobre as vendas, se essas atingirem as quotas sempre altas estabelecidas pelos lojistas. Entretanto, isso só é possível em época de festas. Por isso mesmo a média salarial acaba sendo mesmo o salário mínimo.

Além do excesso de mão de obra disponível, o comércio exige pouca qualificação, emprega mulheres e menores sem carteira assinada, o que resulta em um sistema de alta rotatividade que garante a manutenção das baixas remunerações.

A maioria dos comerciários mora na periferia da cidade, em bairros como Casa Amarela, conhecido por ter quase toda a sua população trabalhando no comércio, baixos salários, ônibus transbordantes e escassos, moradias precárias, alimentação insuficiente, um medo grande de perder o emprego e um sindicato pelego, essa é a realidade dos comerciários recifenses.

Em abril, dia 28, as coisas podem mudar. Os comerciários que fazem oposição ao sindicato decidiram unir sua luta e lançar chapa única encabeçada por Zé Soares para disputar a diretoria do sindicato e tirar de lá o pelego Generoso.

A chapa de oposição propõem-se a lutar pela quebra da estrutura sindical, pelo direito de greve, criação de sub sedes do sindicato, fim do comissionamento, melhores salários, etc. Apresentam também as reivindicações específicas das mulheres que constituem aproximadamente 50% da categoria, como salário igual ao dos homens e estabilidade para a mulher grávida, posicionando-se ainda contra a discriminação da mulher casada.

## Fotógrafos Paulistas Unificando a categoria

Vendo unir a categoria dos fotógrafos, dispersos em vários setores e atividades, partindo do ponto de vista de que mesmo sendo jornalista, publicitários ou o que quer que seja, são antes de tudo fotógrafos, cerca de 150 profissionais de São Paulo, reunidos em Assembleia na AEMESP, fundaram no

último dia 5 de fevereiro a União dos Fotógrafos do Estado de São Paulo.

Sem ser reconhecido profissionalmente o fotógrafo é hoje um profissional que enfrenta dificuldades de todos os tamanhos. Baixa remuneração, desemprego, violência quando está cobrindo acontecimentos sociais na rua, os seus direitos autorais não são respeitados, não tem uma tabela de preços onde se basear para cobrar por seus serviços, tem um mercado de trabalho invadido pelo semi-profissionalismo, o equipamento de trabalho é visto como material supérfluo (como qualquer uísque importado) e muitas outras mais.

Propondo-se a um debate amplo sobre os problemas e as soluções para a categoria, a União tem por objetivo principal unir todos os profissionais que queiram lutar por melhores condições de trabalho, pelo reconhecimento da profissão, pelo direito ao trabalho, contra os abusos patronais (econômicos e profissionais), contra tudo que vá de encontro aos interesses do trabalhador da fotografia. Além disso, espera contar com o apoio de todas as entidades já existentes onde o fotógrafo exista como membro associado. Tais como o Sindicato dos Jornalistas, dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e demais entidades de fotógrafos de São Paulo e de todo país.

Desemprego

# Professores sem alunos?!

O reinício das aulas no secundário, este ano, colocou novamente os professores paulistas frente ao fantasma do desemprego, agravado agora pelo fato de que o governo estadual se recusa a abrir mais salas de aula. Trata-se de uma tentativa de reduzir os gastos com Educação, talvez para sobrar mais dinheiro para Maluf comprar mais parlamentares para conseguir aprovar o projeto nova capital.

Por Eder Sader

Bastaria que o governo aqui aplicasse sua própria lei para aumentar em 20% o número de professores empregados, nos afirma um membro da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Em vez de abarrotar as salas de aula com uma quantidade excessiva de alunos, o governo deveria aumentar o número de professores. Com isso diminuiria o desemprego, melhoraria o nível do ensino e não esgotaria cada professor.

Agora, na volta às aulas, na porta das escolas podemos ver a correria de alunos e pais de alunos buscando matrículas e também de professores buscando postos e mais aulas. Com seus salários baixos, o que lhes resta é buscar mais aulas para "completar o orçamento".

"A briga de muito professor é prá pegar o máximo de aulas. Resultado: ele se mata, dá péssimas aulas e se desvaloriza", diz um professor. "O que devemos conseguir é aumentar a remuneração por aula".

### Novas lutas

No dia 8 de fevereiro passado uma assembléia da APEOESP elaborou uma plataforma de lutas para a mobilização da categoria. São 3 pontos básicos:

1 — 20% de remuneração por "horas-atividade" (atualmente recebem 10% segundo o artigo 23 do Estatuto do Magistério. É o seguinte: como a maior parte dos professores está contratada sob a condição de "admitido em caráter temporário" (ACT), eles recebem segundo a quantidade de aulas dadas. Mas evidentemente o trabalho do professor não se resume às horas que passa nas salas de aula: ele tem que preparar os cursos, corrigir os trabalhos, etc. Atualmente ele recebe um adicional de apenas 10% correspondente a essas horas.

2 — manter um máximo de 35 alunos por classe em 1º e 2º grau, em cumprimento da resolução 107/79, artigos 1º e 3º. A reivindicação é de aplicação da lei para o 1º grau (pois o governo constituiu salas com 45 alunos). Com relação ao 2º grau, diminuição do número de alunos de 45 para 35.

3 — aumentar o número de classes de 1ª série do 2º grau. A política do governo é de não aumentar o número de classes, situação que se estende desde 1978. É claro que se trata de uma política que visa liquidar o ensino público e transferir tudo para a rede privada.

### "Demanda insatisfeita?"

Com um cinismo de espantar, o secretário da Educação — aquele que mandou perseguir professores e diretores durante a greve do ano passado — argumentou que existe ociosidade de salas porque "a demanda está sendo atendida". Quer dizer: existem salas vazias e professores desempregados porque ninguém mais está procurando as escolas, todos os meninos e meninas já foram atendidos.

Ora, em primeiro lugar o que está havendo é uma espantosa substituição de escolas públicas por escolas particulares, principalmente nos 2º e 3º graus. Em segundo lugar, se olharmos pelas ruas a quantidade de menores abandonados, de pequenos delinquentes, de crianças que estão vendendo chicletes, engraxando sapatos, guardando carros não poderíamos ter a mesma tranquilidade do sr. Ferreira Martins.

Para os que querem estatísticas, aqui estão algumas, e oficiais: 36% das crianças de 5 a 11 anos residindo na região metropolitana de São Paulo não estão frequentando o curso elementar; 35% das crianças de 12 a 14 anos

residindo na região metropolitana de São Paulo não tem o curso elementar completo; apenas 22% da população de São Paulo entre 15 e 24 anos está frequentando o curso médio (dados da Secretaria e Planejamento do Pres. da República). Dizer que a "demanda está satisfeita" é satisfazer-se com uma "explicação" tão superficial que é mais uma mistificação. A "demanda" não está satisfeita, mas muita gente, não poderá nem procurar escolas privadas e nem ir para as escolas públicas, por falta de condições mínimas.

Nessa situação, quando o sr. Martins diz que estão fechando as escolas noturnas "porque são deficitárias", não está dando uma explicação. Está simplesmente expondo sua concepção sobre o ensino em nossa sociedade.

A Apeoesp — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo está, neste momento, precedendo um levantamento acerca da dimensão de professores dispensados, que atinge números espantosos. Na entidade, nos explicam que com a implantação da jornada de trabalho de 40 aulas por semana em lugar de 20 na rede oficial, os professores efetivos procuraram aumentar o ordenado dobrando o número de aulas dadas.

Ao lado da desvalorização que isso implicou de seu próprio trabalho, produziu-se um imediato desemprego daqueles que tinham menos tempo de serviço. Assim, a quase totalidade dos estagiários ficou desempregado apesar de possuírem todos mais de 10 anos de serviço. Foram atingidos também os professores admitidos em caráter temporário dando aulas da 5ª à 8ª série. Segundo Eiko Reis, a presidente da entidade dos professores, entre os demitidos estão os "admitidos em caráter temporário" (ACT) ou "em caráter excepcional" (ACE) "que faltaram mais de 15 dias consecutivos por ocasião da última greve que durou cerca de 37 dias".

Na rede particular a situação é a mesma. Mas aí a rotatividade é a "regra de ouro" do lucro dos proprietários. Como o reajuste é decretado a 1º de março, temos sempre uma grande leva de dispensados, substituídos por outros por salários menor. Além disso existe também a dispensa por claros motivos "político-ideológicos", ainda que "sem justa causa". O "dono da escola" é quem decide sobre a orientação do ensino.

Os professores da rede particular encontram uma dificuldade grande em mobilizar o conjunto da categoria. Em parte pela existência de uma certa quantidade de colegas que tem o magistério como simples "bico", pois seus rendimentos vêm de outro lado e, por isso, não se interessam muito pelos problemas da categoria. Em parte porque o sindicato está ainda em mãos de pelegos que tudo fazem para manter a desmobilização. É certo que — afinal — essas duas partes se alimentam mutuamente. É contra esse quadro que se move a Oposição, tentando se fortalecer através da formação de uma Comissão de Campanha Salarial dos Professores da Rede Particular.

Os professores da rede oficial, por seu lado, já estão em plena campanha salarial. Eles acabam de alcançar uma vitória com a garantia de suas férias de janeiro. Agora, com o conjunto dos servidores públicos estaduais, realizarão um encontro dia 9 de março onde aprovarão uma pauta comum de reivindicações, a organização da campanha e a estrutura de funcionamento da Coordenação Geral Permanente.



Manifestação dos professores paulistas no Palácio dos Bandeirantes, durante o ano passado. Momento importante da greve.

## Quanto vale um professor

São 200 mil os professores da rede oficial do ensino em S. Paulo. A maioria deles está na categoria de "admitidos em caráter provisório". Recebem, portanto, por aula ministrada é atualmente isto significa Cr\$ 76,00 por aula.

O professor que coseguir 40 aulas, que é o máximo permitido, vai receber quase Cr\$ 17.000,00. Isto é: o correspondente às 40 aulas mais os 10% de "hora-atividade" vai dar Cr\$ 15.048,00. Mais um abono de Cr\$ 2.400,00 menos de outro lado, os descontos em folha.

Para receber essa quantia um professor da rede oficial do ensino em S. Paulo deve dar 8 aulas por dia, 5 dias por semana. Adicione-se o tempo que lhe custa a preparação das aulas e a correção dos trabalhos para se ter uma idéia de como anda a desvalorização de seu ofício. O que se pode esperar do ensino nessas condições?

## Maluf ataca entidade dos professores

Desde que a diretoria da APEOESP passou para os setores combativos da oposição, que haviam liderado a greve do ano passado, iniciou-se uma ofensiva do governo para tentar silenciá-la.

Como essa entidade não é um sindicato mas simplesmente uma associação de caráter civil, o governo não pode intervir e cassar mandatos. Procurou então esmagá-la economicamente.

A mensalidade dos quase 40.000 associados é descontada diretamente das folhas de pagamento pela Prodesp, Empresa de Processamento de Dados de São Paulo, órgão vinculado ao Estado. Não se trata no entanto de nenhuma modalidade de "imposto sindical", já que o desconto é feito apenas daqueles que voluntariamente se associam. Dada a dificuldade de efetuar a cobrança de todos os associados em todo o Estado, a APEOESP usa, como mais de 50 entidades do funcionalismo público, os serviços da PRODESP.

Conta a presidente da Apeoesp, Eiko Reis, que logo que tomaram posse já rece-

beram uma carta cancelando o desconto em folha das mensalidades, "com aviso prévio de 30 dias". A diretoria recorreu e obteve uma prorrogação de 90 dias. Ao mesmo tempo, entrou com medida judicial, obtendo dia 13 de dezembro, finalmente, um mandato de segurança que lhes assegurou que a Prodesp deveria continuar prestando os serviços para os quais havia sido paga. A administração Maluf não desistiu: 2 semanas depois revogou o direito de consignação em folha de serviço. Nova batalha judicial: a assessoria jurídica da Apeoesp encaminhou liminar contra a medida e obteve da 6ª vara da Fazenda Judicial ganho de causa.

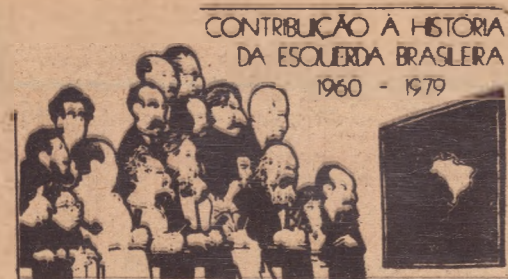
No curso dessa batalha e preparando-se para outras ofensivas do governo é que se constituiu uma Comissão de Defesa da Apeoesp, que obteve o apoio dos Sindicatos de Metalúrgicos de S. Bernardo, de Osasco, de Campinas, de Jornalistas de S. Paulo, de Médicos, de Artistas, de Eletricitários, de Petroquímica de Caxias, Santos e Campinas e vários mais.

## Menores sem escolas

### TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO — 1976

| Grupos de Idade  | 7 a 9 anos | 10 a 14 anos | 15 a 19 anos |
|------------------|------------|--------------|--------------|
| Total            | 57,6%      | 73,9%        | 43,2%        |
| R. Janeiro       | 73,6%      | 87,7%        | 55,7%        |
| S. Paulo         | 74,8%      | 85,6%        | 48,1%        |
| Região Sul       | 68,0%      | 77,4%        | 34,7%        |
| Minas e E. Santo | 66,9%      | 77,4%        | 39,0%        |
| Nordeste         | 35,1%      | 57,7%        | 39,3%        |
| D.F.             | 77,4%      | 93,3%        | 70,0%        |

\* A taxa de escolarização indica a proporção da população escolarizada sobre o total da população em cada faixa de idade considerada.  
\*\* Os dados da Região Norte e Centro-Oeste estavam incompletos e por isso não foram aqui incluídos.



Em janeiro de 1969 a Vanguarda Popular Revolucionária — VPR, através de um capitão que servia no quartel do 4º Regimento Interno, em Quitaúna — SP, conseguiu com relativo sucesso realizar uma expropriação de armas. Este capitão era Carlos Lamarca, que a partir deste momento revelará suas ligações com a VPR e entrará para a clandestinidade.

Entretanto, o êxito da ação de Quitaúna, ainda que em menor escala do que havia sido previsto, desencadeará também uma pressão redobrada dos organismos de segurança sobre a esquerda em geral.

Mas os efeitos dos acontecimentos de janeiro se fazem sentir igualmente no plano político. Dentro da organização (ver EM TEMPO Nº 99) a ação havia sido muito criticada, razão pela qual aqueles que enfatizam na abertura de um processo de discussão no seu interior, na perspectiva, inclusive de organizar um Congresso, em abril de 69 ganham força.

**Aproximações**

Não é só aí que as coisas avançam. No entanto. Os contatos com os grupos de Minas, que haviam, como uma parte da VPR, cindido com a POLOP, se refazem. Em Minas, esta cisão se havia transformado em Comando de Libertação Nacional (COLINA), mantendo uma extensão no Rio de Janeiro, à frente da qual se encontrava Juarez de Brito. A Colina, busca, neste mesmo período, uma aproximação com grupos do Rio Grande do Sul, uma parte intitulada União Operária, com certa base nos meios sindicais e outra de extração mais estudantil, que se auto-intitulava grupo "Brancaleone". Os "Branca", que haviam formado a dissidência leninista ficaram pouco tempo no seu sucedâneo, o Partido Operário Comunista, o POC, muito pacifista, para seu gosto. Grupo que se havia destacado em ações de rua bastante enérgicas, forjou alguns militantes que se viram logo atraídos para as ações militares, quando esta passou a ser tônica da esquerda no Brasil.

Neste processo de aproximação é que iria forjar-se a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) sobre cujo nascimento e desenvolvimento voltaremos nesta série.

O processo de formação da VAR, que se dá no curso de 69 está marcado, no entanto, pela preparação simultânea por parte dos militantes ligados a COLINA no Rio de Janeiro, do que viria a ser chamado pelo código de "ação grande", isto é: a expropriação do cofre que pertencera ao ex-governador Adhemar de Barros.

É curioso observar a força de atração que esta operação teve, o que é natural tendo em conta o que ela rendeu para seus executores. A história ulterior da VAR e das organizações que por um momento fugaz estiveram reunidas nela, destruiria, mais uma vez, e a que preço, o mito acalentado por muitos, segundo o qual uma superioridade material naquele momento — que poderia ser garantida por uma ação espetacular, como a "ação grande" — resolveria todos os problemas que a esquerda clandestina já estava enfrentando.

Neste mito se deixaram arrastar militaristas e não-militaristas, ou, como se dizia na época, os "da pena" e os "do galinho". O desenvolvimento da história da esquerda brasileira neste período acabou por mostrar que os problemas maiores que ela estava enfrentando não eram materiais ou técnicos, como muitos quiseram fazer crer.



O palacete onde "Dr Rui" guardava seu rico cofre

**A PREPARAÇÃO**

**'Sobrinho subversivo' abre a boca**

Toda a história do cofre começou pela indiscrição de um "sobrinho subversivo". Gustavo Schiller, um estudante que militava clandestinamente na VAR-Palmares, na Guanabara, passa um dia aos responsáveis de sua célula a informação de que na casa onde vive, há um cofre em cujo interior se encontra uma grande quantidade de dinheiro. Gustavo, ou o "Bicho" como é conhecido entre seus companheiros, vai mais longe. Ele esclarece que o cofre pertence a Ana Capriglione, sua tia, conhecida por suas estreitíssimas relações com o ex-governador Adhemar de Barros. Ana, ou o "Dr Rui" como era tratada pelo político paulista quando com ela falava ao telefone a frente de políticos ou de sua mulher, tinha enormes poderes no executivo de São Paulo. Ela havia nomeado e demitido secretários e assessores e, segundo se dizia, era ela quem tinha ficado com a "caixinha" do Adhemar. A origem do dinheiro? Bem, aí as teorias variavam em uma só coisa coincidindo: o dinheiro não havia sido ganho com o suor do rosto, nem do governador, nem de sua fiel assessora. Esse dinheiro, segundo depoimento de um ex-militante da VAR, era fruto do monopólio que Ademar detinha do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Regularmente essa fortuna era enviada para os bancos da Suíça.

Tão logo a informação chega à direção da VAR, em fevereiro ou março de 1969, o dirigente da organização no Rio de Janeiro, o economista Juarez de Brito toma o problema em suas mãos.

Juarez, que se suicidaria tempos mais tarde para não cair nas mãos da polícia que o esperava num "ponto", era um militante extremamente metuculozo na preparação de operações. Ele, segundo nos conta um de seus companheiros de organização, não só mantém a informação em sigilo, como trata de desinformar aqueles que por acaso haviam sabido da existência do cofre. Os próprios quadros militares que participaram da ação não tinham conhecimento do que iriam fazer. Com um reduzido grupo de 14 companheiros, Juarez começa um paciente trabalho de preparação.

Uma parte importante cabe aos "vendedores" que vão ao casarão de dona Ana oferecer enciclopédias, seguros de vida, etc. Mas a parte mais importante do ponto de vista de informações cabe mesmo a Gustavo. É ele que reconstitui os hábitos da casa, que faz mapas detalhados, que descreve o comportamento dos criados. Graças às informações do "Bicho", quando os integrantes do comando entram no jardim da casa eles o fazem com a naturalidade de quem está se deslocando em um terreno muito conhecido.

**O outro cofre**

Mas nem tudo foi simples desde o início. Os revolucionários se debateram com um dilema inicial. Em realidade Gustavo Schiller havia informado da existência de dois cofres, insistindo que nos dois havia não só grande quantidade de dinheiro,

como documentos que, provavelmente involucravam segredos políticos importantes. Afinal Adhemar havia sido um dos artífices civis do golpe de abril de 64, o que fez com que os militares "esquecessem" as velhas divergências que tinham com o governador, motivadas pela maneira muito particular de utilização do dinheiro público que caracterizava sua ação administrativa. Um jornalista, na época, escreveu sobre Adhemar e para, em forma indulgente, exaltar sua participação na abrilada não teve outra saída senão qualificá-lo de "o bom ladrão".

No entanto, o problema da existência de mais de um cofre era de difícil solução operativa, uma vez que os dois deveriam ser roubados ao mesmo tempo, pois a expropriação de um conduziria dona Ana a tomar medidas de segurança em relação ao outro. Duas ações simultâneas já era difícil, mas a idéia foi definitivamente abandonada quando se soube que o segundo cofre estava em um escritório situado num edifício em Copacabana. A operação era materialmente impossível. As preocupações se centraram então na casa de Santa Tereza.

"Como nesta época não tínhamos qualquer dinheiro, foi feita uma ação preparatória para consegui-lo, montando-se a infraestrutura para a ação maior, que envolvia até a compra de carros legais. A ação preparatória, porém, foi acidentada, envolvendo um tiroteio com a repressão e, afinal, se conseguiu muito pouco dinheiro, o que mal dava para a realização da ação posterior".

**O COFRE DO "DR. RUI"**

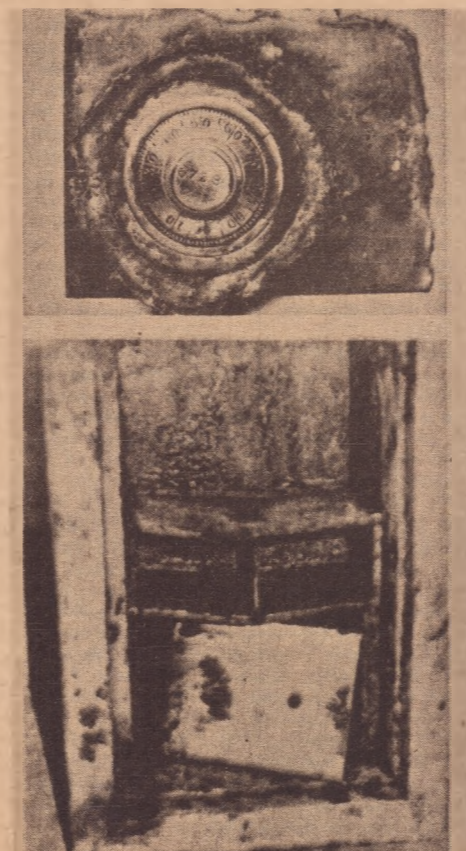
Por Marco Aurélio Garcia, Sérgio Rilcker e José L. Nadal

**A AÇÃO**

**Cofre cheio d'água**

A tranquilidade dos donos e da criadagem do palacete da rua Bernardino dos Santos, número 2, no modorrento bairro de Santa Tereza vinha sendo perturbada nos últimos meses por uma afluência de vendedores meio fora do comum para um bairro um pouco afastado do centro do Rio de Janeiro. Subitamente, às 15 horas daquele 18 de julho de 1969, a casa é invadida por 13 engratados policiais federais em busca de documentos subversivos. Os interrogatórios começam, por separado. Mas uma hora mais tarde as coisas se aclaram. Os "policiais" foram embora, ninguém foi preso, mas um cofre de mais de 200 quilos, situado no fundo de um armário embutido do segundo andar da mansão não mais está lá. Foi retirado com auxílio de cordas para transportar pianos e caibros e a operação só não foi perfeita porque as tábuas onde o cofre se encontrava apoiado não resistiram ao peso e se romperam com estrépito.

Mesmo assim, os "policiais" puseram o cofre numa velha Rural-Willis que os esperava no jardim e partiram. "Como não tínhamos dinheiro não pudemos comprar uma caminhonete nova. Assim tivemos que usar a velha Rural, que não dava certeza alguma de suportar a tarefa de atravessar a metade do Rio de Janeiro, confirma hoje um dos participantes da ação. Em 25 minutos havia-se consumado o maior assalto da história brasileira e um dos mais arrojados golpes da esquerda armada na América Latina. A Vanguarda Armada Revolucionária, a VAR-Palmares, havia expropriado o que lhes fora informado ser uma parte da "caixinha" do falecido governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Valor da operação: quase dois milhões e meio de dólares. Na época, dez milhões de cruzeiros "novos" (como então ainda se dizia); hoje, quase cem milhões de cruzeiros. Uma loteca.



Restos do cofre arrombando segundo a "Veja"

O fator rapidez fora decisivo. Quando os criados e o parente de dona Ana se deram conta do que realmente havia ocorrido na casa já eram 16 horas. A esta altura os participantes da ação já se haviam dispersado e o cofre se encontrava seguro em uma casa em Jacarepaguá, que só poucos conheciam. Começa então a segunda etapa da operação. Um militante que possuía conhecimentos de mecânica trabalhou quarenta minutos com um maçarico para abrir o cofre. Uma precaução é, no entanto, adotada: os presentes no "aparelho" de Jacarepaguá encham o cofre d'água, introduzindo o líquido pela fechadura, para evitar que o fogo do bico de acetileno queime o tão ansiado dinheiro que devia se encontrar no interior. Quando a massa de aço cede à ação da chama azulada, os militantes puderam ver boquiabertos milhares de cédulas verdes boiando na água.

Começa, então, a parte mais divertida da operação. Os moradores da casa de Jacarepaguá estendem cordas de nylon dentro de casa onde vão prendendo os bilhetes, ligando ventiladores para que eles sequem mais depressa.

Os dois milhões e meio de dólares se encontram no interior do cofre não são a única surpresa. A origem dos mesmos é parcialmente detectada. Os bilhetes estão quase todos envolvidos em tiras de papel com o nome de um banco suíço, o que faz crer que houve uma operação de repasse. Por outra parte, em meio as cédulas existem bilhetes de mil dólares, muito raros e que são de circulação quase que de banco a banco.

**Vacinas Sabin vendidas**

E os documentos? Bem, aí as coisas são mais complicadas.

A VAR-Palmares, que nos dias seguintes reivindicou a operação, entregou mais tarde vários documentos a uma revista de esquerda uruguaia, que os publicou. Mas, para muitos, inclusive um ex-VAR que ouvimos, o publicado é apenas uma parte do que havia no interior. Como reconstituir a verdade se os que tinham mais responsabilidade na época estão quase todos mortos?

Pouco depois da ação, a VAR se cindiria e um grupo, tendo à frente o ex-capitão Carlos Lamarca voltaria a reconstituir a VPR. Ademais, Lamarca, da mesma forma que Fujimore, que também participou na ação do cofre estão mortos, como mortos estão Juarez e Carlos Alberto de Freitas, que tinham responsabilidades centrais na VAR e que ficaram na organização depois do "racha".

Um outro militante da organização naquele período revolve sua memória e diz lembrar-se de ter ouvido falar de documentos que atestavam a venda de vacinas Sabin ao governo boliviano. A particularidade é que estas vacinas haviam sido doadas a um governo estadual pela Organização Mundial de Saúde. O certo é que a existência dos documentos e sua real importância até hoje é matéria controversa, quando são passados quase onze anos da operação do 18 de julho. Não falta, inclusive a versão de que os documentos haviam sido passados a um diplomata de um país estrangeiro que os retirou do país.

**TERRORISTAS ASSASSINOS PROCURADOS**

**DEPOIS DE TEREM ROUBADO E ASSASSINADO VÁRIOS PAIS DE FAMÍLIA, ESTÃO FORAGIDOS.**



**AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR SE VOCÊ SUSPEITAR DA PRESENÇA DE UM DOS PROCURADOS.**

**AJUDE-NOS A PROTEGER SUA PRÓPRIA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES.**

Um exemplo da principal arma de propaganda da repressão contra a esquerda armada na época.

**O DINHEIRO**

**Peripécias no câmbio negro**

Uma nova etapa. "Tínhamos todo este dinheiro, comenta um dos nossos entrevistados, e passávamos fome. Era necessário trocar o dinheiro e a primeira troca coube a mim e mais três companheiros. Com a publicidade dos jornais, acreditávamos que as casas de câmbio estavam vigiadas e, por isto, fizemos um levantamento preliminar em algumas delas. Fomos em dois casais."

"As mulheres vestiram-se com roupas de domingo, falavam inglês e portando nas bolsas os dólares e as pistolas. Eu e outro companheiro ficamos num bar para a cobertura. Para azar, nessa primeira vez, chegou um conhecido para bater papo, mas foi tudo bem."

Estes simplesmente queriam abocanhar o dinheiro; aqueles trocar os dólares a uma taxa que lhes rendesse frutos."

Mais de seis meses depois a revista *Veja*, noticiando em detalhes a operação, ainda que com uma série de informações erradas, dizia que cada militante recebeu um dólar de souvenir e que o dinheiro foi repartido pelas regionais da organização. Nossos entrevistados confirmam a repartição pelas "frentes" (urbana, rural, etc) da organização, mas acrescentam que cada militante recebeu 800 dólares para utilizar em caso de se ver em situação de perigo.

O destino desta enorme quantia dificilmente poderá ser reconstituído em detalhe. Cerca de 600 mil dólares "caíram" em mãos da polícia, mas esta não admite, pois senão teria que explicar onde ele se encontra ao invés de utilizar entre seus pares como "botim de guerra". Outra parte importante foi utilizada pela própria organização para a preparação de ações que estavam sendo articuladas visando a expansão da luta armada. Uma outra parte importante foi utilizada na manutenção do pesado quadro de militantes clandestinos.



dividem) teriam adquirido propriedades (no Paraguai? na Bolívia?) desde onde manteriam uma certa atividade em termos de inteligência. Mas aqui já estamos roçando o romance de espionagem.

Tudo seria mais simples, no entanto se seguissemos a versão de Dona Ana. Quando a VAR denunciou a ação, revelando o conteúdo do cofre, a sua proprietária ficou em uma situação difícil. Ela havia denunciado o roubo. A polícia esteve em sua casa, mas nenhuma palavra foi dita sobre a quantidade que havia no seu interior.

O documento da VAR e as quedas dos primeiros militantes que participaram ou tinham conhecimento da operação mostraram aos militares que o dinheiro existia. Daí a "curiosidade" destes em relação a dona Ana. Esta se manteve firme em sua negativa, mesmo quando foi acareada com seu sobrinho Gustavo.

O "Bicho", que desaparecera na véspera da ação estava, segundo notícia a imprensa da época, "na Europa". Ele havia desaparecido de casa levando todas suas roupas de lã. Os Sherlocks da imprensa brasileira deduziram que ele havia ido para o velho mundo, onde, como se sabe, faz frio, ainda que não no mês de julho.

Ora, em realidade, Gustavo simplesmente passava para a clandestinidade e se havia deslocado para o regional do sul, onde ocuparia em pouco tempo funções de direção. A VAR tentava se rearticular na "periferia" pois a repressão começava a ofensiva em forma mais decisiva no Rio e São Paulo. Mas as ações um pouco atabalhoadas, no sul, especialmente a malograda e brancaleonesa tentativa de seqüestro do cônsul norteamericano em Porto Alegre, desatam um processo de quedas naquela região, contaminando todas as organizações que operavam aí.

"Na época argumenta outro participante da ação a VAR possuía cerca de 500 companheiros clandestinos deslocados de seus lugares de origem dado a violência da repressão. De outra parte, urgia implantar numa determinada região nosso trabalho de criar as condições para o desencadeamento da luta armada. Para isso era necessário dinheiro, o que já não era possível obter através de pequenas ações de expropriações em bancos. Imagine-se o quanto é necessário para manter na mais completa clandestinidade um número tão elevado de companheiros. Considere-se ainda que muitos eram companheiros procuradíssimos que necessitavam frequentemente mudar de aparelho. Vivíamos sempre sem dinheiro e realizar expropriações quase que diárias tornava-se cada vez mais perigoso. Assim efetuar uma ação de grande porte colocava-se como uma questão quase de sobrevivência física."

Outro dos integrantes da operação esclarece que a parte do dinheiro investido no Uruguai foi perdida, pois a polícia teve conhecimento do investimento. Mas há ainda muito dinheiro que é difícil saber onde está.

"Não tão difícil" — esclarece um dos participantes. O dinheiro teria sido utilizado pelo ex-cabo Anselmo, naquele momento, militante da VPR e sobre o qual parece haver um consenso hoje na esquerda brasileira de que se tratava, já na época, de um agente dos órgãos de segurança. Anselmo, junto com outros que trabalhavam para ele (e aí as opiniões se

# Imprensa e Repressão

Surpreendentemente, a ação da VAR-Palmares não foi anunciada pela imprensa com o estardalhaço que era comum no período. A maior reportagem foi feita pela revista Veja em 4 de fevereiro de 1980, portanto 6 meses após o fato ter ocorrido. Entretanto, a versão dada pela revista não conseguiu fugir à tônica geral com que a imprensa tratava este tipo de ação da esquerda.

Chamar os grupos da esquerda de terroristas se tornou uma rotina nos jornais diários e a reportagem de Veja como era de se esperar também retoma esta linguagem em vários momentos como este, por exemplo: "... ex-Capitão Carlos Lamarca, um dos maiores líderes do terror no Brasil". Mesmo no artigo analítico que a revista se propõe fazer sobre a situação da esquerda armada no país esta visão policial se mantém, já a partir do título do artigo: "Os rachas do terror".

Na imprensa do período, a campanha publicitária desencadeada pela repressão teve um desaguadouro natural e palavras como: "Terroristas", "Assassinos", "Assaltantes" se tornaram o jargão repressivo e jornalístico mais comum. Assim, o êxito da propaganda oficial contra a esquerda se tornou quase inevitável e cartazes como o que expomos acima proliferaram nos locais de maior concentração pública, como por exemplo estações rodoviárias. A repressão esperava aproveitar ao máximo ao isolamento cada vez maior que sofriam os grupos militaristas.

O diário paulista de grande circulação popular, Folha da Tarde se tornou por então, praticamente, um órgão oficioso da repressão (e ainda o é até hoje) divulgando com estardalhaço qualquer ação praticada pelos grupos da esquerda armada, fossem elas importantes ou não. Inclusive, começou a contar em sua redação com a assessoria direta de agentes da repressão sempre divulgando o seguinte recado: "Terroristas assassinos, procurados depois de terem roubado e assassinado vários pais de família, estão foragidos".

A própria afirmação que a reportagem faz dizendo que não havia documentos dentro do



Três figuras importantes no meio do grupo de luta armada: Carlos Lamarca, Carlos Marighella e Carlos Roberto Campos.

## OS RACHAS DO TERROR

R achas, entre os grupos da esquerda armada, o grupo de luta armada do Rio de Janeiro, liderado por Carlos Lamarca, Carlos Marighella e Carlos Roberto Campos, surgiu em 1968, quando os grupos de luta armada começaram a se organizar no Brasil. O grupo de Lamarca, Marighella e Campos, conhecido como o "Grupo de Ação Revolucionária", foi o primeiro a se organizar no Rio de Janeiro. O grupo de Lamarca, Marighella e Campos, conhecido como o "Grupo de Ação Revolucionária", foi o primeiro a se organizar no Rio de Janeiro. O grupo de Lamarca, Marighella e Campos, conhecido como o "Grupo de Ação Revolucionária", foi o primeiro a se organizar no Rio de Janeiro.

Um exemplo de como a imprensa tratou a esquerda no período

cofre, vem de encontro aos interesses de grupos do governo que era esconder a corrupção promovida pelo ex-governador de São Paulo, o Sr. Ademar de Barros. Entretanto, todos os ex-militantes da VAR que entrevistamos, bem como o documento divulgado pela organização logo após a "Ação Grande", garantem que existiam documentos comprometedores do ex-governador. Para uma reportagem que desceu ao nível de detalhes como a que a revista realizou e impossível pensarmos que não tenha conseguido este tipo de informação, mesmo porque detalhes deste tipo apareceram no próprio processo realizado pela I Auditoria da Aeronáutica, portanto, só podemos chegar a uma conclusão, a revista omitiu deliberadamente os dados sobre os documentos contidos no cofre, talvez por influência direta de Ana Capriglione, o "Dr. Rui", ou mesmo de Ademar de Barros Filho, ex-Arena-SP, filho do tão falado ex-governador paulista.

# anistia

## Pesquisa confirma:

# Tortura afeta relações inter-pessoais

O Núcleo de Profissionais da Saúde do CBA-SP realizou uma pesquisa com quarenta e uma pessoas submetidas a torturas no período de 1970 a 1973 para apresentar no encontro da Anistia Internacional realizado em janeiro, em Costa Rica. Eis um resumo dos principais resultados.

Quarenta e uma das pessoas que foram submetidas a tortura, entre 1970 e 1973, responderam a um questionário elaborado pelo Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA-SP. É uma primeira tentativa de sistematizar a dolorosa experiência vivida por centenas de militantes políticos, bem como de verificar suas consequências físicas e psíquicas. É uma terceira preocupação deste trabalho, incluída entre os objetivos hoje de Anistia Internacional, é investigar a colaboração de médicos e enfermeiros com a repressão.

"Todos os entrevistados foram torturados na cidade de São Paulo, e nenhum deles exilou-se", explica a psicóloga Kimie Yamamoto, do Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA, ao informar das dificuldades na realização desta pesquisa para a qual foram distribuídos inicialmente 200 questionários. Ela revela que o tipo de tortura aplicada no Brasil, segundo os dados desta pesquisa, mostra que poucos são os torturados que conservam marcas físicas das sevícias, comprovando a "sofisticação do método de aplicação, ao evitar as marcas e sinais denunciadores. Mas Yamamoto ressalva que "esta é uma amostra muito pequena se levarmos em conta o grande número de pessoas que foram torturadas".

As principais consequências destes métodos brutais, de acordo com Yamamoto, "são as sequelas a nível não visível, particularmente no relacionamento interpessoal". Assim, o medo e a desconfiança, e até mesmo o isolamento, foram indicadas por 25 dos entrevistados como as alterações observadas nos seus relacionamentos com as outras pessoas. E 12 responderam que tiveram mudanças acentuadas em seu comportamento sexual. Esta pesquisa, que foi apresentada no encontro da Anistia Internacional, realizado no início de janeiro na Costa Rica,

destaca que "estas dificuldades de relacionamento levam a supor que há uma predominância da experiência torturador-torturado". E acrescenta: "é a marca da vivência do imponderável, da insegurança de não poder avaliar o que vai acontecer, a desconfiança e submissão ao outro, a total impossibilidade de ter marcos referenciais".

Mas, ao mesmo tempo, comprovou-se que todos os entrevistados reintegraram-se à vida social e profissional, sendo que 78 por cento deles voltaram a exercer atividades políticas. E verdade que apenas 11 retomaram a prática política imediatamente após sua libertação; a maioria levou de um a três anos.

Além dos resultados da pesquisa e de sua interpretação, o Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA também elaborou um estudo sobre a organização e as técnicas da tortura no Brasil. Ao enumerar e descrever em detalhes os métodos mais comuns da tortura, o trabalho aponta como centralizador destas atividades repressivas o sistema Doi-Codi, coordenado diretamente pelas Forças Armadas, e auxiliado paralelamente pelos grupos armados da extrema-direita.

E como financiadores da repressão, cita os nomes já conhecidos de Henning Alberto Boilensen (ex-diretor da Vetra e morto em 1971 pela esquerda armada), Paulo Henrique Sawaia Filho (economista e ex-assessor do ministro Delfim Netto), Hélio Viana (comandante reformado da Marinha), Robert Lentz Plassing (ex-jornalista e conhecido no Doi-Codi do Rio como "Samuca") Alvaro Galvão (coronel reformado do Exército), Jorge Wolney Atalla (presidente da Copersucar), Lenildo Tabosa Pessoa (articulista do Jornal da Tarde), e João Carlos di Genio (proprietário dos Cursos Objetivo).

## Processo contra médico-torturado

A convivência e até mesmo a colaboração ativa de médicos, enfermeiros e psicólogos com a repressão é uma das principais preocupações do Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA-SP. Na pesquisa realizada entre 41 ex-torturados, ficou comprovado que em 28 casos havia profissionais de saúde durante as sessões de tortura, enquanto cinco não souberam precisar e sete negaram ter percebido a presença destes profissionais.

Diz o trabalho do núcleo do CBA que "o regime de repressão teve a colaboração direta ou indireta de muitos profissionais de saúde, ou seja, enfermeiros ou médicos que 'recuperavam' os torturados, para que pudessem ser submetidos a novas sessões de tortura". E acrescenta: "Psicólogos participaram do planejamento das estratégias da tortura, médicos deram certificados falsos, encobrendo sinais evidentes de tortura ou escondendo a causa mortis verdadeira".

Além das respostas à pesquisa, o Núcleo de Profissionais de Saúde recolheu depoimentos de ex-presos políticos denunciando a participação de médicos e enfermeiros nas sessões de tortura. Em função disso, foram abertos diversos processos contra os médicos acusados de colaborar com a repressão.

Em Belo Horizonte, o médico Jean Paul, professor da Universidade de Minas Gerais, está sendo acusado de haver participado diretamente na tortura de presos políticos, segundo informa o trabalho do núcleo do CBA. E em São Paulo estão sendo processados os médicos Isaac Abramovich, Orlando Brandão e Harry Shibata.

A família de Alexandre Vanucci Leme, morto em 1973, entrou com um processo no Conselho Regional de Medicina contra Abramovich e Brandão. Eles são acusados de terem atestado morte por atropelamento, quando há diversas testemunhas que viram Vanucci morrer dentro da prisão, após ter sido torturado.

E Harry Shibata, ainda hoje diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo, que se tornou publicamente conhecido por ter sido o segundo médico a assinar o atestado de óbito do jornalista Wladimir Herzog, indicando como causa mortis um forjado suicídio, também está sendo processado no Conselho Regional de Medicina.

Embora tenha se livrado do processo no caso Herzog — providencialmente surgiu uma lei dizendo que o médico que assina em segundo lugar o atestado de óbito não tem responsabilidade — ele é acusado de ter assinado um falso laudo, negando marcas de tortura no corpo do ex-deputado Marco Antônio Coelho Tavares.

Três meses após Shibata ter assinado este laudo no IML, Tavares esteve no Hospital do Exército, onde dois médicos fizeram um outro laudo, confirmando a existência de marcas de tortura. Este processo contra Shibata está merecendo a atenção da Anistia Internacional que, no início de fevereiro, enviou a São Paulo o médico português Tomás de Brito Ferreira para colher informações sobre as denúncias. "A Anistia Internacional está interessada no processo contra Shibata porque é a primeira vez que temos conhecimento que um médico está sendo processado por sua participação e colaboração com a repressão, disse Ferreira, lamentando, contudo, que não possa ter acompanhado melhor o processo por ser sigiloso.

## UNE define luta contra o aumento das anuidades: Nada além dos 35%

A realização do último Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, em Belo Horizonte trouxe várias surpresas durante os debates. Marcelo Barbieri trocou de time, Refazendo mostrou que está em crise, Liberdade Luta defendeu o PT e as propostas mais equivocadas não passaram.

Da sucursal

N um ambiente tenso, porém marcado pela busca de unidade entre os estudantes, realizou-se o IV Conselho Nacional de Entidades Gerais — CONEG — da União Nacional dos Estudantes — UNE — entre os dias 9 e 13 passados. Estavam presentes 55 Entidades Gerais (DCEs e UEEs), representando 19 estados com cerca de 400 estudantes, contribuindo, talvez, para o mais representativo conselho já realizado. E não era para menos. A reunião tinha como objetivo deliberar as orientações políticas para as lutas estudantis deste ano e da sua extensa pauta, só não foi cumprida a tão esperada discussão sobre os temas internacionais.

### Legalismo não, mobilização

Decididamente a questão central para os estudantes neste ano é a luta contra o ensino pago. Como já ficou evidenciado há algum tempo esta luta vem ganhando corpo no movimento estudantil, tanto pela diversificação do ensino privado (quase 80% das vagas no ensino superior são oferecidas pelas escolas privadas), como pela crise econômica, que leva o governo e os empresários da educação a uma política de repasse dos custos aos estudantes. Nesta questão o encontro deliberou que os estudantes deverão lutar por mais verbas para a educação, sempre reafirmando a bandeira do ensino e público e gratuito.

Entretanto, o ponto mais polêmico do CONEG foi sobre o aumento das anuidades e aí, três propostas se defrontaram: "(35% e nenhum centavo)" (defendida pelas UEEs de SP e RJ); "nada além dos 35%" (defendida pela diretoria da UNE); "congelamento das anuidades" (defendida pelo DCE da UFMG e pela UEE-MG). Depois de algum debate esta terceira proposta acabou se unificando com a segunda garantindo a sua vitória, por maioria de votos. A primeira vista a diferença entre as duas primeiras propostas é apenas uma questão de ordem das palavras. Mas na verdade não é só isso, vejamos a origem de tanta divergência:

Para os defensores da primeira proposta os estudantes deveriam considerar o índice de aumento de 35% fixado pelo Ministério de Educação e Cultura — MEC — uma conquista — pois está abaixo da taxa de inflação — e lutar pela sua aplicação. Já os defensores da segunda proposta se propunham a lutar pelo índice de aumento mais baixo possível, não aceitando de imediato o índice fixado pelo MEC.

Segundo Américo Antunes (diretor do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais) esta proposta, apesar de abrir um leque de opções que varia de 0% até 35% — o que dificulta a unificação das lutas dos estudantes — tem o mérito de chamar os estudantes à mobilização. Ao final da votação a maioria dos estudantes presentes pos-se em coro: "legalismo não, mobilização".

### Aliança com os liberais não passa

O terceiro dia do CONEG foi dedicado ao debate mais tenso e importante para os estudantes: reforma partidária. Já antes do encontro já se delineavam claramente dois blocos, um pró-PT e outro pró-PMDB. É fora de dúvida que os defensores do PMDB esperavam que o CONEG reconhecesse nesse partido o principal instrumento político para os trabalhadores e setores populares. A própria diretoria da UNE havia defendido esta posição, juntamente com outras entidades como, por exemplo, a União Metropolitana dos Estudantes de São Carlos-UMESC, representada por Paulo Massoca (ex-candidato à presidência da UNE pela chapa Unidade).

Entretanto, desde o início do CONEG a presença do PT, através dos seus militantes, foi marcante e, no decorrer do debate, os estudantes que participam do movimento pró-PT se uniram em torno da seguinte proposta: forma-se quatro partidos que se perfilam de oposição ao governo e a UNE deverá apoiar as lutas concretas dos partidos que apontem para a derrubada da ditadura e para o reforço das reivindicações estudantis. A proposta dizia ainda que interessa à maioria da população um partido que tenha sua ação voltada principalmente para fora do parlamento, para lutas dos trabalhadores e camadas populares, se colocando na defesa do movimento operário e popular.

Ao mesmo tempo, a diretoria da UNE, revendo sua posição, retirou a proposta de reconhecimento do PMDB como o principal instrumento partidário para as forças populares e passou a defender que neste momento a UNE não deveria se alinhar com nenhum partido, embora devesse apoiar as ações concretas dos partidos que avançassem a luta pelas liberdades democráticas e que atendessem as reivindicações estudantis. Esta acabou sendo a proposta vitoriosa e na resolução aprovada, apesar das inúmeras críticas se reconhece a existência de quatro partidos de oposição ao governo, entre eles o PP.

## “As propostas mais equivocadas foram derrotadas”

Contribuindo para a avaliação dos resultados da reunião do IV Conselho Nacional de Entidades Gerais EM TEMPO publica a opinião de Eduardo Albuquerque (ex-candidato à presidência da UNE pela chapa Novação).

O Conselho Nacional de Entidades Gerais tratou de duas questões principais para 1980: a luta por mais verbas e a intervenção dos estudantes na conjuntura política do país.

Nas duas questões, as propostas que consideramos mais equivocadas foram derrotadas sobre as anuidades, a fixação do índice de "35% e nenhum centavo a mais" perdeu para a proposta que dizendo "nada além de 35%", possibilitava uma flexibilidade maior à luta, dando campo, inclusive, à luta pelo congelamento das anuidades. E na discussão sobre as verbas, ficou claro que a luta por mais verbas tem de ser orientada pela bandeira do ensino público e gratuito, coisa que algumas posições pareciam esquecer.

Quanto à conjuntura, aqueles que consideravam o PMDB

como a alternativa mais consequente para o movimento operário-popular ficaram tão isolados que inexplicavelmente votaram contra a sua própria proposta.

A posição definida pelo CONEG, apesar de bem mais avançada do que a do PMDB, ainda tem dubiedades: a maior delas é considerar que é de oposição ao Governo o PP. Firmar essa posição é não entender o significado do projeto de reformulação partidária dentro do projeto mais amplo de "abertura política". Outro problema é colocar no mesmo nível o PP, PMDB, PTB e o PT, se esquecendo de ver que o PT não tem espaço na reforma partidária da ditadura e que a sua criação passa por fora dela, num processo de "baixo para cima".

Além disso, por problemas

vários, pontos importantes referentes à situação internacional não foram discutidos. Mas no conjunto, ficou claro que hoje, no movimento estudantil brasileiro, são minoritários as visões que querem limitar as lutas estudantis e sociais aos marcos do legalismo em detrimento da organização independente e unificação do movimento operário-popular.

De positivo também é a extrema receptividade que a proposta do PT está tendo, entre os estudantes. E aqueles que mais se aproximam do PT demonstram uma capacidade de atuar unitariamente, o que na maioria das vezes, pesou muito nas decisões tomadas. Portanto, podemos esperar para 1980 um crescimento do movimento estudantil a nível nacional e com ele um fortalecimento da UNE.

## Refazendo em crise

### Alguém mudou de time

Companheiros, eu me encontrava no campo da ilusão: ilusão nas promessas democráticas de Figueiredo, avaliava que a reformulação partidária permitiria a criação de um Partido Popular. Agora, coloco-me no outro campo. Reconheço a existência da ditadura militar; reconheço, mais ainda, a existência de quatro partidos de oposição: PP, PTB, PMDB e PT. Defendo a necessidade de uma frente ampla de oposições - não de uma frente classista como defendia antes - e que o PMDB ocupe a direção desta frente democrática.

Assim, o diretor da UNE, Marcelo Barbieri, figura de expressão da tendência Refazendo, agora em nítida aproximação das posições programáticas da chapa "Unidade" (que concorreu também à UNE) fez auto-crítica em relação a sua postura diante da conjuntura do país. No que foi logo apartado por um outro estudante que afirmou que "na verdade, o companheiro não está passando do campo das ilusões para o da realidade mas sim do campo do proletariado para o campo da burguesia", isto causou enorme reação no plenário.

Na verdade, não é apenas no conjunto do movimento que a correlação de forças entre as várias propostas políticas se modifica continuamente. Também na diretoria da UNE (fruto de uma composição das tendências Caminhando, Refazendo e Correnteza) incide o peso das pressões da conjuntura e dos debates mais acirrados.

### Demos um passo à frente e alguns ficaram atrás

Certamente a questão que mais polariza hoje o movimento estudantil é a reformulação partidária. O programa da diretoria eleita apoiava a formação de um "partido popular", proposta que acabou sendo ultrapassada pelo desenrolar dos fatos e a sigla sendo apropriada pelo senador Tancredo Neves, que nada tem de popular.

Em reunião realizada alguns dias antes do CONEG a diretoria da UNE fez uma auto-crítica pública de suas posições, passando majoritariamente a defender a proposta do PMDB. Naquela ocasião foram votados os quatro membros da tendência Refazendo que tinham optado pelo PT; destes quatro, apenas um deles - Vaccarezza, da Bahia - continuou defendendo o PT. Os demais, em um curto espaço de tempo, realizaram aquilo que poderíamos chamar de uma auto-crítica dentro da auto-crítica: voltaram ao PMDB. Eis aqui as opiniões do diretor da UNE, Vaccarezza, sobre as revisões de seus companheiros.

Como você avalia a mudança de posição de membros da diretoria da UNE que se identificavam com o grupo Refazendo?

— Em primeiro lugar eu acho que não foi parte de Refazendo, mas sim alguns companheiros que fizeram uma reopção e entendendo isso como natural e bom para Refazendo, porque despertamos para um debate político. A sociedade passa hoje por um processo de luta política e se vive também um processo de depuração: ou se evolui ou se ino-

lui. No ano passado defendíamos a formação de um Partido Popular e considerávamos que o movimento operário-popular vinha avançando por fora das instituições da Ditadura. Considerávamos que a preocupação principal seria derrotar a ditadura no sentido do socialismo e que para isto, a nível político, seria fundamental a formação de uma unidade popular, e a proposta do Partido Popular procurava materializar esta unidade. Isto foi um profundo erro pois esta unidade jamais iria se expressar em um único partido.

Além disso, o movimento operário-popular já mostrava o caminho de construção de um partido de massas que era o PT. Portanto, a nossa proposta ficava muito no idealismo e não no ensinamento concreto que as massas estavam apontando para os setores consequentes da oposição. Voltando as defecções, cada vez mais não considero a política como uma coisa acabada e acho que não existe uma posição que tenha um projeto político acabado. Assim, demos mais um passo e neste passo à frente alguns ficaram onde estavam e outros deram um passo atrás. As pessoas que achavam que estavam iludidas e fazem auto-crítica jamais entenderam a nossa política que é de nunca defender uma proposta burguesa para a sociedade. Não entendem que a Ditadura Militar e a burguesia tem um projeto de democracia formal e autoritária e que se este projeto for consolidado o movimento popular na sua luta pela hegemonia na sociedade será derrotado. Somente os setores populares travarão até o fim a luta contra a Ditadura e é preciso ir forjando desde já a alternativa do socialismo.

# O povo organiza sua resistência

Da sucursal do Rio



Nova Iguaçu, famosa pela violência impar no contexto das regiões metropolitanas brasileiras, é a sétima cidade em população no país, com 1,5 milhões de habitantes.

A atuação tradicionalmente aberta e bárbara do Esquadrão da Morte a região passa a viver, de uns tempos para cá, os ataques da extrema direita sobre os movimentos populares e a Igreja.

Movimento de Amigos de Bairros — MAB

## A assembléia não pede, exige!

Maria de Fátima faz parte da coordenação do Movimento de Amigos de Bairros - MAB, e da Associação de Moradores de Santo Elias, em Mesquita.

"O Movimento de Bairros existe há uns seis anos. Surgiu da iniciativa de alguns bairros da Baixada Fluminense na tentativa de resolver os problemas comuns a todos os moradores, ou seja, falta de tudo: saneamento, de água, de calçamento, de iluminação, de transporte, de escolas, etc.

O MAB tem como orientação o fortalecimento das associações de bairros a partir de um enfrentamento maior com a administração pública. Primeiro devemos esgotar os canais legais de reivindicação. Desta forma estamos em contato direto com os diversos órgãos públicos de administração: Prefeitura, CEDAE, Secretaria de Transportes etc. Isto não impede que os moradores resolvam por conta própria seus problemas como ocorreu no Km 32, Jardim Bangu, onde a comunidade colocou água, no peito, ou como em Jardim Gláucia que colocou calçamento e em Mesquita iluminação através de mutirão.

Em outubro de 78 o MAB realizou sua primeira Assembléia com a presença de 34 associações e cerca de 800 pessoas. O Prefeito

foi convidado e não compareceu, enviando representantes. A assembléia propôs que a Prefeitura convocasse audiências públicas periódicas para que os moradores pudessem levar suas reivindicações. Até então não se conseguia falar com administrador algum, a burocracia era imensa e a prefeitura exigia que os moradores levassem comprovantes de pagamento de impostos para serem atendidos. Em 78 o MAB conquistou, no mês de dezembro, as audiências semanais e no ano de 79 todas as quintas a Prefeitura recebia todos os moradores e associações que levassem suas reivindicações.

Na 2ª assembléia do MAB, em julho de 79 já contávamos com 70 associações e mais de 3 mil pessoas. Dessa vez a assembléia NÃO PEDE, EXIGE. É uma assembléia de protesto. O Prefeito Ruy de Queirós comparece e é recebido com uma vaia espontânea de mais de 5 minutos. Afinal, os moradores estão cansados das promessas jamais cumpridas.

No ano de 79 a partir da pressão e denúncias semanais nas audiências, 3 ou 4 secretários do governo municipal foram substituídos, uma vez que sua inoperância não podia mais passar despercebida.

Sindicato rural

## Terra para mais de 3 milhões de trabalhadores

Quem for a Nova Iguaçu e perguntar pelo Bráulio Rodrigues poderá verificar o enorme prestígio que ele tem junto à população pobre do município. Mas não se trata de nenhum tipo folclórico. Bráulio é um sujeito que incomoda o sistema e que por isso mesmo a qualquer hora pode desaparecer. Ele nos conta como foi o reerguimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

"Nosso sindicato está em processo de consolidação. Inicialmente, promovíamos reuniões de caráter ecumênico. Junto às cerimônias nasceram as primeiras discussões sobre sindicatos. O tema sensibilizou um grupo importante de trabalhadores do campo e a Federação de Trabalhadores Rurais do Rio foi então chamada para conversar sobre a situação do campo. Depois de algum amadurecimento foi convocada uma assembléia com a participação de 200 camponeses". Foi desta assembléia em julho de 79 que criou-se o sindicato, elegendo uma junta diretiva provisória até as eleições que, conforme a CLT, só podem ser realizadas após seis meses de existência do sindicato.

Em Nova Iguaçu existem muitas granjas que empregam mão de obra assalariada. Há problemas como carteira não assinada,

horário não cumprido etc. A posse é, no entanto, o problema fundamental, afirma Bráulio. "Existem atualmente entre 4 mil a 5 mil posseiros, sendo que umas mil pessoas estão envolvidas em conflitos de terra."

Geneci Ferreira, presidente da junta diretiva provisória fala que o maior problema dos lavradores é o gado dos grandes proprietários, ou seja, os grandes fazendeiros soltam o gado na lavoura dos posseiros da região para destruí-la e obrigar o lavrador a deixar a terra. Os fazendeiros junto com os ricos da cidade que querem comprar sítio para passar o fim de semana são os que fazem propaganda contra o sindicato. No entanto os posseiros sabem que unidos em torno do sindicato são muito mais fortes para resistirem e defenderem seus direitos.

Diomedes, atual presidente do sindicato - da chapa UNIÃO DOS LAVRADORES apresentada para eleições de 15 de fevereiro passado - diz que o sindicato vai apoiar todas as lutas levadas e que a Reforma Agrária é conquistada pelas lutas dos trabalhadores do campo. Que Reforma Agrária é dar terra para mais de 30 milhões de trabalhadores sem terra, é evitar a marginalidade e a criminalidade.

## A raiz da violência e a miséria

Fala D. Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz acabou de entrar com petição junto ao DPPS no sentido de que o inquérito sobre o sequestro fosse reaberto. Que motivos fizeram com que essa decisão fosse tomada?

— A Comissão Diocesana de Justiça e Paz tem por finalidade a defesa dos direitos humanos. Dentro de sua finalidade, portanto, entrou com a petição de se abrir o inquérito sobre as pichações de igrejas da Diocese de Nova Iguaçu em novembro e dezembro passado. A estes fatos acrescentou posteriormente, como adendo, o pedido de inquérito sobre a explosão da bomba na Catedral de Nova Iguaçu (20-12-79) e o pedido de retomada das investigações e do inquérito do sequestro do bispo diocesano (22-09-76).

— Em conversa mantida com um trabalhador rural foi levantada a seguinte hipótese: hoje em dia, a atuação repressiva dos órgãos de segurança (polícia e exército) em Nova Iguaçu já não ocorre com a mesma liberdade que eles tinham no passado recente. Isso se deve principalmente ao grau de mobilização de organismos como o Movimento de Amigos do Bairro (MAB), o sindicato rural, a pastoral operária e a atuação da diocese. Este fato estaria na origem dos ataques dos comandos de extrema direita.

— A abertura política que o nosso país está vivendo, sobretudo de 78 para cá, teve repercussão também na Baixada Fluminense. A repressão amainou. Certamente os movimentos populares contribuíram também para a abertura e, o que é mais importante, para a conscientização do povo, para a participação do povo no processo social. No entanto o clima de insegurança ainda perdura, fanático e radical, em virtude de certos bolsões de extrema direita. Estes radicais de extrema direita rejeitam a abertura democrática. A análise do trabalhador rural é incompleta, mas parece-me certa.

— O secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) declarou, faz alguns dias, ser lamentável que as investigações sobre acontecimentos terroristas de Nova Iguaçu não tenham sido realizadas com a mesma eficiência que o atentado contra D. Vicente Scherer, em Porto Alegre. Como explica o senhor esta diferença de tratamento?

— A concluir das declarações de D. Vicente Scherer, tudo indica que em Porto Alegre sucedeu um assalto, um crime comum. Nos acontecimentos de Nova



D. Adriano

Iguaçu, que se sucedem com certa regularidade desde setembro de 1976, os autores sempre se identificaram como grupos anticomunistas, de extrema direita. Crime político, portanto, embora eu rejeite terminantemente as acusações que esses grupos fazem contra mim e contra a pastoral da Diocese de Nova Iguaçu. A pastoral da Diocese de Nova Iguaçu é exclusivamente evangélica na motivação, nos recursos empregados e nos objetivos. O nosso esforço é de conscientização.

— Nos últimos meses a questão da violência toma cada vez mais espaço na grande imprensa. Ao mesmo tempo há uma campanha realizada pelos secretários de segurança no sentido de legalizar a prisão cautelar. Fala-se também em instituir a pena de morte, e mesmo na distribuição de armas entre a "população". Como o senhor vê esta questão?

— É inegável o surto de violência que estamos vivendo. Há diversos fatores agravantes: de um lado, o consumismo, os desníveis econômicos chocantes, as injustiças sociais, a insegurança econômica, a inflação; do outro a insegurança política, a arbitrariedade, a impunidade, a corrupção. Nem prisão cautelar nem pena de morte corrigirão, me parece, os males da violência. Evidentemente cabe à Igreja um papel muito importante, sobretudo na educação para a justiça social, para a sobriedade e temperança, para o espírito comunitário. Há uma profunda crise de confiança nas instituições. Quem escuta as queixas do Povo, quem lê as cartas dos leitores nos jornais, quem acompanha de perto os acontecimentos,

sente como decaiu o crédito do Povo nos órgãos do poder público (correio, telefone, telégrafo, INPS, Polícia etc) e também nos serviços confiados ou assumidos por particulares (hospitais, comércio, transporte etc).

— O senhor poderia nos falar um pouco sobre a participação da Igreja junto aos movimentos e organizações próprias dos explorados e oprimidos, como por exemplo, o Movimento Amigos do Bairro (MAB), aqui em Nova Iguaçu.

— Tenho certeza de que o grande pecado coletivo da América Latina e do Brasil é a marginalização do Povo. As grandes massas vivem à margem do processo social. São objeto e não sujeito. Estão expostas a toda sorte de manipulação. Somente as elites do poder têm capacidade decisória. O movimento de Amigos de Bairro nasceu e se desenvolve com o auxílio da Diocese, embora não seja um movimento de igreja. É aberto a todas as religiões e a todas as pessoas que promovam a melhora da comunidade. Os problemas básicos estão martirizando o Povo: transporte, educação, saúde, trabalho, lazer, serviços públicos etc, etc. O Povo sofre na carne. Por isso mesmo está em condições de dar um testemunho bem concreto de seu sofrimento, de suas esperanças, de seus direitos e de suas reivindicações. Os bons políticos deveriam valorizar muito esta participação do Povo, pois sem participação solidária e consciente nunca poderemos falar de regime democrático nem de bem-estar social. Pelo seu contacto direto e constante com as bases a Igreja tem oportunidades numerosas de conscientizar o Povo.

# Políticos, advogados e psiquiatras opinam

O aborto é o grande tema do momento porque a lei que determina sua legalização ou não deverá ser votada ainda neste semestre pelo Congresso.

Por isso várias pessoas se preocupam em defender suas posições. Deve ser legal ou ilegal? É assassinato ou não? Existe vida aos três meses ou o feto não passa, nesse período, de um amontoado disforme de células?

Aqueles que atacam a legalização do aborto utilizam frequentemente o seguinte argumento: "É um assassinato porque já existe vida. A lei não deve mudar. O aborto deve ser ilegal, permitido apenas em caso de estupro".

Diante desses argumentos aparece uma pergunta que ficou até agora sem resposta: se o argumento maior contra a legalização é a alegação de assassinato, o fato dele ser permitido em caso de estupro faz com que ele deixe de ser assassinato? Então, concretamente, não se questiona se existe vida ou não, questiona-se a paternidade, a continuidade da linha paterna. E a mulher, onde fica nisso tudo?

Abre-se o debate:

Por Maria Tereza Verardo e Olga Nascimento



## A pílula e o aborto não libertam a mulher

Hélio Bicudo  
Jurista

"A respeito da questão, que passa a ser debatida no País, sobre a legalização do aborto, não vejo se possam adotar posições radicais: contra ou a favor.

A lei penal vigente define o aborto como delito contra a vida, mas concede que em determinados casos pode ser cometido sem que as pessoas envolvidas devam ser incriminadas. Além do aborto terapêutico (para salvar a vida da gestante), pode ser praticado em caso de violência sexual.

Por outro lado, a lei civil assegura os direitos do nascituro, a partir da concepção.

Mas o problema, hoje, se põe no plano da disponibilidade, pela mulher, de seu corpo, ou de sua libertação, como se costuma dizer.

Mas será que essa disponibilidade vai a ponto de sacrificar-se, em nome de uma discutível libertação do sexo, u um outro ser?

O aborto não terá maior conteúdo nesse sentido e com a pílula, ao invés de libertar a mulher, será mais um elemento para a permanência de sua sujeição.

Não é a pílula ou o aborto que irão libertar a mulher, mas será ela própria que se libertará, a partir do instante em que tiver presente a sua missão na sociedade, que não é diferente da do homem, pois que ambos devem caminhar juntos, no sentido de aperfeiçoá-la.

Existem bens que recebemos, dos quais não podemos dispor, a não ser em circunstâncias extremas.

Não vejo, fora desses parâmetros, outra maneira de enfrentar-se o problema, cujas qualificações éticas vão muito além das jurídicas."

## A decisão cabe à mulher

Eduardo Matarazzo Suplicy  
deputado estadual pelo  
ex-MDB paulista

"A mulher deve ter informação total a respeito da possibilidade de engravidar. O aborto é um problema social de extraor-

dinária envergadura. Atinge grande número de mulheres, principalmente no Nordeste. Cabe à mulher decidir se quer ou não abortar. É uma questão que envolve valores morais, principalmente religiosos, que devem ser respeitados.

Acima de tudo, é importante debater o aborto. Só o debate pode levar a soluções.

## Melhores condições de vida acabariam com o aborto

Irma Passoni  
Deputada estadual, pelo  
ex-MDB paulista

"O aborto tem que ser visto dentro da problemática da situação social do povo. A mulher sofre uma repressão no seu direito de optar a ter ou não filhos. Esse direito passa pelo problema de condições de vida, onde ter e onde deixar seus filhos.

Esse direito de opção é um direito que precisa ser conquistado. Precisa se dar à mulher a liberdade de uma decisão como essa.

As condições para essa decisão são melhores salários e melhores condições de vida. E, com essas condições, o aborto deixaria de existir. Essa opção pelo aborto é a última saída, é uma decisão extrema."

## E a destruição posterior, do indesejado?

Eduardo Muylaert Antunes  
Advogado e professor da PUC — SP

"A questão do aborto envolve dois problemas básicos:

1) A legislação penal ou repressiva que é a legislação hoje, totalmente inadequada. Por um lado pode-se observar um fato social, ou melhor, inferir; existe um número muito grande de abortos que se realizam habitualmente no Brasil. Cifra essa que pode ser estimada em mais de um milhão por ano, e que não chega ao conhecimento oficial das autoridades e não é objeto de estatísticas seguras, o que podemos chamar de "cifra negra".

O direito, no caso, evidentemente não casa com o fato social e nem com qual-

quer ideal de justiça. A legislação penal é absolutamente ineficaz, não tendo aplicação senão em casos acidentais. A solução para o problema é evidentemente a despenalização do aborto consentido.

2) Este problema diz respeito à legitimação do aborto como prática. Atualmente só se admite em hipóteses raríssimas, como por exemplo no caso em que a gravidez tenha decorrido de estupro. Existe, entretanto, inúmeras outras hipóteses em que o aborto se apresenta como prática necessária. Seja por motivos terapêuticos, seja por motivo até de ordem social.

Os que combatem acirradamente o aborto falam sempre na destruição do feto que seria um ser humano em miniatura. Parecem esquecer-se propositadamente da destruição posterior, mais violenta e mais degradante, dos seres humanos indesejados por pais sem a menor condição de educá-los".

## Algumas religiões proibem a transfusão de sangue; a cristã proíbe o aborto

Paulo de Abreu  
Psiquiatra

"ilegalidade do aborto no Brasil é fruto da cultura ocidental cristã. A mulher que pratica um aborto vai se sentir extremamente culpada. Se o aborto não fosse proibido não haveria essa sensação de culpa.

Não existe diferença entre uma cirurgia e um aborto numa cirurgia retira-se uma parte do corpo, num aborto retira-se um amontoado de células. Um feto aos três meses de gestação é inviável. Se nessa época, ocorrer um aborto espontâneo, ele é aceito e as pessoas até o assumem. O fato concreto é que, espontâneo ou não, houve um aborto.

Algumas religiões são contra a transfusão de sangue. Dentro da cultura brasileira as pressões que impedem transfusão de sangue são vistas como ultrapassadas, erradas, enfim, são mais vistas. Nossa cultura vê o aborto da mesma maneira.

Do ponto de vista da emancipação da mulher e legalização do aborto é uma conquista. Numa cultura discriminatória dos sexos como a nossa, a mulher não tem direito ao prazer, já que a sexualidade feminina é destinada

exclusivamente à procriação.

Exemplo disso é a frequência de relatos de mulheres de classe mais baixa em que até a inversão na postura durante o coito é vista como extremamente humilhante, é uma depravação. A mulher se sente culpada em sentir prazer.

Se os métodos contraceptivos fossem bons e não tivessem efeitos colaterais, esse problema não existiria. Mas, como não é assim, a mulher tem que arcar com os efeitos colaterais, gravidez ou aborto.

Nas classes mais baixas o que se vê é a mulher engravidar e ser abandonada pelo companheiro. Ela vai criar sozinha a criança, levando o estigma de mãe solteira, de prostituta, mesmo que só tenha tido uma única relação.

Eu vejo o aborto como um problema não só da mulher mas também do homem. Mesmo que a nossa cultura dê ao homem o direito ao prazer, esse fato não coloca o direito obrigatório ele ser pai de uma criança que não desejou.

## Se o aborto fosse permitido, não haveria sentimento de culpa

Ivan Erhani de Moraes  
Psiquiatra

"O aborto deve ser objeto de uma nova análise pela sociedade. A sexualidade mudou, e a maneira de ver o aborto também deve mudar. Num contexto em que o casamento é uma coisa necessária, legal e obrigatória, as relações sexuais são permitidas através do casamento. Fora dele, as relações são tidas como degradantes. Quando alguém engravida nessas condições, traz consigo o estigma da ilegalidade por ter tido relações fora do casamento.

Ao nível individual, depende muito de como ocorre a gravidez. Numa situação muito comum, em que a mulher quer ter o filho e o homem não, há o aborto em sacrifício à união. Como os contraceptivos são problemáticos, são as vezes abandonados e a mulher engravida sem desear. Só resta a opção do aborto.

Psicologicamente a reação da mulher varia de acordo com seu contexto social. Como é feito hoje, esta prática traz para a mulher um sentimento de culpa. Se o aborto fosse permitido este sentimento não existiria.



## Abertura, liberação, aborto, topless e que tais...

Por Rachel de Andrade



Com açúcar e com afeto... e ainda vou fazer teu prato. Parece que essa escravidão feminina vem acompanhada, ultimamente, de meio-sorrisos por parte das mulheres. Ninguém mais acredita que, em nossos grandes centros urbanos, a mulher ainda não tenha percebido que o papo não é mais esse; esse papo de Amélia é coisa do passado!

A liberação da mulher caminha, aos trancos e barrancos, mas caminha. É o que dizem. Só um cego não vê que, hoje, nenhuma mocinha é mandada embora de casa pelo pai, só porque perdeu a virgindade na solteirice. E em Quixeramobim, é assim também? Afinal, os "Dancing Day's", as "Malu Mulher", as "Palomas" e (pelo jeito) as "Água Viva" da vida, também são lbope em Banala! Pois é isso aí. O clima de liberação é um fato (liberação moral, é claro), mas eu disse "clima". Discute-se topless, transas corpóreas, os casamentos se desmontam e se acumulam os processos de separação nos cartórios, as creches para família-média aumentam em número, e até a legalização do aborto já está em pauta. O Brasil não está desvinculado da comunidade internacional e o PDS está aí para provar o quanto a pátria anil galgou degraus na sua "abertura"! No entanto, nossa história andou mostrando que há nestas plagas uma certa mania, um certo caoete, qual seja, o de se decidir tudo de cima para baixo, desde Constituição, passando por presidentes, até o topless. E nessa verticalidade histórica está decidido que a discussão, agora, é supra-estrutural.

É espantoso como jovens recém-sai-das(os) da adolescência podem emitir certas opiniões sobre assuntos candentes e difíceis, sem titubear (aborto, casamento, sexo...), como se estivessem falando de arroz e feijão. Dirão alguns, isto é próprio da juventude, essa incrível segurança na ignorância. Talvez, mas penso nos veículos de comunicação de massa que fazem, incansavelmente, as vezes de mestres nesses assuntos, apresentando soluções para todas as angústias e ignorâncias, num discurso ágil e desprezioso, não poucas vezes com pitadas de seriedade "científica"; falo das revistas "Capricho", "Pop" e que tais; falo das novelas da TV Globo e da liberada "Malu Mulher", prá ficar só nisso. O que opinam alguns espectadores, leitores, curiosos e/ou preocupados com o assunto? Vejamos.

### Ninguém é propriedade de ninguém

A.M., 21 anos, solteira, estudante da 5ª série, trabalhando em casa de família.

"O casamento é muito difícil, eu não me casaria. A mulher tem que ter liberdade no casamento, poder trabalhar, ter seus amigos, ir ao cinema sozinha. Ninguém é propriedade de ninguém. Relação sexual? Bem, quando se gosta, tudo bem. As pessoas não pode se deixar usar, ficar fazendo sexo toda hora, se vendendo... No Brasil estamos atrasados. Um país não atrasado? As mericanas, eu acho. Prostituta? Eu acho que é aquela mulher que acha mais fácil cair na vida do que trabalhar duro. Homossexualismo? Cada um faz o que acha que quer. Aborto, não, eu não aceito, não! Eu não faria de jeito nenhum!"

"Bem, o Topless, acho bom, pois se não existisse roupa todo mundo andaria sem, e ninguém ligaria, não é? Desde que a mulher não seja agredida...ela já usa tanga! Ah, o Brasil mudou muito! As mulheres estão mais livres, mas os homens ainda não aceitam isso. Abertura? É, ouvi falar, mas eles abrem prá umas coisas e não deixam tocar a música do Chico, "Meu amor"."

N.P., 20 anos, solteira, não é brasileira, estuda e trabalha em casa de família.

"Não acho justo o topless. Por quê? Porque não é justo. Para os outros, tudo bem. Casamento, sim, eu me casaria se gostasse, e também dormiria com a pes-

soa antes. Por que guardar para amanhã o que se pode comer hoje?" Prostituição? Não penso bem das prostitutas, mas algumas querem sair dessa vida e não conseguem. Aborto? É difícil, mas talvez eu fizesse, sim. Abertura, não, eu não sei nada. Parece que, hoje, fala-se mais..."

A.R., 55 anos, casada uma vez só, 3 filhos, funcionária pública, nível universitário.

"Essa história de topless é pouca vergonha, moral baixa. É preciso conservar um pouco a moral. Onde estamos, em Sodoma e Gomorra? Liberação da mulher? Acho que sim, ela tem mais liberdade hoje, no casamento também. Antes era só cuidar dos filhos, do marido; agora ela trabalha. A virgindade? A mulher deve preservar antes do casamento, senão o homem não a respeita. Aborto, só em certos casos. Homossexualismo só aceito como doença." Prostituição? É um mal necessário; sem ela até poderia haver mais mães solteiras por aí. Agora, uma coisa, esse negócio de liberação da mulher, pensando bem, é utopia. Ela consegue uma brecha aqui, outra ali, mas no fim das contas, que nada! Veja o caso do Doca Street. A mulher está por baixo!"

### Homossexualismo? Isto devia ser eliminado

W.N., 45 anos, casado, ex-motorista de caminhão, hoje comerciário, nível primário.

"Ridículo o topless. Certas partes não devem ser mostradas em público. Casamento? Ainda é válido se houver compreensão. A liberdade da mulher no casamento? Tudo depende do entendimento entre marido e mulher. Se eu tenho filha? Tenho uma. A mulher deve manter-se virgem antes do casamento, mas se acontecer... a culpa foi da educação errada que os pais lhe deram. Aborto? Bem, aceito em casos médicos. Moça solteira não deve abortar, mas procurar uma instituição que cuide da criança se ela não puder cuidar. Prostituição? Está ligada à miséria do país. É bonito chegar num lugar que só tenha mulher distinta! Homossexualismo? Deve ser eliminado, é uma doença. Liberação da mulher? hoje, sim, está mais liberada, talvez pela

influência da TV. No fim, tudo se resolve com respeito.

### Os homens têm que enfrentar os seios das mulheres

P.M.A., casado, 32 anos, nível universitário, espécime da intelectualidade brasileira.

"O topless eu acho saudável. Nova Moda? A moda é sempre um gesto de defesa em relação a algo que quer ser liberado. Já está na hora dos homens enfrentarem os seios das mulheres! Não, não deserotiza, não! A nudez é uma conquista da humanidade, de sua origem. Claro que tudo está dentro do capitalismo e nada pode ser pensado fora dele, nem a nudez, mas isto é um assunto bem mais complicado. Casamento? Se já era? O casamento mal começou. E não se pense que o casamento surgiu por acaso na humanidade. Corresponde a um anseio profundo da espécie humana. E a relação entre as pessoas também mal começou. Bem, esse negócio de liberação da mulher, eu tenho a dizer que eu sei cozinhar, lavar fraldas, e na minha vida há uma divisão de tarefas, mesmo. A virgindade não é um problema. Prostituição? Jamais dormi com uma prostituta e não sei se isso é uma limitação ou uma conquista". A prostituição é lamentável, e digo prostituição quando se trepa em troca de dinheiro. Aborto? Isso é complicado. A mulher é que resolve, já que dar a vida é uma opção, e é ela quem traz a vida dentro dela. Liberação da mulher? Sim, ela está se liberando e a literatura brasileira tem mostrado isso: Sinhá Vitória, Diadorim... Se trabalhar fora é sintoma de equiparação, a mulher, hoje, desfruta dos mesmos desgostos e pesos que o homem desfruta."

L.F.S., 41 anos, casado pela segunda vez, profissional liberal, dois filhos.

"Topless eu acho natural, uma evolução natural do comportamento da mulher, uma evolução moral até. Casamento é uma instituição muito contestável. Acho que esse negócio de papel passado não tem sentido. Não se pode determinar o tempo de vivência entre duas pessoas, e nem pode haver obriga-

riedade. Não sou contra o casamento, mas contra o modo como duas pessoas se vêem, mediante papéis, obrigadas a viver juntas. Isso é deturpação do relacionamento a dois. Liberação da mulher no casamento? Olha, a nível teórico, tudo bem. Há homens que aguentam e outros não. Prá mim é difícil. Bem, a virgindade não é problema nos grandes centros urbanos. A classe média anda mudando... A mulher não está mais livre agora. A liberdade da mulher só pode vir com a mudança estrutural da sociedade. O movimento feminista, por exemplo, eu acho válido se feito junto com os homens, nos partidos. Movimento enquanto espécie não me convence. Homossexualismo? Ainda está longe sua aceitação. Não tenho absolutamente nada contra. Aborto sou favorável, mas creio um tanto inoportuna sua legalização. Primeiro é preciso discutir o aborto e as condições da mulher nesse problema. Legalizar é um pouco cedo. Abertura? Que abertura? Não existe. Se há um movimento de "liberação" talvez ele seja até dirigido".

### O topless encobre outras questões

C.G.A. 33 anos, casada, profissional liberal, dois filhos.

"Topless? Tudo bem, cada um usa o corpo como quiser. Mas essa questão encobre outras mais importantes. Por exemplo, o orçamento do executivo não é mais discutido, ninguém mexe em orçamento nenhum, nem o legislativo discute. Pode até legalizar a UNE, e daí? A população está afastada de tudo! Casamento eu acho válido enquanto escolha de um companheiro para viver mais próximo, mais intimamente com ele. Não significa um contrato, uma posse. A mulher só tem desvantagens nesse contrato de casamento. Em geral, fica infantilizada pelo paternalismo do marido, fica castrada. O homem pode até ter um discurso progressista, mas na hora H... E isto não só no casamento mas nas sociedades comerciais, na profissão, é esse mesmo modelo que a mulher tem que enfrentar: os homens se sentem pais de uma quase "débil mental", a mulher, no caso. Liberdade a dois? Isso deve ser procurado. É difícil; tudo o que se esconde

numa relação acaba explodindo depois. Não pode haver é "obrigação de", de nenhum dos dois lados. Olha, virgindade eu pensei que não fosse mais o problema, mas quando vejo como as moças, hoje, estão infantis, guardam bonecas, põem pendurucalhos em seu quarto, cortam fotos de revistas e lêem certas revistas infames, não sei não. Digo isso porque já vi, por exemplo, certas moças que não querem abortar mas não têm capacidade de ter o filho, acabarem tendo esse filho em nome do "natural". Será que muitas dessas jovens não estão pensando, também, que o "mais natural" seja dormir com o homem depois do casamento? Não sei o que pensar. Homossexualismo, aborto, sou a favor, claro."

### Libera-se o aborto mas não o trauma do aborto

C.J.C., 39 anos, desquitado, profissional liberal, com um filho.

"Topless eu acho ótimo. Quanto menos roupa, melhor, é mais saudável. Casamento, eu acho um círculo mágico que deve ser mantido. Uma situação de relacionamento por onde passa afeição, emoção, proteção é muito importante. Mas é extremamente difícil manter esse círculo mágico. E eu já ouvi dizer que casamento tira tesão. Acho bem o contrário. O excesso de relacionamentos com diferentes mulheres é que tira a tesão. Virgindade, eu acho que já não é problema faz tempo. Essa pergunta não tem sentido. Prostituição é mais complicado. Há uma prostituição a nível econômico, que eu acho lamentável, mas há uma prostituição a nível psicológico. Há mulheres que são prostitutas natas, quer mediante pagamento, quer mediante outros benefícios. A prostituição não é solúvel com reformas ou revolução. Liberação da mulher? Acho que a mulher e o homem têm que cuidar das crianças, da casa e trabalharem. O homem que só trabalha é explorado e impedido de participar da relação criativa com os filhos. As creches jamais substituirão os pais. Aborto precisa ser liberado, mas antes deveria haver uma divulgação dos métodos preventivos de gravidez. Você libera o aborto mas não libera o trauma do aborto. Só liberar é uma visão estreita. Homossexualismo? É uma forma de amor."

### Um presente da abertura

Com tudo isso, tão pouco ordenado, tão pouco "científico", só tenho a acrescentar que a "abertura" está muito bem, obrigado. Está conseguindo até interessar os mais diversos segmentos sociais nesses problemas tão complicados. Mais do que interessar, está mobilizando as discussões, e criando espaço de debate até na imprensa alternativa (nós). Trata-se de saber se todo esse ruído tribunal não está "lutando" por uma casua já ganha, que já veio empacotada em papel florido e laços de fita... um presente da abertura. Isto porque, enquanto a Globo programa o que deve ou não ir ao ar, e os gulosos espectadores vão conferir se estão "por fora", ou "por dentro" das discussões levantadas no vídeo, a reluzente moeda continua se movimentando conforme designios "divinos". E não vai ser a legalização do aborto (que está sendo debatida sem que se leve em conta o fator controle ou não da natalidade), nem vai ser o topless, nem a dissolução da família (que o próprio capitalismo está se incumbindo de fazer), quem vai deter esse movimento do vil metal. Não será demais lembrar algumas palavras de Marcuse a essa altura: "Com o declínio da consciência, com o controle da informação, com a absorção do indivíduo na comunicação em massa, o conhecimento é administrado e condicionado. O indivíduo não sabe realmente o que se passa; a máquina esmagadora de educação e entretenimento une-o a todos os outros indivíduos, num estado de-anestesia do qual todas as idéias nocivas tendem a ser excluídas. E como o conhecimento da verdade completa dificilmente conduz à felicidade, essa anestesia geral torna os indivíduos felizes".

Por José Mário Ortiz Ramos

## A "Boca" invade o Masp

A recente mostra realizada pelo Museu de Arte de S.P. "As perspectivas do Cinema Brasileiro", entre 4 e 16 de fevereiro, ofereceu um painel rico e matizado para se refletir um pouco sobre os destinos e desatinos do cinema neste país. A escolha dos quinze filmes inéditos (alguns até então proibidos) obedeceu a uma saudável diretriz de misturar de forma heterodoxa variadas vertentes da produção atual. Vamos nos fixar aqui apenas num dos recortes possíveis do ciclo que aparenta ser bastante significativo.

### Bye bye Brasil; O arcaico e o moderno

A imprensa já vinha dando um destaque e ênfase acentuada ao novo filme de Cacá Diegues "Bye bye Brasil". O cineasta aliás facilita o trabalho da acomodada crítica paulista se expressando por meio de entrevistas — manifestos, e redigindo "releasés" que se transformam em artigos. Na revista *Status* deste mês Cacá escreve: "...Bye bye Brasil é antes de tudo um filme sobre isso: a convivência, a coexistência no mesmo tempo e espaço do arcaico e do moderno, do pobre e do rico, do passado e do futuro, do atraso e do progresso"; e salienta ainda estar atualmente fascinado pelo uso de técnicas modernas do cinema, fazendo questão de frisar que utilizou no "Bye bye" as novíssimas câmeras BL e lentes NewZeis que Stanley Kubrik usou em "Barry Lindon".

Retomando as colocações de Cacá Diegues sobre a convivência do arcaico e do moderno — na verdade uma apropriação estética da análise que caracteriza a inserção do Brasil no capitalismo mundial como um processo desigual e combinado, o setor moderno se nutre do "Arcaico" numa relação simbiótica em que traços do novo aparecem no arcaico e relações arcaicas surgem no novo — podemos tentar uma extrapolação destas concepções para a atual produção cinematográfica. Assim talvez possamos identificar "bye bye Brasil" e "Muito Prazer" de David Neves (mais pela sua temática) como representantes do "Moderno", e por outro lado os filmes da "Boca do Lixo" paulista, que pela primeira vez adentram o ambiente "cultural" do MASP, tentando a todo custo escapar do estigma de setor "atrasado".

Dentro deste enfoque foi exemplar o debate que a mostra propiciou, ao apresentar para uma platéia mais refinada, não só os filmes que carregam o selo de garantia de "produto cultural", mas também produções da Boca, como "A Força dos Sentidos" de Jean Carret e "E Agora José" de Ody Fraga.

"A Força dos Sentidos" apresenta um diretor com bom domínio de sua linguagem, as movimentações de câmera e enquadramentos já não assustam Jean Carret que vem se aperfeiçoando por caminhos conturbados, às vezes de concessão ao comercialismo mais imediato. Hoje o diretor se cerca de uma equipe competente (a fotografia bem cuidada de Carlos Reichenbach e a montagem precisa de Eder Mazzini) para realizar uma obra bem construída artesanalmente. No entanto as próprias condicionantes de produção parecem forçar o cinema

paulista a focar temáticas que geralmente se desenrolam em uma ilha ou casa de campo isolada (vide "A Ilha dos Prazeres Proibidos", "Mulher, Mulher", "Tara, Prazeres Proibidos") onde se desenrolam conflitos pessoais carregados de alta dose de sexualidade.

As cenas são construídas de forma a impressionar e agarrar o espectador com recursos cinematográficos: a sequência filmada em cima das pedras com Elisabeth Hartman, é enquadrada tendo por fundo uma enorme lua azulada, rebusca-se a fotografia em busca de um toque sobrenatural; já a cena de sexo final com a sensível Aldine Müller e Francinete no mar é construída por superposição de imagens, as duas trepando simultaneamente com Paulo Ramos, criando uma impressão de sonho, e é justamente a cena que "ilustra" uma relação de amor "puro" que fecha o filme. Curioso notar que a cena melhor elaborada, mais descontraída sexualmente, é a que envolve uma personagem problemática (Ana M. Kreisler) casada com um alcoolatra; aí o sexo corre de forma mais natural, sem rebuscamentos visuais, parecendo se associar inconscientemente uma maior liberação sexual, com a ausência de afetividade que permeia a relação.

### Os papos furados do pós-orgasmo

De qualquer forma nota-se uma diferença concreta com as cenas de cama de um outro filme da mostra — "Muito Prazer" de David Neves. Neste é significativa uma sequência erótica envolvendo Itala Nandi e Paulo César Sarraceni numa situação de adultério, mas que é mostrada após o ato sexual numa total descontração, uma brincadeira quase infantil dos personagens, Itala subindo e se enroscando em Sarraceni, tudo filmado sem rebuscamentos e tendo como som os papos furados do pós-orgasmo. Nos dois filmes os personagens pertencem ao mesmo estrato social, mas os filmes de Jean Carret constróem as cenas sexuais visando uma relação diferente com o seu público, procurando adivinhar os seus desejos, como se pretendesse conduzi-lo junto ao que se passa na tela em direção ao orgasmo. Desta forma parece se projetar nas sequências eróticas a própria repressão da platéia, enquanto em "Muito Prazer" o diretor parece dialogar com um público mais desreprimido, ou, pelo menos, não se preocupa em aticar a sua repressão.

### O gênero pornô-político

O segundo filme da "Boca" apresentado na mostra é quase um exemplar típico da produção paulista. Realizado em 18 dias, com um baixo orçamento e pouco material para montagem, Ody Fraga procurou em "E Agora José" aliar um tom de denúncia da tortura a presos políticos com fartos elementos eróticos que garantissem a rentabilidade do filme. Inaugura-se desta forma o gênero pornô-político, mas não pode se negar a coragem e oportunidade de Ody, que inclusive encontrou dificuldades para encontrar produtores para o seu filme. Deve ter sido desconcertante para o público a fusão de uma temática que lhe é simpática com o tratamento "grosso" dado pelo diretor.



Aldine Muller em "A Força dos Sentidos"

## Três notas sobre TV

### Uma enfiada de filmes

"Dr. Fantástico", de Stanley Kubrick; "A Dama de Shanghai", de Orson Welles; "O galante Mr. Deeds", de Frank Capra, e finalmente "Coroner Creek" (Águas Sangrentas), de Ray Enright, mostrados no espaço de apenas uma semana pela TV-Gazeta, me levam a desdizer um artigo de dois números atrás, quando disse que os bons filmes programados por esse canal eram provavelmente obra do acaso.

Nada disso: uma tal constância na exibição de clássicos do branco e preto, ou um tal faro para desencavar os mestres da série B não podem ser resultado do acaso. Existe aí a mão de um bom programador, e é uma pena que a Gazeta não capitalize o fato de ser a TV cinematográfica do momento.

Como disse de outra vez, esse simpático canal "underground" tem vantagens como a pequena quantidade de anúncios e, ainda, um projetor meio vagabundo, que emperra de tempos em tempos e cria assim um clima de cine-clube, como há muito tempo não se vê entre nós. Não custava nada, portanto, corrigir certos defeitos elementares (como o fato de com frequência começar suas fitas antes do horário previsto), ou incrementar a programação, fornecendo ao espectador uma ficha completa do

filme (dados sobre os atores, diretores, produtores e principais elementos da equipe), e fazendo uma apresentação que nos situe dentro do espetáculo. Coisa barata, portanto, e preciosa. Mais complicado, mas não impossível, seria mostrar filmes brasileiros que os órgãos competentes (?) oculam com carinho: os Humberto Mauro, Adhemar Gonzaga, Lulu de Barros, Moacir Fenelon, etc., etc.

### TV Globo é uma sub-televisão

Tem novelas que acredita verossímeis e raciocina em termos de qualidade. A Globo, com suas séries prá frente (Brasil)? Consegue o milagre de produzir hoje o atraso de amanhã. Não sou alto, dizia Macedônio Fernandez, mas o suficiente para tocar com os pés no chão. A Globo é um canal que cresce para cima sem se dar ao cuidado de verificar se também está crescendo para baixo: não deixa raízes. O apogeu da estupidez é sem dúvida o Jornal Nacional, que virou a nova Voz do Brasil sem nem ao menos ter o charme do *Guarani* na abertura. No afã de ser uma instituição brasileira - e confundindo instituição com governo - os jornais da Globo são equiparáveis, em carência, a qualquer folha do interior (com a diferença de que estas cumprem sua função). A Globo anda fazendo a pior TV do

mundo, pretenciosa e caipira, arrogante e desinformada. Parece que Walter Clarke faz falta.

### Dercy Gonçalves

Um dos raros sinais "credíveis" (junto com Nelson Rodrigues de que existe teatro no Brasil, ela deu uma entrevista no programa da Hebe. Como sempre, sozinha, Dercy é um espetáculo completo. Da alegria pula à irreverência e daí a anarquia. Junto com sua vitalidade, esse sentido agudo da passagem de um estado para outro parece ser uma das chaves de seu êxito. Ao contrário de Paulo Francis, Dercy polemiza sem dar por isso a impressão de fazer demagogia. Incomparável no improviso, conhece o momento de interromper uma fala que se torna arenga introduzindo um chiste inesperado, ou ainda de romper a empatia por uma grossura tenebrosa, que na verdade nada mais é do que o ponto de apoio para um novo equilíbrio. Dinamismo, eficácia, ritmo e inteligência: Dercy é, em nosso teatro, o início e o fim de uma verdadeira arte popular e não há no setor de espetáculos quem não tenha o que aprender com ela. Dercy está com 72 anos e promete chegar aos 100 - tempo de sobra prá ensinar a algumas gerações ainda aquilo que as escolas não ensinam e que os críticos não aprendem.

# O imperialismo e a burocracia

Ernest Mandel, teórico e militante socialista belga, é dirigente da IV Internacional. Conhecido sobretudo por suas obras de economia marxista, "Tratado de Economia Marxista", "A Terceira Idade do Capitalismo" e "A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx" — esta última editada no Brasil pela Zahar — possui ainda publicadas inúmeras análises

sobre questões políticas da atualidade. Nessa entrevista exclusiva, ele discute a nova estratégia do imperialismo para recuperar-se de suas recentes derrotas políticas, o significado da invasão soviética ao Afeganistão, os rumos da revolução iraniana e as ameaças, imaginárias ou reais, da 3ª guerra mundial.



**Existe uma nova orientação do imperialismo. A seu ver ela é capaz de desencadear a 3ª guerra mundial?**

As relações de força globais entre as classes alteraram-se de maneira importante em função da derrota que o imperialismo sofreu em 1975 na Indochina. Mas não porque ele tenha se enfraquecido militarmente: a propaganda empreendida por toda uma ala da burguesia mundial sobre a pretensa "superioridade militar", isto é, nuclear, da União Soviética não passa de uma enorme mistificação que tem como objetivo dar cobertura para o crescimento das despesas militares nos países capitalistas num momento de crise econômica. Militarmente, o imperialismo está mais forte do que nunca. Sua derrota, seu debilitamento são políticos. Nos países imperialistas e desta vez sobretudo nos Estados Unidos depois da experiência da guerra da Indochina, a grande maioria do proletariado e mesmo uma parte importante da pequena burguesia recusam-se categoricamente a aceitar uma nova aventura militar no estrangeiro que implique forças (e o risco de perdas de vida) importantes.

Por esta razão política, o imperialismo ficou militarmente paralizado durante o período 1975-1979. Isto significou que, pela primeira vez, depois de mais de um século, não havia mais um gendarme mundial do capital capaz de intervir em grande escala, rápida e energicamente, contra as revoluções em curso. Isto evidentemente, facilitou a derrubada da ditadura do Xá no Irã e a de Somoza na Nicarágua, o que, por sua vez, levou novamente a uma mudança das relações de força em detrimento do imperialismo dado o papel chave que estas ditaduras representavam no conjunto do dispositivo imperialista no Oriente Médio e na América Central.

Depois da queda de Somoza, o imperialismo americano tem procurado inverter esta situação de paralisia política. Aproveitando-se do confinamento dos reféns na embaixada americana em Teerã e sobretudo da intervenção soviética no Afeganistão, a classe dominante desencadeou uma enorme campanha de intoxicação e mistificação à escala mundial a fim de

convencer as pessoas da chamada "ameaça soviética" ou "ameaça comunista". A burguesia tenta agora utilizar a histeria anti-soviética assim criada para tornar aceitável pelas massas o retorno à situação de antes de 1975, ou seja, uma situação na qual o "imperialismo" (sobretudo mas não so mente o imperialismo americano) intervirá novamente contra as revoluções em curso. Paralelamente, o imperialismo cria as condições materiais para esse retorno: reforço do corpo de "marines"; criação de um corpo de intervenção de 110 000 homens destinado especificamente ao Oriente Médio; criação de uma base de intervenção no Caribe, reforço da frota do Oceano Índico; reforço militar dos pontos de apoio imperialistas no Marrocos, no Zaire, na África do Sul, no Egito, em Israel, no Paquistão na Tailândia, nas Filipinas, na Coreia do Sul e, principalmente, reforço dos exércitos imperialistas na Europa e no Japão (e sem dúvida, também do exército brasileiro e mexicano); desencadeamento da corrida acentuada aos armamentos nucleares. Esses preparativos estão relacionados ainda com a depressão econômica. Eles oferecem uma das respostas clássicas do capital à crise.

A "solução capitalista para a crise dos anos 20 e 30 custou 100 milhões de mortes à humanidade. Uma "solução" semelhante, atualmente, corre o risco de custar dez vezes mais. Jamais a alternativa "socialismo ou barbárie" adquiriu tanto sentido como hoje.



Dissemos que o objetivo dessa orientação é o retorno à situação de antes de 1975. Não falamos de um retorno a uma situação pior do que a da "guerra fria" e muito menos de "preparação imediata da 3ª guerra mundial". Para que a burguesia imperialista possa por na ordem do dia a 3ª guerra mundial — que por força das circunstâncias seria uma guerra nuclear — é necessário que o proletariado dos países imperialistas e semi-industrializados, que as massas dos

países semi-coloniais estejam desmoralizados e paralisados a ponto de permanecerem passivos diante de semelhante crime suicida. Tal paralisia

só pode resultar de derrotas catastróficas sofridas precedentemente. E tais derrotas não existiram. O que está na ordem do dia são lutas importantes, crescentes, tanto da parte do proletariado quanto da parte das massas oprimidas dos países dependentes.

Novas intervenções militares contra-revolucionárias terão certamente lugar por parte do imperialismo e desencadearão reações violentas por parte das massas. Caminhamos em direção a um ascenso e não a um descenso das lutas operárias e anti-imperialistas. E jogamos com a possibilidade de vitórias importantes se darem. A situação só mudaria a partir de um longo período de derrotas das massas. Mas a cartada é demasiado importante para que se possa considerar desde agora resolvida uma questão que só será resolvida pela luta. Assim, é totalmente irresponsável dizer que a 3ª



guerra mundial já começou ou que ela está prestes a se desencadear. Mas se dizemos que a 3ª guerra não está na ordem do dia, hoje ou amanhã, dizemos também que a lógica última da corrida aos armamentos nucleares desencadeada e acentuada pelo imperialismo, é um risco crescente de guerra mundial a longo prazo. É necessário afirmar: a gravidade da crise do capitalismo é tal que se a saída socialista não se realizar, se não houver a vitória da revolução

socialista internacional, então, todos os traços mais monstruosos, mais destruidores, mais bárbaros do capitalismo passarão cada vez mais para o primeiro plano. A "solução" capitalista para a crise dos anos 20 e 30 custou 100 milhões de mortes à humanidade. Atualmente, uma "solução" semelhante corre o risco de custar dez vezes mais. Jamais a alternativa "socialismo ou barbárie" adquiriu tanto sentido como hoje.

A partir da invasão soviética no Afeganistão pode-se dizer que existe uma nova política da burocracia soviética?

A partir da deterioração das relações de força para o imperialismo depois de 1975, as margens de manobra da burocracia soviética alargaram-se incontestavelmente. E ela procurou tirar algum proveito estratégico da paralisia

temporária do imperialismo mantendo inteiramente sua orientação geral de seu "coexistência pacífica marcada por conservadorismo fundamental. Ela o fez sobretudo no Chifre da África mas também, parcialmente em Angola e no Iemem do Sul.

Todas essas manobras político-militares marcaram-se por uma enorme prudência e isso num duplo sentido. Elas se limitaram à zonas do mundo consideradas como marginais ou secundárias, nas quais os interesses, segundo o Kremlin, não eram vitais para Washington. É significativo que o Kremlin — e Cuba — tenham se absterido de qualquer intervenção no Zaire muito mais importante para o imperialismo do que Angola. Por outro lado, todas essas manobras limitaram-se a apoiar as forças políticas pequeno-burguesas nacionalistas que mantêm estados burgueses e a economia de seus países no quadro econômico do mercado mundial.

O Kremlin acreditava que essas manobras não colocariam em questão a política de "distensão" e não provocariam nenhuma reação séria por parte do imperialismo. Não cremos que a intervenção soviética no Afeganistão marque uma ruptura com esta

É totalmente irresponsável dizer que a 3ª Guerra mundial já começou ou está prestes a se desencadear. Para que ela se dê é necessário que as massas dos países imperialistas e semi-industrializados estejam desmoralizados e paralisados a ponto de permanecerem passivos diante de semelhante crime suicida.

prudência. Cremos antes que o Kremlin calculou mal as consequências desta intervenção. Ele não compreendeu a mudança de orientação da burguesia imperialista após a queda do Xá e de Somoza no sentido de criar condições políticas propícias para os Estados Unidos utilizarem novamente os solda dos americanos como força de intervenção contra-revolucionária no mundo. O Kremlin foi surpreendido pela amplitude e pela violência da reação imperialista. Pode-se estar certo de que, independentemente dos altos e baixos do enfrentamento militar direto no Afeganistão, a burocracia soviética procurará ocasiões para restabelecer o diálogo com Washington. O Kremlin teme, tanto quanto Washington, a extensão do processo revolucionário iraniano para o conjunto do Oriente Médio. E ele vai procurar demonstrá-lo praticamente ao imperialismo, — mas sem perder as posições militares estratégicas adquiridas para as suas fronteiras, em um país que ele considera há anos como um Estado tampão que faz parte de seu glacis defensivo, assim como a Finlândia na Europa.



# soviética: de volta à guerra fria?



**Mas porque o Kremlin lançou a operação militar de 24 de dezembro de 1979 e quais são suas reais repercussões?**

Crêmos que o governo do Partido Popular Democrático instalado em Cabul devido às suas origens e a sua educação stalinianas, foi incapaz de ganhar apoio popular suficiente para opor-se eficazmente à contra-revolução dirigida pelos latifundiários semi-feudais, semi-tribais ultra-reacionários sustentados pela reação paquistanesa e pelo imperialismo. Assim, foi posta em movimento uma engrenagem pela qual, a cada reforçamento da contra-revolução, os homens no poder em Cabul respondiam com medidas cada vez mais repressivas e com uma intervenção soviética mais acentuada, o que desencadeou por sua vez, um novo reforçamento da contra-revolução. A intervenção massiva do 24 de dezembro foi o resultado final dessa engrenagem.

Nós não estamos neutros na guerra civil do Afeganistão. Quaisquer que sejam os métodos burocráticos condenáveis utilizados pelos dirigentes stalinistas do PPD, as reformas que eles impulsionaram — reforma agrária, repartição de terras, abolição da usura, alfabetização, medidas no sentido da emancipação das mulheres — são progressistas isto é, vão no sentido dos interesses dos operários e dos camponeses, desencadeiam um processo de revolução permanente, mesmo se com um ritmo lento e desigual.

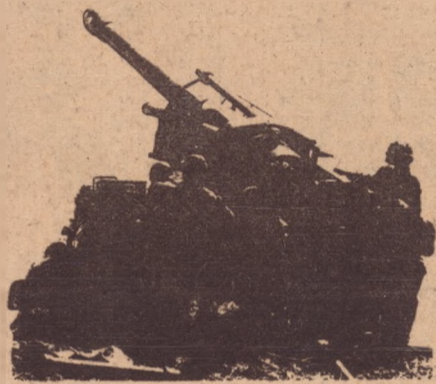
**O Kremlin calculou mal as consequências da intervenção no Afeganistão. Ele foi surpreendido pela amplitude e pela violência da reação imperialista. Mas pode-se estar certo de que a burocracia soviética procurará ocasiões para reestabelecer o diálogo com Washington.**

dado o enorme atraso do país. Por outro lado, o campo dos chamados "rebeldes islâmicos" representa as forças de classe totalmente retrógradas e reacionárias. Se por acaso triunfassem, não poderiam reestabelecer o antigo regime senão organizando um verdadeiro banho de sangue entre os camponeses pobres, os operários e a pequena burguesia das cidades. Estamos portanto, sem equívocos, pela vitória do campo progressista e pela derrota do campo reacionário. Uma guerra civil, conduz-se pelas armas.

Quando falamos de vitória e de derrota, falamos evidentemente de vitória e derrota **militares**. Numa guerra civil, assumir uma posição de terceiro campo, neutralista, é uma utopia reacionária.

Mas se as armas são importantes, elas não decidem tudo. O que é decisivo nessas circunstâncias é a mobilização

das forças de classe baseada numa linha clara que permita inspirá-las a uma unidade e a uma determinação sem reservas, sabendo que elas se batem por seus interesses vitais. Nesse sentido, a mobilização e a organização das massas operárias e camponesas afegãs são uma pré-condição indispensável para que a revolução nesse país culmine com a vitória. Ora, a direção staliniana do PPD e do Kremlin faz tudo para entravar tal mobilização e organização. Por seus métodos terroristas, pelo seu comportamento ultra burocrático, por seu programa e sua orientação política confusa, ela desmobiliza e desorganiza as massas. Toda orientação marxista-revolucionária de vitória do campo progressista, de vitória da revolução afegã, deve então comportar uma crítica e uma oposição sem reservas à



orientação e à política staliniana, tanto de Cabul quanto de Moscou. Independentemente de seus efeitos militares, imediatos, a intervenção soviética do 24 de dezembro e a justificativa cínica e mentirosa dada por Moscou teve efeitos negativos para a revolução mundial, para a revolução no Oriente Médio e mesmo para a revolução afegã. Assim, a principal tarefa dos marxistas revolucionários diante dos acontecimentos do Afeganistão, é a de denunciar vigorosamente a campanha de intoxicação e de mistificação imperialista sobre a "ameaça soviética" e a "agressão comunista".

**Qual é a seu ver a dinâmica da revolução iraniana?**

A derrubada do regime do Xá por meio de uma sucessão de mobilizações de massas que se situam entre as mais amplas de toda história (milhões de manifestantes em Teerã) abriu um processo de revolução permanente no Irã que continua a desenvolver-se. Ao se mostrarem capazes de romper o poder repressivo do exército através de amplas mobilizações e insurreições urbanas, as massas iranianas adquiriram uma enorme confiança em si próprias. Isto as leva a lutar com resolução crescente por suas próprias reivindicações de classe.

As forças motrizes da revolução iraniana são: o proletariado que avança cada vez mais reivindicações anticapitalistas inclusive a expropriação da burguesia e o controle operário, além de reivindicações anti-imperialistas; o semi-proletariado das cidades que mobilizando-se sobretudo em cima de reivindicações anti-imperialistas, reclama trabalho e moradia decentes; o campesinato pobre que reclama a "terra para quem trabalha" assim como créditos baratos; as nacionalidades oprimidas, principal-

mente os curdos, os querbejanis e os árabes que reivindicam seu direito à auto-determinação; as mulheres que reivindicam o fim de sua opressão e da discriminação das quais são objeto na dita "sociedade islâmica". Na luta por estas reivindicações as massas adotam formas de luta extremamente ousadas não somente por meio de ocupações de terras e de fábricas mas até mesmo de insurreições locais e regionais como aquelas do Curdistão e de Tabriz (3ª cidade do país). O ponto culminante dessas experiências é a multiplicação dos comitês de fábrica e de bairros (com alguns comitês de soldados) que se chamam **showras** (o apelido dos soviets).

Tais comitês cobrem uma variedade muito grande de formas e de conteúdos.

Alguns são eleitos, outros são designados. Alguns representam apenas as massas. Outros reúnem trabalhadores e patrões. Alguns são controlados pela hierarquia chiíta, outros são independentes, mesmo se utilizam certas fórmulas religiosas por razões de cobertura legal.

A contradição notória de todo este processo revolucionário é que ele se desenvolve até o momento sob a direção komeinista, isto é, sob a direção do clero chiíta. Este fenômeno explica-se essencialmente pelo fato de que a capitulação vergonhosa de Moscou, de Pequim e do partido Tudeh diante da "revolução branca do Xá, a passividade não menos vergonhosa da oposição liberal da Frente contra a ditadura. É necessário acrescentar que Khomeini deu prova de uma resolução e de uma intransigência surpreendentes na luta contra o Xá, sua dinastia a monarquia em geral. Isto conferiu-lhe uma legitimidade inconteste aos olhos das massas como autêntico dirigente da revolução.



**Independentemente de seus efeitos militares imediatos, a intervenção soviética de 24 de dezembro e a justificativa cínica e mentirosa dada por Moscou teve efeitos negativos para a revolução mundial, para a revolução no Oriente Médio e mesmo para a revolução afegã.**

Khomeini utiliza sua enorme autoridade moral e política para impedir a organização independente dos operários e camponeses, sob o manto da ideologia Nacional durante o ascenso do movimento anti-Xá tenha deixado terreno livre as iniciativas e ao quadro organizacional do clero como a única força dirigente de assalto das massas islâmica, isto é, do "socialismo islâmico". Por trás dessa ideologia

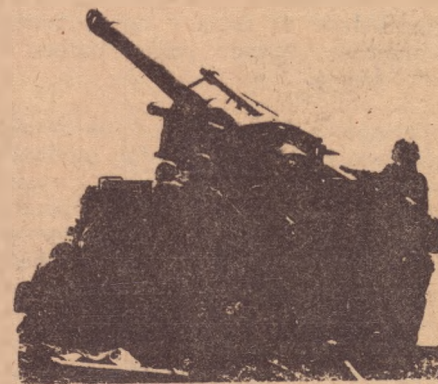
obscura inclusive de sua componente anti-imperialista, populista, existe a firme vontade de defender a propriedade privada, de manter o Estado burguês, de evitar o transbordamento da revolução em direção a objetivos claramente anti-capitalistas. Mas, quanto mais fica evidente que o regime de Khomeini é incapaz de satisfazer as reivindicações e aspirações fundamentais das massas, mais a estrutura do clero em si mesma mostra-se insuficiente para bloquear uma diferenciação política crescente, diferenciação esta que atinge o próprio clero.

**A derrubada do regime do Xá através de má sucessão de mobilizações de massas que se situam entre as mais amplas de toda a história abriu um processo de revolução permanente que continuará a desenvolver-se enquanto a burguesia iraniana não conseguir dotar-se de um instrumento de repressão eficaz.**

Já a burguesia procura sair daquilo que ela considera "o caos revolucionário" a fim de iniciar seu próprio projeto: uma racionalização da economia em vias de industrialização capitalista parcial, graças às rendas petrolíferas (racionalização em relação à megalomania do Xá da qual apenas um punhado de "grandes famílias" tirou proveito). Mas para realizar esse projeto é necessário consolidar o aparelho de Estado — antes de tudo o exército — seriamente abalado pela insurreição popular; é necessário frear e se preciso reprimir severamente as mobilizações e atividades das massas, aliás uma não podendo existir sem a outra.

Khomeini tentou engajar-se nessa via a partir de agosto de 1979. Desencadeou a repressão sobre os curdos. Procurou limitar severamente a liberdade de imprensa. Golpeou a extrema-esquerda.

Mas, em geral, toda essa repressão permaneceu hesitante, tateante, temporária, constantemente ultrapassada pela atividade crescente das massas. Os curdos resistiram e praticamente desarmaram as forças de ocupação de suas regiões. A maior parte dos jornais da extrema-esquerda voltaram a circular. Enquanto a burguesia não conseguir dotar-se de um instrumento de repressão eficaz, o curso atual da revolução continuará. Os marxistas-revolucionários multiplicarão seus esforços no interior do movimento de massas e das estruturas de que ele se dota, para conquistar a autonomia de classe política e organizativa do proletariado e construir um poderoso partido revolucionário, pré-condição para a vitória da revolução.



## América Central

## Novas derrotas imperialistas no horizonte

Depois da revolução nicaraguense, a temperatura social sobe cada vez mais em El Salvador e na Guatemala.

Por Tulio Morel

As agitações sociais da América Central transcendem o quadro de luta contra oligarquias centenárias e seus governos militares fantoches. Na medida em que várias organizações e a construção de poder dos trabalhadores", o que está em risco é a própria sobrevivência do imperialismo na região, já bastante enfraquecido com a queda de Somoza.

A Nicarágua tem sido um ponto de referência não só para as organizações de esquerda como para as próprias forças capitalistas. Apesar de a Frente Sandinista propugnar reformas bastante radicais, o Governo Revolucionário, como um todo, tem permanecido, até essa data, "em cima do muro", como se costuma dizer por aqui. Adotou várias medidas de caráter anticapitalista — reforma agrária, nacionalização dos bancos, mas tem se pautado por um sistema econômico misto, tentando talvez, não assustar investidores potenciais, já que o país está arrasado e precisa de dinheiro. Jimmy Carter, que prometeu mundos e fundos aos novos governantes nicaraguenses, não soltou um centavo até agora. Ele aguarda os acontecimentos, tentando isolar a Nicarágua e os sandinistas, além de financiar a contra-revolução, que se organiza dentro do exército hondurenho com antigos elementos da Guarda Nacional somozista.

Washington está apostando tudo na derrota da revolução nicaraguense e na volta de um status quo mais favorável às suas pretensões. Mas, os recentes acontecimentos na Guatemala e em El Salvador podem estragar esses planos.

Mais do que nunca os trabalhadores e camponeses centroamericanos estão dispostos a colocar um ponto final em séculos de exploração.

Com cerca de 21 km<sup>2</sup> de território e uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes, El Salvador é o país mais densamente povoado da América Central. Sua economia baseia-se quase que unicamente na exportação de produtos agrícolas — café e algodão são os principais — como acontece nos demais países dessa região. Também a estrutura de posse da terra não varia muito em relação às outras nações centroamericanas: 1% da população controla cerca de 50% das terras cultiváveis, enquanto que 80% possuem menos de 5 ha de terra, muitos não tendo nem uma faixa onde possam desenvolver uma agricultura de subsistência.

Assim as raízes de todas as violentas explosões sociais salvadoreñas podem ser encontradas na estrutura de propriedade da terra e no monopólio econômico exercido pelos "barões do café" locais.

Durante a década de 60, os diversos governos tentaram executar mudanças sociais tímidas tanto no regime tributário como na estrutura operária. Essas medidas não melhoravam muito a situação dos camponeses e trabalhadores, mas incomodam profundamente a oligarquia local e os EUA. Era a época em que Cuba andava "exportando" sua revolução, e a agitação social em toda a



El Salvador em 22 de janeiro último: 200 mil nas ruas contra o governo

América Latina era intensa. Como sempre, a tática imperialista procurava "confinar" o germe revolucionário em seu próprio canto, ainda que, para isso, fosse necessário dar guarida a governantes sanguinários e oportunistas. Foi o que ocorreu em El Salvador.

Nos anos 70, os diversos presidentes "eleitos" esmeraram-se em outorgar "reformas" que não mudavam nada e em reprimir violentamente qualquer manifestação contra o regime.

Finalmente, impulsionados pelo crescente mobilização dos trabalhadores em geral e pela vitória dos sandinistas em particular, os trabalhadores salvadoreños derrubaram o último desses ditadores: o Gen. Carlos Humberto Romero.

A junta que o substituiu no poder recebeu todo o apoio dos EUA e governa com o único intuito de conter o ímpeto das massas e evitar uma "nova Nicarágua".

#### A unidades das oposições

Tentando criar a impressão de que a Junta goza de apoio popular, a burguesia e a alta classe média salvadoreñas encenaram algumas demonstrações públicas, utilizando-se de entidades como a Associação Nacional das Empresas Privadas e da Organização Democrática Nacionalista, esta última, na realidade, um grupo fascista paramilitar. Mas, nem tais "demonstrações de apoio", nem a dura repressão ou as pálidas promessas de reformas democráticas conseguiram desmobilizar os trabalhadores e camponeses. As manifestações públicas e as ocupações de latifúndios e fábricas continuam em escala cada vez maior. Pressentindo a aproximação do confronto decisivo, as organizações revolucionárias e democráticas criaram, no último dia 11 de janeiro, num ato público que contou com a participação de centenas de pessoas, um Comitê de Coordenação Nacional, cujos principais participantes são o Bloco Popular Revolucionário (BPR) — a maior organização salvadoreña no momento, — a Frente da Ação Popular Unificada (FAPU), as Ligas Populares 29

de Fevereiro (LP-28) e a União Democrática Nacionalista (UD N — apoiada pelo PC). Resta saber se esse Comitê saberá apresentar as propostas corretas e dirigir o ímpeto revolucionário dos salvadoreños em direção a formas mais justas de governo.

#### A questão guatemalteca

O massacre de camponeses ocorrido recentemente na embaixada da Espanha não chega a ser inédito na Guatemala. Ações dessa natureza, destinadas a manter a "ordem", são parte integrante da vida dos trabalhadores e camponeses guatemaltecos e recrudescem na medida em, a situação social "piora" para o lado dos poderosos. Em maio, por exemplo, espera-se mais violência, uma vez que os trabalhadores pretendem relembrar um massacre parecido, ocorrido há um ano atrás na cidade portuária de Panzos, quando centenas de camponeses índios foram assassinados numa manifestação em defesa de suas terras.

A oligarquia que governa a Guatemala só resistiu até hoje no poder porque, entre outros motivos, não tem pudor em reprimir. Calcula-se que, dos anos 60 até mais ou menos a metade da década de 70, mais de 20 mil pessoas foram assassinadas ou "desapareceram", a maioria de camponeses índios e trabalhadores, principais alvos de uma "ofensiva geral" destinada a dizimar "grupos guerrilheiros".

O quadro geral da Guatemala não é muito diferente do restante da América Central: população composta por minorias étnicas vivendo em condições miseráveis, economia baseada na exportação de produtos agrícolas e matérias-primas, e a maior parte das terras cultiváveis pertencendo a uns poucos latifundiários. Entretanto, há uma particularidade que diferencia este país dos demais: a atuação da multinacional United Fruit, proprietária da maior parte do solo cultivável e quem, praticamente, monopoliza todos os negócios do país.

A Guatemala vive em função dos interesses da United Fruit desde, pelo

menos, 1931. Nesta data, o general Jorge Ubico, aproveitando uma das muitas crises do país, "elegeu-se" presidente e governou até 1944. Durante seu período presidencial, firmou diversos contratos com a empresa, "facilitando" ao máximo os negócios desse grande truste agrário na exploração dos recursos naturais do país. Quando seu substituto, Juan José Arévalo, eleito livremente, assumiu o poder, encontrou o país mergulhado noutra grave crise social. Enfrentou 28 tentativas de golpe, mas conseguiu promulgar um novo Código do Trabalho, iniciar uma campanha pública em favor da reforma agrária e entregar o poder a seu substituto, — Jacob Arbenz.

Arbenz já não teve a mesma sorte. Em 52, colocou em prática uma reforma agrária que prejudicava sensivelmente os interesses da United Fruit, e em 54, perdeu o poder em decorrência de um golpe urdido e financiado pelo CIA. De lá para cá, houve uma sucessão de presidentes "eleitos" que só fizeram aprimorar as facilidades de atuação da United Fruit.

#### A guerrilha

O ressurgimento das guerrilhas, mais ou menos no meio dos anos 70, aumentou a repressão em todos os setores da sociedade guatemalteca. Mas os tempos já são outros e, numa região explodindo em revoltas, o combate aos guerrilheiros teve um efeito contrário aos esperado: ao invés de isolar, aproximou-os da população.

De todos os grupos armados da Guatemala, o mais ativo é o Exército Guerrilheiro do Pobres que se diz disposto a "combater com todo o povo até arrebatar o poder dos exploradores... e construir o poder econômico dos trabalhadores". Afirma, ainda, que o caminho da revolução na Guatemala é a "guerra popular" e que ele — o EGP — é a organização política e militar que vai impulsionar esse processo até a vitória final: "Temos nossa próprias idéias sobre a revolução em nosso país e sobre como levar a cabo a guerra popular".



## Gabeira, a política partidária e os indivíduos

Também de volta do exílio, Newton Santos polemiza aqui com Fernando Gabeira a propósito de sua entrevista para o Em Tempo.

Artigo da seção de cultura do Em Tempo 97, foi a melhor entrevista feita a Gabeira de todas que a imprensa publicou. Os entrevistadores conseguiram levá-lo ao "X" do problema. Mas, apesar disto, uma crítica deve ser feita à introdução da entrevista.

Preocupados em garantir a discussão das questões levantadas pelo entrevistado, os entrevistadores fazem a seguinte observação: "que não se confunda alhos com bugalhos, que não se confunda a tanga de crochê com o recado de Gabeira".

A afirmação demonstra certa incompreensão, pois a tanga é inseparável de seu recado (e tenho certeza de que Gabeira concorda comigo quanto a isto). Poderia dizer mais: a tanga é a expressão visual do aspecto mais positivo deste companheiro: a sua irreverência é prática de contestação. A tanga de Gabeira representa o questionamento à moral vigente, representa uma disposição de liberdade. Ela é parte do recado de Gabeira que visa levantar questões novas e discutir o "indiscutível". Os erros de Gabeira estão em algumas simplificações que faz que o impede de ir à raiz do problema e superar o estágio de manifestação de insatisfações com a sociedade e com a esquerda, abrindo caminho para a busca de soluções.

### O problema das minorias

"As pessoas não se sentem mais representadas pelo Partido, elas preferem desenvolver suas lutas e contar com os partidos quando necessitar deles". Ao fazer esta afirmação Gabeira demonstra não conseguir imaginar outro tipo de partido além do partido stalinista. Jamais Lenin concebeu o partido como representante das "pessoas". A tarefa de representar as "pessoas", ou em outras palavras as massas, é tarefa das organizações de massas. O Partido, na teoria leninista, é concebido como a organização dos setores de vanguarda do proletariado. Seu papel é o de intervir dentro do movimento de massas e de suas organizações, levando suas propostas, apontando caminhos e disputando sua direção, respeitando as decisões da massa e de seus organismos; se dispondo a viver com elas experiências unitárias de luta onde procura fazer com que esta avance sua consciência e organização. É o stalinismo que confunde as formas de organização da massa e do Partido, procurando fazer com que o Partido substitua a massa e que esta aceite ser "representada" pelo Partido.

O problema das chamadas minorias deve ser visto deste ângulo. Deve ser visto como quaisquer outros movimentos sociais (de operários, de camponeses, de camadas da pequena burguesia, de estudantes, de bairros, etc). E aqui realmente a esquerda ainda está atrasada.

No entanto, se entre os revolucionários, em nome de "prioridades" se despreza estes movimentos, Gabeira termina por sair no lado oposto, superestimando-o em importância, e na própria compreensão de sua dinâmica espontânea.

Os movimentos de "minorias na Europa e EUA (aonde mais se desenvolveram) devem ser visto em sua gênese. Em primeiro lugar eles não podem ser considerados totalmente espontâneos. Por exemplo na França, tanto o caso do movimento ecologista quanto o movimento de mulheres, nascem a partir da insurreição estudantil de 68 dirigida por organizações de vanguarda. Nesse momento é que os primeiros temas sobre

este assunto são levantados. Quando a insurreição estudantil e a greve operária é derrotada e vem o período de descenso, diversos militantes revolucionários que acreditavam em uma revolução imediata, entram em um processo de desmoralização e se desprendem de suas organizações. São estes militantes que em grupo ou isolados, trazendo a experiência acumulada em suas organizações, vão estar na origem destes movimentos. Por outro lado, o fato da esquerda não procurar intervir de maneira organizada nestes movimentos, leva a que eles tenham características de despolitização e mesmo da reação à política, na medida em que não encontravam um respaldo nas forças organizadas.

No entanto vai se desenvolver um processo, em dois sentidos, que começa a superar esta situação. De um lado estes movimentos (particularmente o de mulheres e o ecologista) vão conseguir um certo grau de mobilização em torno de seus objetivos que vai levá-los a choques contra o poder de estado que não reconhece e contradiz suas reivindicações. Isto leva a um processo de politização do movimento e uma abertura destes para uma aliança com outros setores do movimento popular. De outro lado a esquerda revolucionária também evolui. Ao se transformarem em movimentos nacionais, as ideias destes movimentos começam a influir no conjunto da sociedade e portanto, nos próprios militantes revolucionários. Ao mesmo tempo a esquerda começa a perceber o caráter político e o potencial revolucionário destes movimentos. Este processo vai levar por um lado à abertura por parte destes movimentos em relação a esquerda e por outro à tendência da esquerda a se solidarizar e participar ativamente destes movimentos. Isto vai levar a um avanço político dos movimentos "de minorias" de inclusive a vitórias práticas concretas em relação ao poder de estado (direito de aborto, um maior reconhecimento da mulher, paralisação de projetos de usinas nucleares, etc.).

Aqui caberia ainda uma questão a ser discutida. Para o companheiro Gabeira, é surpreendente que estes movimentos não se originaram nos partidos. Na verdade ao surpreender-se com isto mais uma vez demonstra que referenda a concepção estalinista de partido. Nada mais normal que os movimentos venham antes dos partidos se se rompe com a visão teológica do Partido. Na verdade o caráter surpreendente deste fato (de um movimento vir antes do partido), bastaria lembrar a Gabeira, que não é só em relação as minorias que isto ocorre. Os Partidos na verdade surgiram inclusive após o próprio movimento operário. E não poderia ser diferente no atual estágio da revolução proletária no qual o Partido não pode mais ser formado apenas de elites intelectuais que mobilizam as massas através de demagogias, bruxarias e outros artificios.

### O problema do indivíduo

As questões que Gabeira apresenta, relativas ao indivíduo, dizem respeito ao que poderíamos chamar de maneira esquemática, o nível da cultura. É verdade que neste nível a crítica ao stalinismo está atrasada, mas este atraso corresponde ao atraso do movimento. Mas ao resumir-se a este aspecto, neste momento preciso. Gabeira se restringe a reivindicar a individualidade de um tipo de indivíduo muito preciso: daqueles indivíduos que já tem determinadas condições de vida e de trabalho e que, mal ou bem, já começam a ter liberdades políticas: os indivíduos de determi-

nadas camadas da pequena burguesia.

Ao fazer estas afirmações não o faço com o intuito que o fazem determinados setores da esquerda, mesmo revolucionária. Existem muitos companheiros que compreendem o anterior e pretendem negar o debate que Gabeira levanta. O meu objetivo é deixar bem claro as referências para a discussão do problema e evidenciar que compartilho com estes companheiros que é pela luta política que passa a resolução de todos os problemas. Que é aí portanto que a esquerda revolucionária deve ter o centro de suas atenções, tanto no que diz respeito a aplicação de esforço, quanto ao nível da priorização dos problemas que aí se originam.

Mas considero um erro usar estes argumentos para esvaziar o debate. Em primeiro lugar, porque estas parcelas de indivíduos fazem parte do bloco popular e portanto seus problemas devem ser enfrentados. Mas mais do que isso, porque o enfrentamento desses problemas, anda que não sejam prioritários hoje, são de interesse do conjunto do movimento popular.

Compartilho com a tese marxista-leninista de que a luta revolucionária não pode se limitar a luta política contra o Estado. Ela é uma luta contra o Estado e por um outro Estado e por uma outra sociedade. Por isso o proletariado não pode limitar-se às lutas apenas no campo econômico e político mas tem que opor-se ao conjunto dos valores burgueses e de sua visão de mundo e opondo a esta uma outra. Lenin, mais do que ninguém, compreendia que a política das classes dominantes penetrava no proletariado e em sua consciência através dos valores originais de sua prática social, da divisão de trabalho, da divisão: trabalho intelectual trabalho prático, das relações institucionais (família, etc) e através do canhoneio diário dos meios de comunicações (rádio, cinema, tv, escola, etc). É nesse sentido que mesmo colocando que o centro de nossas preocupações devam estar voltadas para luta econômica e política do proletariado e seus aliados, isto não é suficiente. É necessário aproveitar "os espíritos que se abrem nesta luta", para fazer penetrar nele uma contestação em todos os níveis, a visão do mundo burguesa. Quanto mais avançarmos, nesse caminho, melhores condições teremos criadas para quando da tomada do poder avançarmos no caminho da construção de uma nova sociedade. E não apenas: quanto mais avançarmos nisso mais teremos criado uma cunha entre o movimento operário e popular e as classes dominantes, mais teremos aprofundado sua contradição com a sociedade em que vivemos e mais o movimento operário e popular estará aberto às propostas revolucionárias.



## A função do Posadismo

Em replica a um artigo do Em Tempo onde são citados, os posadistas brasileiros especificam suas diferenças com o que denominam "o velho trotskismo"

Companheiros do Em Tempo, Em artigo recente (5 a..... 12/12/79) deste jornal, a IV Internacional Posadista e J. Posadas são tomados de uma forma completamente depreciativa, mal intencionada e no mínimo, mal informada, como uma corrente lunática e degenerada do trotskismo. Solicitamos aos companheiros o direito de réplica, através da publicação de extratos do livro de J. Posadas (O pensamento vivo de Trotsky) onde a função do posadismo está bastante clara. Desta forma ficará assegurado a todos os leitores que tiveram acesso exclusivamente a este artigo o acesso direto e democrático a fonte, que é a forma mais científica de abordar o problema em pauta.

"Em escala mundial, as relações de forças são favoráveis a revolução, favoráveis às transformações sociais e favoráveis ao progresso dos Estados Operários, enquanto o sistema capitalista não tem força. Conseqüentemente, essa é a base, o princípio histórico que não permite nem o desenvolvimento da burocracia, nem a conciliação com o capitalismo. Mas, nem os Partidos Comunistas nem os Estados Operários levam a política adequada; tampouco levam uma política oposta. Ou seja, os Estados operários e os PCs enfrentam o capitalismo, buscam suprimi-lo, mas não organizam o progresso nem a atividade para derrubar o capitalismo.

Nós não somos competidores dos Partidos Comunistas, somos comunistas como eles. Somos parte necessária do progresso da vida dos PCs. Vivemos separados para melhor cumprir nossa tarefa que é: intervir para contribuir, ajudar - com a crítica persuasiva, a análise, as experiências - ajudar o ascenso mundial de direções dos movimentos revolucionários. A função lógica da IV Internacional posadista é ajudar esse processo. Onde o centro vital não é a luta anti-burocrática, mas a luta anti-capitalista acompanhada da luta anti-burocrática. Mas entre essas duas lutas a que determina o curso é a luta anti-burocrática. Porque, com o avanço dos Estados operários, com a diminuição do poder capitalista, diminui o poder histórico da burocracia. O avanço dos Estados operários vai liquidar a burocracia, elevar a função objetiva das massas e reeducar uma camada de dirigentes nos Estados operários e fora

deles. Vai elevá-la na compreensão e na persuasão da necessidade de elevar o programa, a luta e a organização com base na intervenção das massas.

Para viver, a URSS tem de estender-se, expandir-se e tender a harmonizar a URSS com o resto do mundo. Senão o Estado operário se estanca. A URSS tem de desenvolver-se, e como esse processo se dá no plano social e não apenas no plano econômico, tem de promover revoluções e as promove. Mesmo em termos burocráticos, com a apologia da direção burocrática, Brejnev apoia a revolução, não a contra-revolução. Apoia Angola, o Vietnã, Cuba, a Etiópia.

Nós nos chamamos trotskistas-posadistas para diferenciarmos-nos dos velhos trotskistas. Estes continuam pensando que o objetivo do trotskismo é a luta contra a burocracia, a revolução política. Eles não vêem que as tropas cubanas que vão de Cuba a Angola e Moçambique é a revolução política. É preciso compreender esses movimentos e ajudá-los a progredir. Não há mais etapas históricas pela frente para construir um novo partido, um novo movimento mundial, nem local. A não ser em alguns países. Então, qual é a função do trotskismo nessa fase, quando os Partidos comunistas estão aquém da necessidade da história? É precisar como se desenvolve a revolução permanente. Por exemplo, constatamos a revolução permanente na Argélia, e também em Angola e no Vietnã. E ainda que em níveis diferentes, o programa dos angolanos, dos moçambicanos é o programa da revolução permanente; a transformação contínua, ininterrupta da sociedade, com a intervenção de toda a população e a busca da igualdade de salários." (J. Posadas).

Companheiros, estes fragmentos situam, de certa forma, a função do posadismo. Com a limitação de serem extratos. A concepção na íntegra encontra-se nas obras continuamente produzidas por J. Posadas, e particularmente no livro "El pensamiento vivo de Leon Trotsky", Colección Ciencia, Cultura y Política, J. Posadas, Costa Amic Editor, México.

Esperando que esta réplica seja levada em conta, nos despedimos. Buró Político Operário Revolucionário Trotskista-Posadista. Seção Brasileira da IV Internacional Posadista.

Por absoluta falta de espaço, lamentamos a não publicação na íntegra dos dois textos acima, esperando ter reproduzido no mínimo, o essencial deles.

## EM TEMPO

José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIRETOR RESPONSÁVEIS: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Papi. SUCURSAIS: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550 - Tel.: 224-0127

— PORTO ALEGRE: Av. Osvaldo Aranha, 1407 -

loja 20: RIO DE JANEIRO —

Praia do Botafogo, 316, sala 209 SALVADOR — Av. Joana Angélica, 8, sala 44: FORTALEZA — Rua Castrejo e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristóvão Colombo, 550, Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda - Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010

Rua Mathews Grou, 57- Pinheiros- São Paulo CEP: 05415 Telefones: 280-4759-853-6680

# PERU



No dia 18 de janeiro uma multidão se reuniu diante do Tribunal Eleitoral peruano para registrar a "Alianza Revolucionária de Izquierda" ARI — e a candidatura de Hugo Blanco à presidência da República. O entusiasmo da multidão, vinda das fábricas, das favelas, da universidade, bem como as palavras de ordem gritadas "governo dos trabalhadores" "a esquerda unida sem generais nem patrões", "trabalhadores ao poder", "blanco candidato", indicavam um fato novo e importante para a esquerda latino-americana.

## Como fazer uma frente

Por J. Machado

A campanha para as eleições gerais no Peru (Presidente da República, Senado, Câmara de Deputados), que se realizarão no próximo 18 de maio, está sendo um acontecimento capital para o movimento operário e popular latino-americano. Não apenas porque se dá na conjuntura aberta pela greve geral de 1977, que obrigou a ditadura, militar a tentar um processo de reformas, diante da demonstração da impossibilidade da manutenção do seu domínio, da evidência do ódio que lhe devotavam as massas. Mas também porque a esquerda peruana conseguiu atingir uma grande unidade, com base em um programa revolucionário.

No dia 18 de janeiro, quando se expirava o prazo, foi registrada a ARI (Aliança Revolucionária de Esquerda); "ari" significa "sim" em quechua, a língua das populações indígenas do Peru. Nesta frente estão reunidas as forças fundamentais da FOCEP (Frente Obrero, Campesino, Estudiantil y Popular) e da UDP (Unión Democrática Popular), as duas frentes em que se dividiu a esquerda revolucionária peruana nas eleições para a Assembléia Constituinte em 1978, e que obtiveram no conjunto mais de 16% dos votos (12% a FOCEP, 4% a UDP). Participam ainda da ARI organizações que em 1978 não estavam nem na FOCEP nem na UDP, como a UNIR e o FRAS.

Desta maneira é revertida a histórica tendência da esquerda peruana à divisão (naturalmente, tal tendência não existe apenas na esquerda peruana). Das forças de esquerda, ficam fora da ARI apenas o PC (Unidad), uma das duas organizações em que se dividiu o PC peruano em janeiro de 1978, e que representa no país a continuidade do stalinismo, e o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores), organização filiada à "Fração Bolchevique". O PC (Unidad) conseguiu em 1978 6% dos votos, e o PST estava na FOCEP.

### Sondagem indica Blanco

Outro fato extremamente significativo, é que o candidato da ARI à Presidência da República é Hugo Blanco, antigo líder camponês e

guerrilheiro, que, a par de ser um dos mais conhecidos revolucionários do continente, é hoje a maior figura da esquerda peruana. Numa sondagem realizada pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Católica nas regiões populares de Lima, pouco antes de que a UDP e a UNIR começassem a apoiar Blanco, ele apareceu como o candidato mais popular, com 17,5% das preferências. Depois dele vinham os grandes candidatos burgueses: o candidato da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), o partido burguês majoritário na Constituinte (com 16,1% das preferências) e o ex-presidente deposto em 1968, Belaunde Terry (líder do partido Ação Popular, com 12,2% das preferências).

Os princípios que conduziram a formação da ARI são simples: esta aliança deveria ser, a nível eleitoral, a expressão da mobilização independente das massas. Desta forma, deveria procurar reunir todas as correntes do movimento operário, mas excluir terminantemente qualquer partido político burguês, mesmo que este partido se apresente como "progressista" (é o caso, por exemplo, do PSR peruano, Partido Socialista Revolucionário, que é o partido dos generais que governaram o país desde o golpe de 1968 até a deposição de Velasco Alvarado em 1975).

Em segundo lugar, a ênfase da campanha deveria ser colocada exatamente na necessidade de mobilização e organização das massas, evitando as ilusões de solução dos problemas dos trabalhadores por via parlamentar.

O programa da ARI, assim, pode ser resumido em algumas palavras de ordem expressivas: "a esquerda unida por um governo dos trabalhadores, sem generais nem patrões"; "Blanco candidato por um governo dos trabalhadores sem generais nem patrões". São estas palavras de ordem que têm encerrado os comícios da ARI, que têm reunido, especialmente no sul do país, dezenas de milhares de pessoas.



A esquerda unida por um governo dos trabalhadores sem generais nem patrões

## As dificuldades da unidade

Houve três dificuldades básicas no caminho da ARI, além das colocadas pela burguesia e pelo regime militar, como a dificuldade de legalização.

A primeira delas foi superada. Alguns dos grupos maoístas reunidos na UDP defendiam a necessidade de candidaturas exclusivamente da sua corrente, candidaturas "marxistas-leninistas", e se opunham à aliança com os trotskistas da FOCEP com a liderança de Hugo Blanco (que é militante do PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Seção Peruana da IV Internacional). No entanto, na Assembléia da UDP, Blanco foi convidado a exprimir as proposições de seu partido, e terminou sendo acolhido triunfalmente pelos delegados de base. Desta maneira, estes exprimiram o clima reinante nos meios populares peruanos, fortemente favorável à unidade. Desta maneira foi garantida a participação da UDP.

Uma segunda dificuldade, originada no interior da FOCEP, não foi totalmente superada.

A FOCEP fora formada em 1978 exatamente com os mesmos objetivos da atual ARI. E foi porque soube captar a combatividade e a aspiração à independência política da classe operária e dos setores populares que se tornou na força mais forte da esquerda peruana.

Seu sucesso obrigou a que as forças reformistas e o próprio regime manobrassem para enfraquecê-la. Isto se deu através do presidente da FOCEP, o advogado trabalhista Genaro Ledesma.

### Frente Popular × Unidade da Esquerda

Ledesma, segunda personalidade mais conhecida da FOCEP, foi atraído para uma proposta de frente popular pelo PC (Unidad). Esta frente incluiria notadamente os "generais progressistas" do PSR. E uma proposta que se choca claramente com a proposta de fundação da FOCEP. Mas Ledesma era o depositário legal da sigla FOCEP, e tentou utilizar isto para impedir outra candidatura de esquerda, e para garantir o prestígio popular já conquistado pela FOCEP.

Com isto, na verdade, a FOCEP (que nunca chegara a ter sólidas estruturas de organização) se desintegrou, e não pôde realizar o que dela

esperavam os que a apoiaram: construir um partido político operário de massas independente. Mas a manobra não teve êxito, pois foi possível formar a ARI. Ledesma concorre apoiado pelo PC (Unidad), mas o impacto da sua candidatura é reduzido.

O terceiro obstáculo à formação da ARI é mais curioso, pois veio do PST, partido que já há um ano fazia campanha pela candidatura de Hugo Blanco, e que foi uma das forças principais da FOCEP.

O PST (Partido Socialista dos Trabalhadores, organização filiada à Fração Bolchevique, trotskista) tem usado para justificar sua não participação na ARI o argumento "de princípio" de que só é correto fazer uma aliança eleitoral sobre uma base programática de conjunto, isto é, na prática com um programa trotskista. Fazer de outra maneira seria praticar a "colaboração de classes", o "frente-populismo". Neste sentido denunciavam tanto a ARI quanto as outras organizações peruanas que se reivindicam do trotskismo e que estão nela (além do PRT de Hugo Blanco, o POMR - Partido Obrero Marxista Revolucionário, organização filiada ao COROI - Comitê de Organização pela Reconstrução da IV Internacional).

É sem dúvida uma curiosa concepção de aliança eleitoral, e que não era defendida até agora pelo próprio PST, que participou da FOCEP sem este "programa de conjunto".

Talvez esta aparente incoerência se explique como resultado de uma manobra mal sucedida. Ao longo de 1979, prevendo a desintegração da FOCEP, o PST fez campanha pela sua própria legalização e pela candidatura de Blanco, apresentando-se inclusive, abusivamente, como o "partido de Hugo Blanco". Seu jornal afirmava: "nós colocaremos a nossa legalização a serviço da candidatura de Hugo Blanco".

Assim, queria que Blanco fosse obrigado a ser o seu candidato, até o último momento jogou na não concretização da ARI. Com a efetivação desta, ficou na curiosa posição: o partido auto-proclamado "partido de Hugo Blanco" é o único partido revolucionário que não integra a aliança que lançou a sua candidatura.